



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

CÁTIA DE JESUS LIMA

**UMA LEITURA DIALÉTICA DO ROMANCE ÁGUA DE
BARRELA DE ELIANA ALVES CRUZ**

SÃO CARLOS - SP

2025

CÁTIA DE JESUS LIMA

UMA LEITURA DIALÉTICA DO ROMANCE ÁGUA DE BARRELA DE ELIANA ALVES CRUZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Literatura.

Linha de pesquisa: Literatura, História, Cultura e Sociedade

Orientador: Daniel Marinho Laks

São Carlos - SP

2025

Lima, Cátia de Jesus

Uma leitura dialética do romance *Água de barrela*,
de Eliana Alves Cruz / Cátia de Jesus Lima -- 2025. 105f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Daniel Marinho Laks

Banca Examinadora: Carla Alexandra Ferreira,

Maximiliano Gomes Torres

Bibliografia

1. Literatura contemporânea. 2. Leitura política. 3.
Personagens negros. I. Lima, Cátia de Jesus. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Folha de Aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado da candidata Cátia de Jesus Lima, realizada em 24/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Daniel Marinho Laks (Orientador)
Universidade Federal de São Carlos

Prof.^a Dra. Carla Alexandra Ferreira
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

À minha vó Ermira e à minha mãe Marlene
pelas muitas *barrelas* que enfrentam na vida
para sobrevivência da família.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a oportunidade de pisar no seu solo rico em beleza natural e rico também na produção do conhecimento científico. Foi maravilhoso o dia que senti o cheiro úmido da natureza e pude desfrutar pela primeira vez da sensação de estar em uma universidade desse porte.

Aos professores, servidores e colegas que compõem e trabalham incansavelmente pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura (PPGLIT/UFSCar), por meio do qual amadureci intelectualmente e fiz bons amigos.

Ao professor Dr. Daniel Marinho Laks, as orientações pertinentes e as palavras de incentivo, as quais foram importantes para que eu chegasse até aqui.

À professora Dra. Carla Alexandra Ferreira e ao professor Dr. Maximiliano Gomes Torres, a disposição em contribuir na avaliação do presente estudo.

Aos meus filhos Rachel e Guilherme, que precisaram amadurecer cedo devido às minhas ausências e por sempre me apoiarem na conquista dos meus sonhos. Sem vocês eu não seria quem sou! Amo-os infinitamente.

À minha mãe Marlene, que é meu exemplo de força e superação de dificuldades. Obrigada por me ensinar a nunca desistir dos meus sonhos!

À minha irmã Karla Jesus Lima, a escuta, o apoio e por sempre amar e cuidar dos meus filhos como se fossem seus. Amo-te!

Aos meus amigos Mariane Carvalho, Tarciana Pinheiro, Alessandro Wiederkehr, Evandro José, Gislene Santos e Rafael Firmino, por terem lido as primeiras linhas escritas desta dissertação e pelos apontamentos que foram imprescindíveis para a finalização desta pesquisa. Vocês foram e são importantes para a minha formação acadêmica!

A Deus, meu porto seguro. Ele que recolheu cada lágrima que derramei durante esta jornada, segurou nas minhas mãos e me deu forças para seguir em frente. A ti Pai Celeste, a minha gratidão eterna!

A história continuou e está prosseguindo através de todos nós,
pessoas comuns, mas que têm em suas mãos os pedaços miúdos da vida.

Eliana Alves Cruz - *Água de barreira* (2018)

O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada.
Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.

Grada Kilomba - *Memórias da Plantação* (2019)

O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem ao amanhecer.

(SI 30: 5)

RESUMO

Esta dissertação propõe uma análise do livro *Água de Barrela* (2018), da escritora carioca Eliana Alves Cruz, objetivando a partir dos relacionamentos conjugais e das atuações das personagens femininas centralizadas no enredo, problematizar e compreender o patriarcado negro e os perfis masculinos segregados na narrativa. Diante disto, a análise das características e das atuações dessas personagens dentro do seio familiar e social será imprescindível para mostrar que o antagonismo masculino produzido no pós-abolição, no qual os descendentes dos africanos tinham que trabalhar em condições análogas à escravidão para sobreviverem, — ou, por não suportarem essa nova condição, preferiram a vadiagem e/ou a criminalidade — está ligado ao capitalismo e ao patriarcado que impedem os homens negros de terem as mesmas oportunidades que os homens brancos. Para tanto, será imprescindível submeter o texto ao método de leituras sucessivas apresentada por Roberto Schwarz na obra *A poesia envenenada de Dom Casmurro* (2006) para expor que para além das vivências das protagonistas e suas superações de dificuldades, há uma “história maior”, que surge paralela ao amadurecimento do capitalismo no Brasil, a classe proletária soteropolitana. Portanto, uma análise mais profunda da obra será relevante para colocar no palco dessa história, a classe proletária soteropolitana e os motivos que desencadearam a Greve Geral de 1919, evento significativo para centralizar as personagens masculinas, antes posicionadas como secundárias no enredo, mas que neste trabalho deixarão o estereótipo de marginais historicamente construídos para serem colocados como sujeitos ativos e participantes dos processos sócio-políticos daquela época e que são relevantes para o conhecimento da luta do operariado brasileiro em solo baiano.

Palavras-chave: *Água de Barrela*; Eliana Alves Cruz; leitura política; literatura contemporânea; personagens masculinos.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of *Água de Barrela* (2018), written by Rio de Janeiro author Eliana Alves Cruz. By focusing on the marital relationships and the roles of the female characters at the center of the plot, the study aims to problematize and understand Black patriarchy and the marginalized male profiles depicted in the narrative. In this regard, analyzing the characteristics and actions of these characters within both familial and social contexts is essential to reveal how the masculine antagonism that emerged in the post-abolition period—when descendants of Africans were forced to work under conditions akin to slavery to survive, or, unable to endure this new reality, turned to idleness and/or criminality—is deeply connected to capitalism and patriarchy. These structures prevent Black men from having the same opportunities as white men.

To that end, the novel is examined through the method of successive readings proposed by Roberto Schwarz in *A poesia envenenada de Dom Casmurro* (2006), in order to show that, beyond the protagonists' personal experiences and their overcoming of hardships, there exists a broader historical narrative. This larger story unfolds in parallel with the maturation of capitalism in Brazil, particularly involving the proletarian class of Salvador. Therefore, a more in-depth analysis of the work proves relevant in bringing this working-class group to the forefront of the narrative—especially the causes that led to the 1919 General Strike, a significant event that allows the repositioning of male characters, previously seen as secondary, into active subjects engaged in the sociopolitical processes of the time. This shift challenges the historically constructed stereotype of Black men as delinquents and reaffirms their role in the Brazilian labor struggle within the Bahian context.

Keywords: *Água de Barrela*; Eliana Alves Cruz; political reading; contemporary literature; male characters.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FERRO EM BRASA NA MEMÓRIA	12
1.1 ELIANA ALVES CRUZ: A JORNALISTA QUE VIROU ESCRITORA	14
1.2 ASPECTOS DA FORTUNA CRÍTICA DA OBRA	18
1.3 AS TRÊS LEITURAS SUCESSIVAS DE ROBERTO SCHWARZ	23
2 LEITURA ROMANESCA	26
2.1 “ESÈ ÀWON ÀGBÀ”: A MEMÓRIA HERDADA DA TIA NUNU	26
2.2 REINO DE OIÓ E RECÔNCAVO BAIANO: ENCRUZILHADA	29
2.3 OS REIS DO MASSAPÊ	32
2.4 AS SENHORAS DAS CAPILOGÊNCIAS	35
2.5 COADJUVÂNCIA MASCULINA	42
3 LEITURA SOCIAL	49
3.1 A BARRELA BRANQUEIA A VIDA	50
3.2 “DIREITO DO SENHOR”- ESTUPRO E ADULTERAÇÃO DAS RAÇAS	58
3.3 AMAS DE LEITE E e TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: “ESCRAVAS COM SENTIMENTO DA ESCRAVIDÃO	68
3.4 PATRIARCADO VS. “PATRIARCADO RACIAL”	75
3.5 CARESTIA DE VIDA, JOÃO PAULO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

A obra *Água de Barrela* (2018) é considerada pela autora uma biografia romanceada da sua família e narra em terceira pessoa a saga do personagem Akin Sangokunle, desde seu sequestro em Iseyin, região do reino de Oió (atual Nigéria) no continente africano, por volta de 1849, e até após sua vinda para o Brasil, especificamente para um engenho de açúcar, em Cachoeira, no Recôncavo Baiano. É uma narrativa que envolve o leitor nas vivências desta personagem e de seus descendentes e amigos, mostrando como eles viviam antes, após a abolição da escravatura e até os dias atuais, somando, desta forma, 170 anos de história narrados.

O título *Água de Barrela* incita à dialética sociológica, primeiramente, porque o termo trata de um produto caseiro produzido pelas mulheres escravizadas¹ e utilizado como alvejante na lavagem das roupas dos senhores e senhoras da casa-grande. Segundo, porque retrata a faina diária e contínua dessas mulheres, que tiveram seus corpos transformados em força de trabalho efetiva da sociedade brasileira. Também, a semântica por trás do título avança além das memórias narradas para o subtexto, trazendo para o debate temas como a segregação racial, o ideário do branqueamento da raça e a luta do proletariado soteropolitano no início do século XX. Portanto, para adentrar nesse nível subjacente ao texto, foi imprescindível a interpretação da obra através das três leituras sucessivas propostas por Roberto Schwarz em *Poesia envenenada de Dom Casmurro* (2006), a saber: leitura romanesca, patriarcal e policial e a contracorrente.

Antes de adentrarmos na interpretação propriamente dita da obra, apresentaremos no primeiro capítulo, intitulado “Ferro em brasa na memória”, os primeiros passos de Eliana Alves Cruz após descobrir sua ancestralidade africana com a realização do exame de DNA por meio do projeto Tilt; será brevemente abordada a relevância das narrativas dos afro-brasileiros para a construção da memória do povo negro. No subcapítulo seguinte, “Eliana Alves Cruz: a jornalista que virou escritora”, será exposta a biografia da escritora, a origem do sonho de se tornar uma escritora, apontando aspectos ligados à família, como as referências educacionais vindas dos pais, e o seu percurso profissional até os dias atuais. No subcapítulo intitulado “Aspectos da fortuna crítica da obra” apresentaremos um breve panorama sobre as pesquisas que analisaram o romance *Água de barrela*, em um intervalo

¹ Na escrita deste trabalho, quando fizermos referência às pessoas vítimas de um processo político ativo de desumanização, utilizaremos a palavra *escravizado(a)*, que se distingue da palavra *escravo(a)*, descrita como o estado de desumanização como identidade natural das pessoas que foram escravizadas (Kilomba, 2019).

temporal de 2022 a 2023, cujo objetivo é expor as perspectivas que foram abordadas em cada trabalho, muitas das quais fazem parte do conteúdo sobrejacente do texto e são relevantes para avançarmos nesta análise.

No subcapítulo “As leituras sucessivas de Roberto Schwarz”, como o próprio título sugere, abordaremos a teoria que embasou esta pesquisa, apontando alguns aspectos da obra *A poesia envenenada de Dom Casmurro* (2006) para exemplificar como o método apresentado pelo crítico literário foi aplicado nesta dissertação.

O segundo capítulo, intitulado “Leitura romanesca”, foi dividido em cinco subcapítulos, cada um apresenta o conteúdo manifesto, portanto, superficial, a partir de diferentes perspectivas, a qual foi denominada por Schwarz de romanesca, ou a primeira leitura sucessiva. O subcapítulo “Ese awon agba: a memória herdada da tia Nunu” expõe as vivências da tia-avó de Cruz e como sua narrativa foi fundamental para a coleta de informações sobre a história da família. O subcapítulo “O Reino de Oió e o Recôncavo Baiano: encruzilhada” apresenta o sequestro de Akin Sangokunle e de sua cunhada Ewà Oluwa, a chegada no Engenho da Natividade, no Recôncavo Baiano, e as lutas pela sobrevivência deles e dos seus descendentes, porém centralizando a análise nas personagens femininas.

Os subcapítulos seguintes, “Os reis do massapê” e “As senhoras das capilogências”, apresentam, respectivamente, a chegada de Helena ao Recôncavo baiano e seu falecimento após dar à luz a Anolina e, a partir desta, inicia-se a descendência de mulheres fortes que irão protagonizar uma história que ocorreu paralela às mudanças socioeconômicas em Salvador. Daí até finalizar a narrativa, o solo baiano será palco de acontecimentos que desencadearam uma mudança significativa aos descendentes de Akin e da Ewà Oluwa, a abolição da escravidão é um deles. Assim, Martha, a filha da Anolina, e suas filhas Damiana e Maria da Glória, e as netas Celina e Anolina e Nunu terão suas vidas modificadas à medida que Salvador também passa por transformações.

Ainda nesta primeira leitura serão apresentadas no subcapítulo “Coadjuvância masculina” descrições da atuação das personagens Adônis, João Paulo e Manuel, que são perfilados na narrativa como personagens secundárias de uma história que evidencia suas ações e atitudes negativas, desconsiderando o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos, aliás, a centralidade dada às vivências das quatro protagonistas nos impedia de entender que as ações contraditórias e mal intencionadas das personagens masculinas são resultados da discriminação racial acometida a eles e, conseqüentemente, da exclusão que sofreram, como

sujeitos negros, dos espaços sociais daquele período, como também a inserção forçada na competitiva sociedade capitalista em ascensão.

A representação de personagens masculinos negros, assumindo o antagonismo em uma sociedade que os segregava e em que padeciam de fome e miséria são reflexões relevantes que, em alguma medida, podem se aproximar do que Schwarz (2006, p. 9) definiu como “incongruências, passos obscuros, ênfases desconcertantes, que vão formando um enigma”.

No terceiro capítulo avançaremos na interpretação do texto para a segunda leitura a partir de uma perspectiva analítico-sociológica. No subcapítulo “A barreira branqueia a vida”, partiremos para o aprofundando do debate em torno do ideal de branqueamento da população e da adulteração da raça negra. Em seguida, no subcapítulo “Leitura patriarcal” seguiremos para a análise das relações do senhor de engenho com as escravizadas, adentraremos os espaços do sobrado da família Tosta, em Salvador, especificamente na cozinha e no quartinho dos fundos, para analisar como sobrevivia a filha de Martha, Maria da Glória, a Dodó, como trabalhadora doméstica daquela família até tornar-se a escrava com sentimento da escravidão.

Ainda na segunda leitura, no subcapítulo intitulado “Leitura política” discutiremos sobre como as descrições, as características e as atuações das personagens masculinas dentro da esfera privada e social esclarecem que o antagonismo que mancha a identidade dos homens negros no contexto pós-abolição está relacionado ao racismo que impossibilitava que eles tivessem as mesmas relações hierárquicas patriarcais/capitalistas que os homens brancos (Carby, 1997 *apud* Kilomba, 2019).

Na mesma leitura, analisaremos o contexto histórico-social para a compreensão da história maior, “da História agora concebida em seu mais amplo sentido de sequência de modos de produção e da sucessão e destino das várias formações sociais humanas” (Jameson, 1992, p. 68). Para tanto, entrarão em cena a classe proletária soteropolitana e os motivos que desencadearam a Greve de 1919, tão significativa para a classe operária naquele período. Acima de tudo, esse terceiro estágio de leitura servirá para centralizar as personagens masculinas, antes posicionadas como secundárias no enredo e que nesta releitura deixarão o estereótipo de marginais da história para serem colocadas como sujeitos ativos e participantes dos processos sócio-políticos daquela época e que são significativos para o conhecimento da história de luta do operariado brasileiro em solo baiano.

FERRO EM BRASA NA MEMÓRIA

O romance *Água de Barrela*, apesar de seu caráter biográfico e histórico, é uma narrativa ficcional que narra a saga-tragédia (Oliveira, 2023) de uma família que teve dois de seus membros, Akin e Ewà, capturados por comerciantes ainda em solo africano e transportados em um navio negreiro para a América do Sul, especificamente para o Brasil. A enunciação romanesca da obra ocorre por meio da focalização heterodiegética, a qual contará com textos visuais: imagens fotográficas, um fac-símile de uma carta manuscrita escrita nos primeiros anos do século XX e o desenho da árvore genealógica da família são documentos de memórias que convergem com a vida e a obra de Eliana Alves Cruz. Dessa forma, no decorrer da narrativa o leitor vai acompanhando cronologicamente os infortúnios vivenciados pela família à medida que a jovem República testemunha vários eventos tensos e ao mesmo tempo emblemáticos.

Assim, a obra é fruto de uma longa pesquisa biográfica e histórica realizada pela escritora, que debruçou sobre inúmeros documentos de diferentes formatos. Por outro lado, muitos afrodescendentes não construíram sua árvore genealógica, pois não tiveram ciência sobre os documentos ou registros que comprovassem ou esclarecessem informações sobre as gerações que vieram antes de seus avós. O que significa que estas gerações não tiveram acesso aos registros sobre o comércio de pessoas, que as fontes ligadas às pessoas que descendem dos africanos não eram consideradas e muito menos valorizadas e, portanto, irrisórias para qualquer tipo de comprovação da ancestralidade negra.

Os documentos que existiam no Brasil sobre o período escravocrata, especificamente livros de matrícula, de controle aduaneiro e de reconhecimento de tributos foram queimados logo após a Proclamação da República², em uma ação ordenada pelo até então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Apesar da perda desses documentos, podemos contar com outras formas de narrativas que servem também como fontes históricas e, portanto, são indispensáveis para o entendimento da origem de um povo, como escreveu Machado de Assis (1992, p. 56): “Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e

²Em uma ação ordenada pelo até então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Essa ação é contada como uma suposta tentativa do ministro de acabar com a “mancha negra” da história nacional, contudo, o que os documentos oficiais descrevem é que tal ação foi a maneira utilizada pelo político para impedir que os ex-escravocratas tivessem acesso aos comprovantes de natureza fiscal e, assim, pudessem utilizá-los para exigir uma indenização por perdas dos escravos, respectivas rendas, hipotecas e garantias. A ordem para destruição dos documentos sobre o período escravocrata teria sido dada pelo ministro em despacho datado de 14 de dezembro de 1890.

inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia”. Assim, biografias de escravizados produzidas por historiadores, escritores ou por poetas são relevantes para o preenchimento de lacunas existentes na história do povo preto, as quais foram geradas a partir da inexistência dos documentos oficiais. Dessa forma, trabalhos como *O alufá Rufino* (2011) e *Domingos Sodré: um sacerdote africano*, de João José Reis (2008), *Sinhás pretas*, de Sheila de Castro Faria (2018), *De escrava a dona: A trajetória da Africana Mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século 19*, de Juliana Barreto Farias (2012), e *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, são exemplos de narrativas biográficas estudadas no território brasileiro.

Portanto, assim como Kehinde, a protagonista de *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, encontrou o caminho de casa após mais de meio século longe da África Mãe, Eliana Alves Cruz também pôde aproximar-se, mesmo que indiretamente, de sua ancestralidade por meio do exame de DNA realizado pelo projeto documental Origens, do Tilt³, a partir do qual foi possível retroceder de cinco a oito gerações, sendo capaz de mostrar a linhagem de pai e mãe ou até auxiliar na busca de parentes. Assim, o exame constatou que 90,3% que seus ancestrais vieram do oeste da África, provavelmente de Benim (41,3%) e da Nigéria (27,6%). Desta forma, a tecnologia cumpriu o papel de revelar aquilo que ficou por muito tempo ocultado.

Foi um sentimento de alívio, confirmação, alegria e pertencimento quando recebi o resultado. Só temos empatia com o que, minimamente, sabemos. E saber que você descende de um povo te aproxima dele, te faz mais próximo do amor e mais longe da solidão. É um encontro afetuoso, dá um quentinho no coração (Cruz *apud* Gomes; Anjos, 2021).

Essa descoberta suscitou na escritora uma gama de sentimentos e inquietações que foram responsáveis pela criação da obra *Água de barrela*. O passo seguinte da escritora, após receber o resultado do exame, foi fazer uma pesquisa minuciosa, consultando documentos em cartórios, biblioteca, anciãos da família...

Temos tanta certeza de que não vamos achar nada e de que o passado está apagado que nem perguntamos. A minha família, quando viu que meu interesse em escrever era sério, começou a abrir baús: 'tem isso aqui, isso

³O Tilt, canal sobre tecnologia do UOL, ganhou o primeiro lugar no prêmio "Respeito e Diversidade" realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com o projeto "Origens: Quem não sabe de onde veio não sabe para onde vai". Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/09/22/tilt-uol-ganha-primeiro-lugar-no-premio-respeito-e-diversidade-do-mpf.htm>. Acesso em: 05 out. 2024.

aqui...’ As pessoas sabem que aquilo tem valor, mas não dão crédito (Cruz *apud* Gomes; Anjos, 2021).

Além de viajar até os lugares — como Cachoeira de São Félix, onde funcionou o Engenho da Natividade, local em que seus ancestrais sofreram as amarguras da escravidão —, Eliana contou com os relatos da sua tia-avó, Anolina, que, segundo a própria escritora, foi a tradutora do passado da família. As narrativas contadas por Anolina foram cruciais para o andamento da pesquisa, pois revelaram fatos relacionados às agruras da escravidão vivenciadas por seus ancestrais, sobre as quais nenhum outro parente teve coragem de contar.

Portanto, as narrativas escritas/contadas por escritores como Esperança Garcia (1770) e em *E eu não sou uma mulher?*, de Sojourner Truth (2019), e *Negras Raízes* (1976), de Alex Haley, para não ficar só no contexto brasileiro, como também as da tia-avó de Eliana, são exemplos de que o povo preto possui uma história que deve ser contada e escrita para ser conhecida e reconhecida por esta e pelas gerações vindouras, e de que *Água de barreira* não reconstruiu apenas o passado da família Alves Cruz, mas também o passado de cada afrodescendente deste país.

1.1 ELIANA ALVES CRUZ: A JORNALISTA QUE VIROU ESCRITORA

O sonho de ser escritora foi registrado em seu diário quando Eliana tinha apenas onze anos de idade. Este desejo não foi realizado imediatamente, pois uma mulher “deve ter dinheiro e um teto todo dela se ela se dispõe a escrever ficção”, como bem registrou Virgínia Woolf (2020, p. 10). No caso da mulher negra, ter ousadia para lutar contra as inúmeras dificuldades no meio editorial, que é, sobretudo, composto por uma classe média, branca e masculina. Cruz sempre demonstrou interesse nas temáticas relacionadas à área de humanidades, foi assim que sentiu desejo de cursar História, mas foi aconselhada pela mãe, uma professora conhecedora das agruras financeiras da profissão, a não escolher licenciatura. Desta forma, o jornalismo pareceu mais viável e, certamente, a ligação do curso com a escrita alegrou o coração da escritora que sempre existiu dentro da Eliana Alves Cruz. Como jornalista atuou por anos na área de esporte e, atualmente, chefia o Departamento de Imprensa da Confederação Brasileira de Esportes Aquáticos, sendo também vice-presidente do Comitê de Mídia da Federação Internacional de Natação (FINA).

Eliana nasceu no Rio de Janeiro, em 1966, e tornou-se escritora, jornalista e também roteirista. Seu primeiro livro foi *O desenho do mundo*, obra infantil escrita quando tinha 18

anos, porém, publicada em julho de 2022. Contudo, foi com o romance *Água de barrela*, ganhador do Prêmio Oliveira Silveira, concurso realizado pela Fundação Cultural Palmares, em 2015, que estreou na literatura. Além desta obra, Cruz escreveu *O crime do cais do Valongo* (2018), *Solitária* (2022), *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020), a antologia de contos *A vestida* (2021), que ganhador do Prêmio Jabuti em 2022, o livro infantil *A copa frondosa da árvore* (2019) e inúmeras antologias, dentre elas *Cadernos Negros 39* (2016), de poesias, e *Cadernos Negros 40* (2017), de contos. Alves atua também como autora do blog www.flordacor.blogspot.com, onde produz textos voltados para a visibilidade do trabalho de mulheres negras em diversas atuações sociais.

A tentativa de definir a autora a partir de suas ocupações e publicações torna-se insuficiente, pois o vínculo com sua ascendência foi determinante para a formação de sua identidade, por isso, será imprescindível voltarmos no tempo, na própria narrativa de *Água de Barrela*, para refletirmos sobre personagens como o seu trisavô paterno Matheus Cruz, a trisavó materna Martha, a bisavó materna Damiana, a avó materna Celina e o pai Eloá, pois os percursos de cada um deles foram indispensáveis para a construção identitária de Eliana Alves Cruz.

O trisavô Matheus Cruz, mestre mecânico brasileiro, foi um personagem histórico que realizou muitas proezas entre o final do século XIX e início do século XX, como a montagem dos caldeirões do Antigo Elevador Lacerda e do Plano Inclinado Gonçalves, além de ser o fundador da mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, por isso e por outros feitos, foi considerado o decano dos mecânicos da Bahia e vanguardista da classe operária. Um nome que faz parte da árvore genealógica da autora e que é imprescindível para sua formação humana e intelectual, pois além de todas as atividades desempenhadas, Matheus Cruz se destacou como uma pessoa dotada de honestidade e lealdade mas, apesar de sua história se relacionar com a história do país, a historiografia oficial desconsidera todos esses feitos e anula a participação dele na construção da capital baiana.

A trisavó Martha e seu inconformismo em continuar mantendo uma relação de subserviência aos senhores e senhoras que escravizaram sua família e sua determinação em sair do Outeiro Redondo, em São Félix, e migrar para a cidade no período pós-abolição, quando o desprezo e a miséria assolavam os negros — que escolheram abandonar as terras que por séculos haviam sido sinônimo de sofrimento e morte para o povo preto. Martha trabalhou em Cachoeira e depois em Salvador como quituteira, comercializando nas ruas os doces que produzia. Trabalhou incansavelmente para que sua filha Damiana e sua netas Celina e Anolina não precisassem passar as dificuldades que ela passou e tivessem

oportunidades para melhorar suas vidas. Tanto Martha quanto Damiana entendiam que a forma de mudar o destino de suas descendentes seria através da educação, a “fórmula Damiana”, como descreveu a narradora:

Nós, os que estamos prosseguindo o caminho deixado por eles, também enfrentamos o desafio de, ainda no século XXI, trabalhar para apagar as linhas divisórias que por tantos séculos nos deixaram à parte do banquete principal do país. Optamos pela ‘fórmula Damiana’, ou seja, a da educação (Cruz, 2018, p. 304).

A bisavó Damiana, imitando os passos e o ideal da mãe Martha — destruir o ciclo de subserviência aos brancos descendentes de escravocratas —, lavou a roupa de muitas famílias abastadas de Salvador para que Celina pudesse estudar e, desta forma, mudar o futuro das próximas gerações. Celina conseguiu formar-se professora e seus filhos deram continuidade à fórmula da avó Damiana na tentativa de apagar as linhas divisórias que os impediram, até aquele momento, de fazer parte do banquete do país, ou seja, ocupar posições sociais antes reservadas aos filhos dos coronéis, e essas conquistas aconteceram através da educação: Einar seguiu a enfermagem, Edmar especializou-se em trabalhos sociais, Elmar formou-se em biblioteconomia e o primogênito Eloá, pai da Eliana, formou-se em Direito, sendo o primeiro da família a conquistar o curso superior, que o posicionou no mesmo nível acadêmico dos filhos dos antigos senhores que, por ironia do destino, em sua maioria tinha formação na área jurídica. Para romper com o ciclo de inferioridade definitivamente e demarcar o lugar dele e dos seus na sociedade brasileira, Eloá, após passar, aos 18 anos, para a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, visitou a família em Salvador, em 1959, e a avó Damiana, aproveitando a oportunidade, fez questão que a senhora Maria da Conceição Bandeira Tosta Santos e Silva, dona Maricota, soubesse da notícia em primeira mão. Foi assim que Eloá e a matriarca Bandeira Tosta travaram um diálogo que pode ser considerado a virada de chave na história da família.

— Parabéns, meu filho. A Nacional de Direito é muito difícil, muito conceituada.

— Muito obrigada, dona Maricota...

— A dificuldade não foi apenas para você, está claro? Todos os seus colegas também merecem felicitações.

Ele fez uma pausa, e os dois, por alguns segundos, examinaram-se. Damiana, sentada um pouco mais distante, quase explodia de orgulho. Esperou com aquilo a vida inteira para romper a linha da diferença e achava que finalmente tinha conseguido. Ele sorriu levemente, imaginando o que deveria estar passando na cabeça da senhora Maria da Conceição Bandeira Tosta

Santos e Silva, e com um tom irônico que o caracterizaria sempre, não teve pudores em dizer o que pensava.

— Bem... no caso dos outros, dona Maricota... No caso de pessoas mais abastadas e poderosas eu não sei, mas no meu caso eu tinha que passar neste vestibular. Era isso ou isso. Não era uma opção (Cruz, 2018, p. 300-301).

As palavras do pai Eloá, transcritas acima, possuem um valor imensurável, pois naquele momento testemunharam o rompimento, a divisória entre ambas as famílias, em outras palavras, a história de subordinação ao clã escravocrata se encerrou ali, no escritório do Dr. Adolpho, no piso de tábuas que sua tia-bisavó Dodó incontáveis vezes precisou se abaixar para encerrar. Foi por ela, e por todos os outros, que o futuro advogado selou esse rompimento.

As palavras de dona Maricota funcionaram como uma alfinetada típica da classe dominante, que sempre procura relacionar o sucesso de alguém puramente ao mérito, no discurso de que qualquer pessoa, independentemente da cor ou classe social, estudando e com esforço pode conquistar o que deseja. As mulheres dessa saga deixaram bem claro que esse esforço está intrinsecamente ligado às muitas *barrelas*, isto é, ao trabalho duro que tiveram que executar, seja na comercialização de quitutes em tabuleiros, na lavagem de roupa, na ministração de aulas para conseguirem comprar o material didático indispensável para que o jovem, neste caso, o jovem negro se tornasse um aluno brilhante. Esta situação não é uma realidade para a classe dominante, ou seja, para os descendentes dos colonizadores brancos, para estes, a herança é garantida antes mesmo de nascerem, portanto, não precisam decidir entre comprar um calçado ou determinado livro, estas coisas e muitas outras já foram garantidas.

A estudante de medicina Mabel, uma das protagonistas do romance *Solitária* (2022b), afirmou: “Não é fácil esquecer que não temos herança para dar conta de material didático tão caro quanto o curso de medicina, mas também é fácil lembrar que isso não é obstáculo quando temos alguém como d. Eunice ao nosso lado” (Cruz, 2022b, p. 13). Mabel tinha a mãe Eunice para ajudá-la na batalha de trabalhar para comprar os livros indispensáveis para concretização do seu sonho de se tornar médica, Eloá teve sua mãe e sua avó cumprindo esse papel. Para Eliana, a mãe Lina Maria e o pai Eloá foram referências positivas e, também, todas as mulheres e homens fortes que conviveram com ela, ou outros que conheceu durante a pesquisa para a escrita do romance, personagens que estão intimamente ligados à autora, portanto, para ela:

Sou outra pessoa, acho, depois deste livro (*Água de barrela*). Olhando para minhas antepassadas, eu me entendi muito e compreendi muita coisa da

minha própria vida e, portanto, hoje eu me sinto uma pessoa muito mais ancorada no meu chão⁴.

Assim, se por um lado, a pesquisa para a escrita do romance *Água de barrela* proporcionou à escritora um conhecimento amplo sobre a origem de seus antepassados — desde os primeiros africanos sequestrados e trazidos para o Brasil, sua sobrevivência nos engenhos do Recôncavo Baiano e nas ruas de Salvador e o que tiveram que enfrentar após a abolição — além de fatos relevantes para a afirmação da personalidade da autora; por outro, a obra e as informações colhidas durante sua produção abriram caminhos para a escrita dos romances posteriores: *O crime do cais do Valongo* (2018), *Solitária* (2022b) e *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020b). Inicialmente, a intenção não era escrever um livro para publicação, Cruz buscava respostas para perguntas sobre o passado da família que as mulheres mais velhas hesitaram em responder e, no processo, descobriu muitas histórias soterradas, muitas personagens ocultadas, narrativas que precisavam transbordar, e isto só a literatura é capaz de realizar.

Assim, Cruz trouxe para a literatura personagens e contextos que estão ligados à sua própria história, mas também à história de todos os brasileiros e, assim, a escritora nasceu da jornalista, quando de fato se tornou uma lupa, um binóculo, uma bússola (Chade, 2023), realizando com maestria o papel de enxergar com sua visão quadridimensional: o que estava encoberto pela historiografia branca. Dessa forma, sua narrativa ampliou contextos e temporalidades e trouxe para discussão imagens de personagens antes marginalizadas, dando-lhes visibilidade e tornando-as protagonistas das suas próprias histórias e, acima de tudo, sua escrita orienta a negritude brasileira, direcionando-a para a construção identitária que é e sempre será ancorada nas pegadas dos ancestrais.

1.2 ASPECTOS DA FORTUNA CRÍTICA DA OBRA

O primeiro passo dado pela escritora carioca no palco literário nacional afirmou quem ela é e para que veio: escrever literatura para e sobre a negritude brasileira. Esta afirmação se deu através da premiação de seu romance *Água de barrela* em 2015 no concurso Oliveira Silveira, promovido pela Fundação Palmares, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, e que tem como finalidade o reconhecimento e a produção de obras literárias relacionadas à cultura afro-brasileira.

⁴ Cruz durante transmissão ao vivo #JabutiConvida (2021).

A premiação do romance através de uma instituição que busca a valorização da história e cultura do povo negro afirma a relevância da escrita de Cruz dentro da literatura contemporânea brasileira, território contestado por muito tempo por diferentes grupos sociais que “procuraram se apropriar de seus recursos” (Dalcastagnè, 2017, p. 7). A apropriação foi legítima e marcou a entrada triunfal dessa escritora dentro do território literário brasileiro que, até o final do século XX, era homogêneo e composto por romancistas perfilados nas categorias de “homem, branco, de classe média, nascido no eixo Rio-São Paulo. Seus narradores, protagonistas e coadjuvantes são em sua maioria homens, também brancos, de classe média, heterossexuais e moradores de grandes cidades” (Dalcastagnè, 2018).

Um estudo iniciado em 2003 pelo grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília, coordenada pela professora de Literatura brasileira contemporânea Regina Dalcastagnè, pesquisou e analisou um total de 692 romances escritos por 383 autores em três períodos distintos: de 1965 a 1979, de 1990 a 2004 e de 2005 a 2014. Os resultados do último recorte da pesquisa (2005-2014) mostram um aumento de 12% na publicação de romances escritos por mulheres em relação à 1990 a 2004, em contrapartida, esse fato não contribuiu para o crescimento de personagens femininas nessas narrativas. Os dados revelam ainda a ausência de autores(as) e personagens negros, em uma porcentagem de 2% e 6%, respectivamente — apenas em seis ocasiões as mulheres negras aparecem como protagonistas e em duas como narradoras, por outro lado, mulheres brancas aparecem ocupando essas mesmas posições, nesta ordem, 136 e 44 vezes.

Portanto, a literatura escrita por Eliana Alves Cruz é relevante para a construção da identidade leitora da população negra⁵, que durante muito tempo permaneceu desprovida de representatividade, invisibilizada nos espaços literários, e que sempre acompanhou sua etnia ocupando papéis secundários nessa literatura dita brasileira, mas que não abrange na sua totalidade as múltiplas identidades que comungam da mesma nacionalidade. Sobre isto, Dalcastagnè (2018) pontua que:

A questão é que se precisamos pensar em uma literatura brasileira, uma literatura que fale de nós, vivendo neste país, neste momento, precisamos pensá-la como um mosaico. Composta por várias perceptivas, vista de ângulos diferentes. Só isso pode enriquecer a nossa produção e dar conta,

⁵ A “Carta aos escritores nacionais” escrita por Jamil Chade (2023), jornalista paulistano e também correspondente na Europa, para homenagear escritores presentes no Festival Literário de Araxá/2023, como Eliana Alves Cruz, Carla Madeira, Itamar Vieira Junior, Jefferson Tenório, Sérgio Rodrigues, serviu não apenas para centralizá-los no cenário literário brasileiro como representantes do projeto artístico que procura curar “as feridas abertas que todos teremos que lidar”, mas também para afirmar a relevância de cada um, tanto para a construção histórica nacional, como para os leitores e suas particularidades identitárias.

minimamente, da complexidade da vida contemporânea. Há uma ideia de literatura com ‘L’ maiúsculo, que no final das contas não passa de uma literatura masculina e branca, já que toda a produção que não passa por esse lugar se torna adjetivada: feminina, negra, periférica, marginal. Insisto que temos que pensar em termos de *literaturas*, sem L maiúsculo, e acabar com essa ideia de literatura ‘universal’ para pensar num conjunto muito mais vivo e pulsante.

Assim, *Água de Barrela* chegou vivo e pulsante, trazendo uma narrativa que aborda uma história que não é recorrente na literatura brasileira contemporânea, a história dos marginalizados contadas a partir das suas perspectivas. Desta forma, a centralização de personagens antes excluídas assume, nas narrativas escritas por Cruz, papéis significativos, além da inclusão de temas históricos e/ou pouco explorados, como as vivências dos negros escravizados e a religião de matriz africana, dentre outros. Narrativas que ampliam as histórias ditas miúdas, histórias a contrapelo⁶, contadas a partir da perspectiva dos “vencidos”, que servem para revisão da historiografia brasileira, uma historiografia escrita por mãos brancas, misóginas e abastadas.

Com isso, as obras literárias de Eliana Alves Cruz estão sendo procuradas e estudadas na academia à medida que estudantes negros ocupam esse espaço, o que consequentemente faz com que eles busquem estudar uma literatura que os representem significativamente. Assim como Cruz, escritoras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo, apenas para citar algumas escritoras negras, ganharam muito mais visibilidade após o ingresso de pessoas negras nas universidades, pois estas escritoras escreveram e escrevem uma literatura muito mais próxima da realidade desses estudantes. Portanto, é importante ressaltar que a inserção de escritores negros nas pesquisas acadêmicas está relacionada ao ingresso de estudantes negros nas universidades através, principalmente, da política de cotas.

Isto pode ser exemplificado a partir do relato da pesquisadora Laís Ribeiro Durães Fagundes (2023), apresentado na dissertação “Contra Discurso das práticas colonialistas: uma

⁶ “[...] A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com *quem* o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1987, p. 245).

análise de *Água de barrela* de Eliana Alves Cruz”, que revelou ao concluir sua pesquisa que uma obra pode afetar um leitor em um processo ímpar de entrecruzamento entre ficção e vida real. E continua apresentando as vivências da própria mãe, que, como Maria da Glória, personagem do romance analisado, precisou sair de sua terra natal para se tornar empregada doméstica de uma senhora rica aos doze anos e babá de filhos de banqueiro, aos quatorze.

Nesse sentido, percebemos trabalhos científicos nos quais pesquisadores selecionaram *Água de barrela* como *corpus* para suas pesquisas pela relevância das temáticas abordadas no enredo. A pesquisadora Lara Frattucci Frias, por exemplo, desenvolveu na sua dissertação de mestrado, cujo título é “A mulher negra como força das transformações sociais: correlações entre *Água de barrela* e *Até o fim*”, uma análise comparativa entre o romance de Cruz e uma obra cinematográfica produzida também por uma mulher negra, Glenda Nicácio, objetivando apresentar mulheres negras protagonizando suas próprias narrativas.

Na introdução de seu trabalho, Frias pontua sobre a importância da sua pesquisa, afirmando que:

A relevância desses estudos é primordial para os avanços e para o conhecimento da nossa própria história, os quais, foram limitados por décadas nos campos literários, audiovisuais, midiáticos, onde grande parte da indústria reproduz opressões, racismos e misoginias (Frias, 2023, p. 12).

Frias trouxe para sua análise, especialmente no primeiro capítulo, o protagonismo das personagens femininas de *Água de Barrela* e as mudanças que elas tiveram que superar nas suas realidades, a preservação da memória, tradições, dentre outras.

Na pesquisa de Laís Ribeiro Durães Fagundes (2023), já mencionada, é abordada, dentre outras temáticas, a maneira como a voz da narradora e autora reverberaram a história da família em consonância com a apresentação de uma história do Brasil até aquele momento pouco representada pela literatura. Desta forma, a vida das mulheres negras é apresentada, assim como o direito de falarem e serem ouvidas como sujeitos autônomos, além disso, problemáticas como os efeitos do patriarcado, sexismo e colonialismo são desenvolvidas na escritura de Fagundes, como transcritos no fragmento a seguir:

Ângela, esposa do feitor Moreno, retrata o papel da mulher na sociedade patriarcal. Era submissa e aceitava as infidelidades do marido, desde que não colocassem em risco sua posição de esposa. Desprezada pelas senhoras brancas e ricas por ser pobre, Ângela sentia-se superior aos escravos, afinal, era livre e tinha a pele clara. Essa personagem evidencia a sociedade da época, a qual era dividida da seguinte forma: O homem branco ocupava posição de maior prestígio social, abaixo dele estava a mulher branca; na

posição de maior desprestígio estava o homem negro, seguido pela mulher negra. Por não conseguir se impor ao marido, Ângela passa a perseguir Isabel para vingar a paixão violenta que Moreno nutria sem ser correspondido pela moça escravizada (Fagundes, 2023, p. 63).

Fagundes (2023) ainda problematiza os saberes epistemológicos, relacionando-os com o extrativismo e os mecanismos de exploração do corpo, e do saber como subjugação do outro. Discorre sobre a dificuldade do acesso aos saberes através do ensino escolar, argumentando através das personagens masculinas João Paulo e Adônis que ambos não apoiavam suas companheiras, Damiana e Martha, respectivamente, que almejavam que suas filhas conquistassem a instrução, algo que na época não era acessível às pessoas negras.

As pesquisas apresentadas possuem semelhanças, abordam temáticas que centralizam personagens femininas, contextualizando historicamente os locais pelos quais transitaram e as diversas formas de marginalização e exploração que elas tiveram que suportar para sobreviverem durante e após a escravização.

A responsabilidade pelo sustento familiar pós abolição recai sobre as personagens femininas de *Água de barreira* por meio do trabalho braçal (como no caso de Damiana) ou pela venda de quitutes (atividade econômica exercida por Martha). No livro, a maioria dos arranjos familiares é centrado nas mulheres, tornando-as símbolo maior de cuidado e resistência. Essa relação entre a figura feminina e o cuidado é tão forte que aparece até mesmo na dimensão espiritual: ‘Pedi proteção para a sua família, já que Iemanjá cuidava das famílias, das crianças, das gestantes. Era a mãe da humanidade’ (2018, p. 216) fortalecendo a relação entre o maternar e o cuidado (Fagundes, 2023, p. 33).

Diante do exposto, percebemos a ausência da coadjuvância masculina nessas análises, cujo principal *corpus* analítico foi o romance *Água de barreira*. Nesses trabalhos acadêmicos, selecionados a partir do recorte temporal de 2018, quando a obra foi publicada, até 2023, ano da atual pesquisa, evidenciamos que as narrativas relacionadas às personagens femininas tomam uma abrangência que se inicia com o próprio título da obra, que diz respeito ao produto que as escravizadas utilizavam para alvejar as roupas dos senhores e senhoras da casa-grande, seguindo com o sequestro da personagem Ewà na África, que deu à luz Anolina após chegar ao Brasil, e a partir daí se inicia a geração de mulheres fortes capazes de destruir qualquer barreira para que seus descendentes não vivam uma vida de subjugação que outrora foi imposta aos seus ancestrais.

Assim, o que percebemos é uma centralidade dada às personagens femininas que acaba encobrindo pontos relevantes ligados ao contexto sócio-histórico que,

consequentemente, se relaciona à atuação das personagens masculinas naquele período, como a movimentação do operariado soteropolitano, que só podem ser trazidos à tona a partir de uma penetração mais profunda do texto. Portanto, para avançar mais profundamente na interpretação da obra, faz-se necessário perfilar as personagens masculinas como Adônis, João Paulo, Manuel, Carestia de Vida e Arigofe, dentre outros, como representantes de grupos que à época foram marginalizados. Assim, independentemente de o romance *Água de barrela* ser considerado uma biografia familiar, apresentando fatos selecionados e centralizados pela autora sobre sua família, a narrativa se configura como relato simbólico (Silva, 2009) de como muitos homens e mulheres de diferentes grupos sociais sobreviveram em Salvador em um contexto de discriminação racial e exclusão social.

1.3 AS TRÊS LEITURAS SUCESSIVAS DE ROBERTO SCHWARZ

Conforme exposto acima, a obra *Água de Barrela* é considerada pela escritora Eliana Alves Cruz como a biografia da sua família. Quando lida sem compromisso analítico, o enredo apresenta nove gerações de mulheres fortes que superaram inúmeras opressões nos contextos da escravidão e pós-abolição em prol do sustento de seus familiares. Contudo, incômodos, “[...] incongruências, passos obscuros, ênfases desconcertantes [...]” (Schwarz, 2006, p. 9) surgiram durante as leituras, nos obrigando a realizar uma interpretação mais profunda além da superfície do texto, para tanto, foi necessário aplicar o método interpretativo apresentado por Roberto Schwarz em *A poesia envenenada de Dom Casmurro* (2006), a partir das três leituras sucessivas: uma romanesca, outra patriarcal e policial e a última efetuada a contracorrente. Schwarz tenta desvendar o enigma existente na obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, sobre a suposta infidelidade de uma esposa de origem humilde a partir da narrativa de um marido possuidor de credenciais socialmente aceitas naquela época, e também atualmente, isto é: advogado de prestígio, cavalheiro distinto e sentimental, sempre perdido em recordações da infância, venerador lacrimoso da mãe. Desta forma, a chave para o desvelamento deste enigma é investigar o marido, cuja configuração social de ordem patriarcal dá-se

[...] quando Bento deixa de ser filho e se torna marido e proprietário [...] O novo Santiago não nasce da traição da mulher, mas da junção de vontades confusas, em parte inconfessáveis (o ciúme desatinado, os apetites sexuais diversos, com autoridade patriarcal (Schwarz, 2006, p. 36-37).

Para avançar na interpretação, Schwarz partiu das perspectivas de dois críticos literários, Helen Caldwell e John Gledson, que depois de sessenta anos da publicação e reedição da obra — durante esse intervalo de tempo, a crítica e o público se mostraram insensíveis para uma armadilha elaborada e bem ocultada pelo Machado —, trouxeram perspectivas que possibilitaram um avanço significativo em sua interpretação. Para Caldwell, as acusações de Bentinho contra Capitu pareceram infundadas e ditadas pelo ciúme. Segundo a teórica norte-americana, o ponto de vista de Bento Santiago, que está com a palavra, é especioso. Gledson, por sua vez, identifica, por trás do sentimentalismo da primeira parte da narrativa, interesses propriamente sociais, ligados à organização e à crise da ordem paternalista.

De acordo com a proposta de Schwarz, a primeira leitura, também denominada de romanesca, apresenta a estrutura narrativa e o conteúdo do texto. Neste momento, o leitor desavisado compreende o gênero textual, o enredo, as características das personagens e o contexto sócio-histórico no qual a narrativa acontece, sem entrelinhas. Nessa primeira interpretação, o casal Bento e Capitu é apresentado e os primeiros conflitos que precisam enfrentar para a concretização do amor são a superstição e o preconceito social. No primeiro, a fim de cumprir uma promessa que a mãe fez com medo de perder o filho no parto, Bento precisa estudar no seminário para tornar-se padre. No segundo, tem-se a luta com “o nosso *Ancien Régime*, com as suas famílias de proprietários mandões, supersticiosos e senhores do casamento (ou celibato) dos filhos” (Schwarz, 2006, p. 35), entraves sociais que inviabilizavam a união matrimonial entre uma moça pobre com um rapaz de família da classe dominante. Contudo, a moça “mais perspicaz e ativa que o namorado” (Schwarz, 2006, p. 35), além de “emancipada interiormente da sujeição paternalista, exteriormente ela tem de se haver com essa mesma sujeição, que forma seu meio” (Schwarz, 2006, p. 27), busca estratégias para que o namorado não complete os desígnios religiosos e case-se com ela, uma moça que com “requite de cálculo e senso de prognose, articula a superação de entraves sociais em favor de si mesma” (Fernandes, 1998, p. 209).

Na segunda leitura e, portanto, patriarcal e policial, Schwarz, usando o método investigativo, desmascara o Dom Casmurro, primeiramente traçando o perfil do personagem a partir da posição que ele ocupa na sociedade e suas atitudes e ações desde o início da narrativa até o final, que estão ligadas às formas de autoridades tipicamente brasileiras e que estavam sob uma cortina de fumaça. Na segunda parte da obra, Bentinho torna-se o administrador de suas propriedades e, dessa forma, sua tibieza do tempo em que namorava Capitu é lançada fora e uma nova roupagem é colocada à disposição do patriarca, o qual despe-se da imagem

inocente do tempo do seminário e veste-se de marido ciumento e controlador, assim, dito de outro modo, os clichês do romantismo são desarmados para desmascarar os do patriarcalismo (Fernandes, 1998).

A leitura a contracorrente, ou também denominada de contrapelo, se dá quando a interpretação avança para o terceiro nível, onde Schwarz inverte os papéis e coloca o cavaleiro *belle époque* como réu na narrativa. Nesse momento, todos os enigmas que foram decifrados sobre o perfil do acusador são direcionados para um ponto comum, tornando o xeque mate inevitável.

Assim, depois de contribuir para a reputação civilizada do narrador, a tolerância divertida da contingência funciona também em chave conservadora, como poetização do Brasil velho, da herança colonial, em cujo prolongamento está a intangibilidade do mando dos proprietários — quando então o memorialista encantador mostra a outra face (Schwarz, 2006, p. 41).

Portanto, a descoberta da “armadilha, com lição crítica e incisiva” (Schwarz, 2006, p. 09) ocorre quando o narrador capcioso, dotado de credenciais aprovadas pela sociedade e com o poder da escrita, explica o objetivo de seu livro: “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência” (Assis, 2019, p. 14). Naquele episódio, a poesia (envenenada) torna-se um alibi para apresentar ao público a imagem de Capitu como esposa adúltera, imagem que ele mesmo construiu, por isso, a relevância de uma leitura a contrapelo que o posicione como vilão e não como vítima. Com efeito, Capitu, que na primeira parte da obra simboliza o signo do espírito esclarecido, será dominada pelo obscurantismo de Dom Casmurro e acaba falecendo longe de casa e sozinha. Dessa forma, a obra põe a nu uma sociedade brasileira que ansiava pela modernidade, mas possuía uma estrutura social arraigada no sistema escravocrata.

Assim, *Água de barreira* será interpretada à luz do método apresentado por Schwarz, contudo, analisaremos a partir de duas leituras sucessivas, a saber: a romanesca e a social. Desta forma, avançaremos a leitura superficial para mostrar que, para além das memórias narradas da Tia Nunu, muitos outros eventos foram deixados de lados no enredo e são imprescindíveis para compreender como os afrodescendentes sobreviviam na cidade de Salvador no contexto da pós-abolição, as formas de opressão a que eram submetidos e, por último, a atuação do operariado negro e mestiço na Greve Geral de 1919. Estas e outras temáticas, que serão discutidas nesta análise, são relevantes para situar essas personagens antes marginalizadas no cenário literário, além de suscitar discussões sobre a atuação delas em eventos que compõem a historiografia brasileira.

2 LEITURA ROMANESCA

Como dito anteriormente, *Água de Barrela* pode ser lido como um arquivo ficcional carregado de episódios históricos de injustiça e horror. Contudo, antes de avançarmos para a camada mais profunda do texto, na qual analisaremos o contexto sócio-histórico onde as personagens atuaram, ficaremos com a leitura sobrejacente ao texto, ou seja, com a romanesca, como nomeada por Schwarz. Nesta leitura será colocado à disposição do leitor fatos relacionados à biografia da família de Eliana Alves Cruz a partir da visão da própria escritora, pois foi ela quem narrou a história a partir de uma pesquisa bibliográfica e dos relatos dos mais velhos de sua família.

2.1 “ESÈ ÀWON ÀGBÀ”⁷: A MEMÓRIA HERDADA DA TIA NUNU

Na montanha de Ado-Awaye, região sudoeste da Nigéria, existe, impressa nas rochas, um aglomerado de pegadas, *Esè àwon Àgbà* — na tradução em português, as Pegadas dos Ancestrais. Segundo a lenda local, as pegadas são dos deuses que, certa vez, caminharam sobre a montanha para proteger os habitantes daquela região. Na primeira parte do romance, Eliana Alves Cruz narra um episódio vivido por Akin, seu irmão Gowon e seu pai Olufemi, em uma peregrinação à essa montanha sagrada, cujo intuito era escutar os conselhos do patrono da sua família, Xangô. Com efeito, a autora experimentou algo semelhante no processo de pesquisa e escrita de *Água de barrela*, porém na sua vivência não precisou escalar a montanha Ado-Awaye, porque ao seu lado uma ancestral possuidora da “Pedra de Roseta” poderia desvendar a origem de sua família (Cruz, 2018, p. 308). Na peregrinação em busca das respostas para as perguntas que as outras mais velhas hesitaram em responder, respostas que estão relacionadas às vivências dessas mulheres em um contexto de escravidão e discriminação racial, a possuidora da pedra é sua tia-avó Anolina, a Nunu, a porta-voz desta história que é dramática, mas repleta de ensinamentos e superação de dificuldades. Ela é uma personagem com um passado muito sofrido, porém, sua falta de censura para falar sobre determinados assuntos e sua sinceridade serviram e servem como aprendizado sobre uma história que por muito tempo ficou escondida debaixo do assoalho da historiografia branca e androcêntrica.

A infância de Anolina foi difícil. Uma criança que não se integrava socialmente, possuía um comportamento incomum e estranho, não foi à toa que Cruz intitula o capítulo sobre ela como “A menina estranha”, pois desde bem pequena:

⁷ “Pegadas dos ancestrais” (Cruz, 2018, p. 22).

Nunu estava sempre calada, isolada. Gostava de ficar só, e várias vezes foi vista falando sozinha, como estivesse cercada de pessoas invisíveis, de quimeras ou anjos. Seus olhos reviravam buscando imagens no ar e seus braços esticavam para tocar o nada. Ria e chorava, argumentava ou brigava ferozmente. Tudo num tom de voz baixa, como que falando para dentro (Cruz, 2018, p. 242).

Aos nove anos, Nunu fugia e saía vagando pelas ruas, muitas vezes agredindo quem mexia com ela. Além da agressividade física, suas expressões verbais eram carregadas de franqueza e, por vezes, hostilidade. O comportamento da menina piorou bastante depois do abandono do pai, porque, por mais que João Paulo tivesse sido um marido infiel e irresponsável, com as filhas era amoroso e atencioso. Por isso, Nunu ficou muito mais agitada e revoltada a ponto de tentar ferir a própria mãe, pois culpava-lhe pela ausência paterna e a linguagem que sabia para dizer o que sentia era a violência, como é demonstrado no fragmento a seguir:

Às quatro horas da manhã, o galo cantou. No escuro Damiana abriu os olhos lentamente e deu um grito: acima de sua cabeça, um vulto erguia uma pedra pesada e estava pronta para deixá-la cair em seu crânio. [...] Por trás da jovem, Martha silenciosamente se moveu e conseguiu tirar o meteorito das mãos da neta. Arfando, com a mão no peito pelo susto, Damiana pulou da cama. Com vagar, Martha foi abaixando os braços da menina, que estava agora com 13 anos (Cruz, 2018, p. 263).

No mesmo dia em que tentou ferir Damiana, Nunu dormiu por horas depois de tomar um chá calmante feito pela avó Martha. Assim que acordou, aproveitou que sua vigilante, a avó paterna Dasdô, cochilava ao seu lado, tirou a roupa e saiu correndo pela rua. Dasdô acordou com os gritos: “— Corre! Nunu está solta!” (Cruz, 2018, p. 263). Episódios como estes mostram como as pessoas do entorno enxergavam a menina: uma louca que precisava ficar trancada e vigiada ininterruptamente.

Nunu sobreviveu às internações, eletrochoques e medicação pesada. Martha, orientada pela mais velha Umbelina, recorreu à ajuda espiritual no terreiro do Outeiro Redondo, em São Félix, e ao Gantois, em Salvador, mas nem a medicina violenta da época e nem os conselhos e as orientações recebidas nos terreiros foram suficientes para trazer cura para a mente da menina estranha, pois ela carrega no seu baú de memórias muitas recordações dolorosas desse período em Salvador, quando a medicina não tinha a eficácia de hoje e as pessoas que possuíam alguma deficiência ou problema mental eram tratadas com desprezo e

camisa de força. Posteriormente, foi diagnosticada com esquizofrenia paranoide⁸ e, por conta deste problema, não era ouvida nem levada a sério, até que Eliana, com faro jornalístico e em uma tentativa de buscar preencher as lacunas abertas sobre o passado da família, recorreu à tia-avó.

Quais eram os laços que uniam minha família àqueles ramos da família Tosta? Cresci ouvindo as velhas, meu pai e tias comentando sobre Astrée, Mary, Dr. Adolpho, Dona Maricota... Perguntei à Damiana e Celina, mas elas ‘escorregavam’, respondiam parcialmente e com evasivas. Acabaram partindo, pensando que levavam com ela os muitos segredos, mas graças às informações de Nunu, seus poucos relatos disseram quase tudo (Cruz, 2018, p. 308).

Anolina narrou acontecimentos vividos pelo grupo, pela coletividade da qual fazia parte, contudo, muitos desses acontecimentos ela não vivenciou diretamente, mas ouviu as suas mais velhas contando e guardou na memória, como descrito no trecho a seguir:

Tia Nunu falava sem parar. Misturava cantorias com descrições de lugares, de objetos, de pessoas e, revirando os olhos cegos, tentava se recordar de cada detalhe. Lembrava-se de Dona Maricota, que às vezes era chamada como a mãe de ‘Iaiá Bandeira’ e do marido dela, seu Adolpho Santos Silva.
— Um homem imponente que quase foi um presidente da Bahia!
Lembrava o piso de tábuas enceradas da rica casa de Iaiá Bandeira, o corredor comprido, os cômodos e varandas e contava como a tia Maria da Glória, que chamava de Dodó e era a irmã mais nova de Damiana, trabalhava noite e dia.
— A gente foi lá várias vezes pra tirar Dodó daquela casa, mas a branca chorava, se lamentava, dizia: ‘eu não sei fazer o que Dodó faz. Ela é muito bem tratada aqui. Não, ela não vai embora! Nós não a tratamos bem?’ Uma consumação que só vendo... Uma banana! Ela dizia isso na nossa frente e por traz, ó! Fez um gesto de castigo). Mas Dodó era muito querida por todas as filhas dela.
— Mas tia, você não me disse que Dodó morreu de tanto trabalho que lhe davam? Que morreu sem cuidados e explorada?
— Ah, filha, essas coisas que vêm do tempo do cativo! (Cruz, 2018, p. 161).

O fragmento acima pode ser caracterizado como uma memória herdada (Pollak, 1992), a rememoração do passado que se tornou completamente indissociável do indivíduo. Essa

⁸ “Busquei dados sobre esquizofrenia, como agiam seus portadores e do que se tratava esta doença mental tão apavorante para a maioria. Tia Anolina é diagnosticada com esquizofrenia paranoide, caracterizada por delírios, alucinações, confusão mental, entre outros sintomas. De cara, entendi que ela não me diria nada de relevante se a tratasse como um dos meus entrevistados em coberturas jornalísticas. Teria que ser um pouco atriz e entrar no mundo dela” (Cruz, 2018, p. 308).

transmissão de fatos do passado se concretizou naquela conversa, quando Nunu, herdeira da memória, assumiu o papel de *griot* e contou a sua história e a história do povo negro.

— Mas tia, me conta mais!

— Calma, filha. Sempre que você vier aqui, me pergunte alguma coisa. Às vezes você sai e eu me lembro de tudo. A cada dia que você me pergunta vou me lembrando... Quem me contou tudo foi minha mãe, foi minha avó, minha bisavó... Eu? Era apenas uma menina. Só uma menina (Cruz, 2018, p. 305).

Desta forma nasceu *Água de Barrela*. Uma obra baseada nos relatos da tia-avó e de pesquisas sobre os eventos históricos que são descritos, paralelamente, à narrativa memorialística que compõe o romance.

Percebi que ela, na verdade, viveu quase que 90 por cento do seu tempo entre os anos 1920 e 1940, quando era criança e jovem. Fala como os pais, avós, parentes e conhecidos como se estivessem vivos e é capaz de descrever cenários com uma riqueza de detalhes impressionante para uma idosa de 90 anos, que passou por eletrochoques e medicações pesadas a vida toda (Cruz, 2018, p. 309).

Portanto, Eliana Alves Cruz, por meio dos relatos da sua tia-avó e de outros parentes mais velhos, dos pertences da família e de uma pesquisa historiográfica, selecionou eventos considerados pertinentes para visibilizar as travessias das personagens femininas e que no decorrer da narrativa contribuíram para caracterizá-las como mulheres fortes, que enfrentaram uma gama de problemas e desafios para proporcionar um futuro melhor às próximas gerações da família. E nessas travessias, essas mulheres criaram estratégias, que serão descritas ainda neste capítulo, planos, para alcançar esse objetivo, primeiro a proximidade com a família Bandeira Tosta, que lhes permitia o acesso a lugares inacessíveis para os negros na época, e em segundo lugar, o esforço empregado para que pudessem prosperar por meio da educação.

2.2 REINO DE OIÓ E RECÔNCAVO BAIANO: ENCRUZILHADA

A saga vivenciada por Akin Sangokunle, desde seu sequestro na África, sua vida como escravo no Brasil, especificamente em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e as demais relações familiares e fraternas em um dos períodos vergonhoso e triste da história do Brasil, que foi a escravidão iniciada no período da colonização, passando pela abolição até o início do século XX, compõem a primeira leitura da obra em análise, portanto, romanesca. Dentro destes

contextos amplos e complexos, partindo dos personagens Firmino e Anolina, a narrativa entrelaça o leitor ao apresentar as travessias de quatro mulheres que através do trabalho árduo e da superação das dificuldades sobreviveram entre Cachoeira e Salvador em uma época em que as pessoas pretas eram repelidas e tratadas como personagens amorfas de uma sociedade capitalista em ascensão.

A primeira parte de *Água de barrela* (2018) transporta o leitor para a África do século XIX, precisamente no ano de 1849, para o reino de Oió, região que atualmente corresponde ao sudoeste da Nigéria. E com a maestria de uma contadora de histórias, Eliana Alves Cruz narra a história de Akin Sangokunle, ou Firmino, seu nome cristão, sequestrado, ainda criança, com seu irmão Gowon e sua cunhada que estava grávida, Ewà Oluwa, na vila de Iseyin e trazido ao Brasil, para Cachoeira para serem escravizados. Durante a captura, Gowon foi ferido na perna e, como não recebeu os cuidados devidos, o ferimento infeccionou e acabou falecendo antes de chegar na Fortaleza João Baptista de Ajudá, na costa ocidental africana, local onde os cativos ficavam até embarcarem no tumbeiro. Ewà Oluwa, durante o cativeiro ainda em solo africano, foi violentada pelos algozes que chefiavam a expedição, mas mesmo com tanta violência sofrida e com a situação insalubre e macabra no navio negreiro, conseguiu chegar ao Brasil, falecendo meses depois, após dar à luz sua filha Anolina, que daria seguimento a próxima geração de mulheres fortes que lutariam pela sobrevivência de seus familiares.

Água de barrela é um romance caracterizado como biografia familiar, como afirmou sua autora, tendo Firmino, Ewà Oluwa (cujo nome cristão é Helena) e sua filha Anolina como os primeiros ancestrais da escritora Eliana Alves Cruz e cujas vivências representam a epopeia de lutas pela sobrevivência e do surgimento de uma irmandade que combatia, à sua maneira, as inúmeras violências sofridas pela comunidade negra, como é descrito no excerto abaixo:

O ar de ‘lamento eterno’ de Helena irritava Cecília, o que era perigoso, pois ela estava sempre à procura de uma maneira de cair nas graças da senhora com informações ‘úteis’, mas o estado de ânimo da moça provocava um sentimento de piedade e urgência em Dasdô e Umbelina. As duas conheciam do que era capaz sinhá Joanna. Como podia ser mais fria que um sapo na hora de executar um castigo! Um dia puxaram a moleca em um canto e falaram energicamente, em bom e claro idioma iorubá:

— É hora de parar de reclamar e falar direito a língua deles. Se quiser viver e esquecer um pouco os dramas, se pegue com o trabalho e chega disso, Helena. Filha, isso é uma questão de viver ou morrer — disse Umbelina (Cruz, 2018, p. 31).

A rede de apoio criada após a chegada ao Brasil foi crucial para que os africanos conseguissem suportar os atos brutais e desumanos e, assim, pudessem permanecer com o mínimo de sanidade mental possível.

Firmino, caracterizado como um homem dotado de uma força descomunal, não teve sossego após a chegada no Engenho da Natividade, porque não aceitava a situação em que era obrigado a viver. Orquestrou juntamente com seus companheiros, também escravizados, uma tentativa de reivindicar junto aos senhores a diminuição das horas de trabalho duro, pois muitos haviam morrido por causa da cólera e, por isso, os senhores duplicaram a carga de trabalho e os castigos, visto que a escravidão ceifava vidas em um páreo ferrenho com a epidemia. Aproveitando a situação epidêmica, a morte da matriarca Joanna Maria da Natividade e que o coronel Umbelino teria que administrar o engenho e demais patrimônios no lugar da mãe, os escravizados viram aquele momento como perfeito para uma insurreição. Firmino arquitetou o plano e convenceu Crispim, Roberto e Isabel a também fazerem parte da enrascada empreitada.

No cair da noite, naquela luz em que os contornos estão indefinidos, quando se aproxima a hora de se recolher os trabalhadores ao alojamento, todos deixaram suas enxadas no chão. Antônio gritou:

— Ainda não foi dado o sinal. O sino ainda não tocou. Todo mundo de volta pra enxada!

De nada adiantou. Sete homens o cercaram, com exigências de falar com o senhor. Não sendo atendidos, surraram-no e seguiram com ele para o sobrado onde certamente pegariam a todos de surpresa. Roberto liderava a turma que marchava para reivindicar com os senhores com tochas acesas, pois a noite já havia caído.

Firmino estava com Isabel. Ela era parte do plano para atrair Moreno e este seria seu enorme acerto de contas, não apenas com o feitor, mas por intermédio dele com toda aquela gente. Não estava se importando em morrer ou viver. Suava, arfava, ansiava por estar frente a frente e em pé de igualdade com aquele homem (Cruz, 2018, p. 68).

O desejo de Firmino não foi realizado e muito menos a reivindicação do grupo de Roberto, pois o plano foi delatado e todos eles tiveram que pagar um alto preço pela tentativa de luta em favor da sobrevivência. Lutaram pelo coletivo, mas nem todos cultivavam o mesmo ideal de irmandade, de companheirismo. Assim, foram traídos por Cecília, pessoa próxima, que lutava por si mesma, alguém que já havia desistido da liberdade e almejava apenas continuar sua existência de subserviência sob o sol escaldante, mas se protegendo debaixo do telhado da casa-grande.

O Roberto e os outros que estavam indo para o sobrado foram cercados e presos por um grupo de homens e policiais. Como Firmino não estava nesse grupo, não foi acusado de nada, mas passou a ser monitorado de perto pelo capataz até ser vendido para o Barão de Matuim, vizinho da Família Vieira Tosta, tempos depois. A pequena Anolina, filha de Helena, ficou aos cuidados da irmandade: Dasdô e Umbelina.

A partir desses episódios, Firmino e sua sobrinha Anolina iniciaram uma peleja em solo baiano, fundamental para marcar não apenas a história familiar da autora, mas também para efetivar a ancestralidade do povo preto através da memória marcada pelo ferro em brasa.

2.3 OS REIS DO MASSAPÊ

A fundação do Engenho Nossa Senhora da Natividade, local onde as personagens iniciam sua jornada em solo baiano, está relacionada à disputa entre o senhor Manuel Vieira Tosta e o Comendador Pedro Rodrigues Bandeira pela demarcação de um pedaço de terra à margem do rio Paraguaçu, local onde foi construído o engenho da Natividade, processo que teve a interferência do rei Dom João, que concedeu a demarcação nos termos de Pedro Bandeira. Com a morte deste, que por não possuir nenhum herdeiro, deixou toda sua fortuna para os sobrinhos, alguns dos quais, por ironia do destino, casaram-se com descendentes dos Vieira Tosta. Ambas as famílias acabaram unidas, pois “sangue azul não se mistura (oficialmente) com a plebe” (Cruz, 2018, p. 35), e deste jeito esta família acabou tomando posse da outra margem do rio como desejava.

Na corte do massapê, termo utilizado pela escritora para denominar os senhores de engenho do Recôncavo Baiano, não era permitida a entrada de nenhum estranho que não pertencesse ao clã, em outras palavras, que não tivesse sangue azul. E para não permitir a entrada de indivíduos estranhos no círculo estreito, pois era imprescindível que “as farinhas todas” estivessem “num mesmo saco brasonado” (Cruz, 2018), o rei e a rainha do massapê repetiam o nome dos filhos nos netos, nos sobrinhos e assim acontecia em uma sucessão de nomes iguais que tornava impossível distinguir nas conversações se mencionado era o pai ou o filho.

O surgimento da “nobreza do Recôncavo Baiano” se deu desta forma, barões e senhores de engenho e, portanto, comerciantes de escravizados, fazendo acordos e comprando terras que outrora haviam sido concedidas à nobreza portuguesa através da Lei das sesmarias, que Eliana Alves Cruz discorre brevemente com descrições repletas de elementos históricos relevantes para o desenvolvimento do enredo. Assim, portugueses e seus descendentes,

nascidos no Brasil, adquiriram e compraram terras concedidas através dessa lei, que foi responsável pela concentração fundiária nas mãos da elite branca e pela desigualdade social iniciada bem antes da abolição⁹ e que perdura até os dias atuais¹⁰.

A saga dramática das personagens deste romance começa de fato no engenho da Natividade, local ligado à história do país, como já mencionado, e palco de uma série de violências sofridas pelos escravizados antes e após a chegada de Firmino e Helena. A rainha do engenho da Natividade, a matriarca Joanna Maria da Natividade, esposa de Manuel Vieira Tosta, que passou a administrar o local depois da morte do marido, governou com mãos de ferro e com uma brutalidade imensurável, que os escravizados podiam contar mostrando as marcas no corpo. Um exemplo é o episódio sobre a violência sofrida pela escravizada Felipa, que, exausta do trabalho pesado do dia anterior, não conseguiu acompanhar a oração matutina obrigatória e por isso recebeu um castigo monstruoso da senhora baronesa:

Felipa seguia muda. Dona Joanna não se alterou, mas repetia as palavras como se fossem bofetadas no rosto de Felipa, que continuava em silêncio, com uma lágrima que lhe escorria na face.

Repita comigo, negra: ‘Santa Maria, rogai por nós. Santa Mãe de Deus, Santa Virgem das virgens, Mãe de Cristo, Mãe da Igreja, Mãe da divina graça’! [...]

— É minha tarefa fazer com que o verdadeiro Deus se instale nos corações dessas crianças.

E prosseguiu.

Repita comigo, negra: ‘...Espelho de perfeição, sede de sabedoria, fonte de nossa alegria, vaso espiritual, tabernáculo da eterna glória, moradia consagrada a Deus!...’

As lágrimas já ensopavam o rosto de Felipa, mas ela seguia sem proferir palavra.

— Pois bem — disse a senhora — você não quer orar. Você se recusa a aceitar a Santa Mãe de Jesus em seu coração. Nossa Senhora da Natividade, da Conceição, das Dores e de todos nós! Muito bem, Felipa, muito bem... Respeitarei sua vontade.[...]

— Abram a boca desta mulher! — ordenou aos homens do feitor.

Estendeu a mão direita e o feitor depositou nela uma faca brilhante, grande e tão afiada que feria só por encostas. Num só golpe, ela cortou a língua da escrava. Enquanto o sangue jorrava e os homens se preocupavam em estancá-lo, a senhora continuou recitando, altiva, enquanto caminhava de

⁹“A Lei de Terras de 1850, por exemplo, que fora apresentada pela primeira vez em 1843, visava organizar o país para o fim eventual do trabalho escravo — tendo sido votada poucos dias após a interrupção do tráfico. Na verdade, essa história durou até o final do império. O objetivo da lei era desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes” (Schwarz; Starling, 2018, p. 274).

¹⁰ “No Brasil, os grandes estabelecimentos, com área superior a 1.000 hectares, representam apenas 0,91% do total das propriedades rurais do país, mas concentram 45% de toda a área rural que temos. Por outro lado, os estabelecimentos pequenos, com área inferior a 10 hectares, representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total. Essas pequenas propriedades também são as que menos recebem incentivos fiscais e tecnológicos, embora sejam responsáveis pela produção de mais de 70% de todos os alimentos que chegam à nossa mesa” (Trecho da entrevista “O sistema das sesmarias permanece no Brasil moderno” com a socióloga Katia Maia, concedida por e-mail ao IHU em 19 de dezembro de 2016).

volta a casa, com a saia manchada de vermelho, sob os olhares de pavor de alguns, choros contidos e ódio mal disfarçados de outros (Cruz, 2018, p. 39).

A sinhá era implacável em castigar os escravizados. As “falhas” de Felipa não passariam despercebidas aos olhos da dona Joanna, principalmente por ela ser quem era: uma escrava mestiça. Assim, Felipa surge apenas neste episódio e depois é literalmente silenciada na narrativa. Quem era Felipa neste enredo? No episódio narrado não há detalhes da aparência física da escravizada, mas podemos supor que ela podia ser uma mulher dona de uma beleza incomum, fruto da mistura étnica e, historicamente, selecionada pelos senhores e seus herdeiros para tornar-se objeto sexual deles. A baronesa tinha um problema com as negras que eram usadas como instrumento sexual pelos homens de sua casa, receosa de que alguns deles pudessem se interessar verdadeiramente por alguma e dessa relação nascessem filhos bastardos. Dessa forma, a senhora Joanna tratava de pôr fim em qualquer uma que ameaçasse a sua família, o seu patrimônio, por isso: “a mãe de todos os Tosta era temida com razão, pois seria capaz de qualquer coisa para defender o que considerava seu, dos seus e de mais ninguém” (Cruz, 2018, p. 38), e Felipa provavelmente não era diferente das demais escravizadas. A senhora aproveitou a oportunidade para punir a indefesa Felipa não apenas pela sua recusa em participar da reza matutina, mas principalmente por sua existência¹¹.

Os desdobramentos ocasionados pelo envolvimento da escravizada Amância com o sinhozinho Manuel explicam as manobras maquiavélicas da senhora baronesa para destruir os bastardos e possíveis herdeiros do patrimônio Tosta. Sabendo que o filho se encontrava com a escravizada frequentemente, a sinhá Joanna enviou-o imediatamente para estudar na Europa e, após sua partida, tratou de destruir o mal pela raiz, neste caso, os males, pois Amância estava grávida de Manuel e acabou abortando a criança devido à violência sofrida, e falecendo dias depois.

No enterro da escrava, a ‘sinhá’ apareceu, puxou um terço, abaixou a cabeça em oração e antes de sair afirmou, passando os olhos na assistência, que não ousava olhá-la nos olhos, em tom pausado, como se estivesse dando uma advertência a crianças travessas:
‘Que não tenha ido em vão’ (Cruz, 2018, p. 37-38).

¹¹ Amância foi castigada com o silenciamento, sua língua foi cortada cruelmente. Isto evidencia o desejo do colonizador sobre o controle dos corpos negros, sendo a boca o órgão mais censurado historicamente, como ponderou Grada Kilomba (2019, p. 33-34): “A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão de opressão por excelência, representando o que as/os brancos querem — e precisam controlar e, consequentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado”.

Estas formas de silenciamento e de aniquilação caracterizam estratégias coloniais que impediam os africanos e seus descendentes de reivindicar a liberdade sobre seus corpos e sobre as riquezas materiais¹² que eles construíram, amassando o massapê com os pés nus, fazendo brotar vida da terra preta — esses sim, são os verdadeiros reis.

2.4 AS SENHORAS DAS CAPILOGÊNCIAS

Na segunda parte, a narrativa *de Água de barreira* apresenta a união entre Martha e Adônis, este também nascido durante a Lei do Ventre Livre. Quando se relacionam sexualmente pela primeira vez, e iniciam o namoro, tinham 14 e 16 anos, respectivamente. Com Adônis, Martha teve duas filhas, Damiana e Maria da Glória, e viria a romper com ele logo após suas andanças entre Cachoeira e Salvador, em uma correria frenética para vender seus quitutes. A relação do casal era repleta de troca de afetos e incompreensões mútuas, porque, segundo Martha, as ideias de liberdade e de independência de Adônis divergiam das suas e essa incompatibilidade resultou no distanciamento entre eles tempos depois.

Meses após o evento da abolição, quando Martha se recuperava do parto complicado de Damiana, o casebre que ocupava junto com Adônis, sua sogra Dasdô e sua mãe Anolina, nas terras do barão de Moniz Aragão, em Maracangalha, foi invadido por Moreno e seus homens. Estes culpavam os libertos pelos incêndios nos canaviais e, com o consentimento do já citado barão, buscavam vingança. Nesse episódio, retiraram os moradores de seus casebres, os amarraram, roubaram-lhes dinheiro e pertences de valor e incendiaram suas casas e plantações. Firmino chegou em seguida com seus companheiros para combater o grupo de invasores e aproveitar para acertar as contas com Moreno, seu antigo inimigo. As coisas poderiam ser favoráveis para os familiares e amigos e parentes de Martha, mas no meio do embate e trocas de tiros, Anolina foi atingida e sua morte pôs fim ao conflito e, consequentemente, Firmino, seu filho Roberto e outros foram levados presos.

Aproveitando a surpresa dos homens montados, começaram a desamarrar os moradores. Cada um correu para um lado para salvar o que pudessem. As

¹² Kilomba (2019), no capítulo “A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização”, aponta a boca como uma metáfora para posse. No contexto que analisamos (o dia a dia do trabalho nos canaviais), essa posse estaria relacionada à aquisição da cana-de-açúcar pelos escravizados, pois foram eles que plantaram, colheram e produziram, logo, moralmente, o produto pertence a quem realizou todo o trabalho — no entanto, o colonizador interpreta essa possível posse como roubo (Kilomba, 2019). Trazendo esses termos para a situação da escravizada Felipa, a metáfora da boca como instrumento de posse poderia significar o silenciamento e/ou a aniquilação daquelas escravizadas que porventura resolvessem reivindicar a herança dos filhos juntos aos pais coronéis, arruinando, assim, a organização hierárquica da família Tosta, sendo o primogênito Manuel, mesmo nome do pai, rei do clã.

casas e roças ardiam. Adônis tentava proteger a mulher e Damiana, quando viu Moreno e Firmino, cada qual em seu canto apontando uma arma para o outro. Ele, Martha e Dasdô correram para o mato de onde Firmino saía. Anolina continuava ajoelhada, no meio do tiroteio.

—Vamos, Dona Anu! Venha! — gritou. Ela olhou lentamente para a família e começou a caminhar na direção deles, também devagar. Um dos capatazes, ao vê-la se dirigindo para a mata, se pôs no meio do caminho com o cavalo. Adônis tocou Dasdô e Martha mais para dentro do mato, mas não a tempo de impedir Martha de ver Anolina cair. O tiro destinado a Firmino a acertou em cheio (Cruz, 2018, p. 141).

Depois desse evento, Martha será apresentada ao leitor como a mulher incansável que lutou até a morte pelo bem da sua família. A primeira grande luta que ela e o marido Adônis enfrentaram foi o retorno, após a morte de Anolina, ao Outeiro Redondo, terras dos antigos senhores, para trabalhar para a família que antes escravizaram seus parentes e amigos. Naquele momento, o casal morou em uma tapera que havia sido construída por Adônis antes do casamento e puderam cultivar uma roça no fundo do casebre. Já naqueles dias Martha mostrou sua insatisfação diante da situação. Ali evidenciou-se a incompatibilidade do casal:

—Tá vendo Dônis! Lembra do que lhe disse aquele dia no cais? Que os sinhô num ia se conformá tão fácil e que liberdade num existe pra nós? Olhe bem. Tamo aqui, de volta, no mesmo lugá...

Ele fez uma negativa com a cabeça e emendou.

— A terra, o trabalho, as pessoas, tudo pode ser igual, Martinha, mas os lugares de cada um, ah, esses é que nunca mais serão os mesmos!

Martha ainda não conseguia entender ou alcançar a afirmação do marido, pois Damiana ia crescendo como ela tinha crescido, entre a cozinha e a casa-grande do sobrado do engenho. Martha não era escravizada desde o ventre livre de Anolina, mas sua vida não era muito diferente da que a mãe tinha vivido, e isto a incomodava demais. Adônis trabalhava duro na roça, na pescaria e no mercado. Não faltava nunca ao compromisso do dinheiro com os patrões. Ele era orgulhoso demais para isso (Cruz, 2018, p. 149-150).

Quando descobriu que estava grávida da segunda filha, Martha decidiu abandonar as terras dos Tosta e morar na cidade de Cachoeira, onde passaria a comercializar seus quitutes e produtos da roça do marido, mas ainda continuaria lavando roupas para Iaiá Bandeira, esposa de Francisco Tosta. O companheiro não concordou com a decisão da mulher, por isso não a acompanhou, pois não achava correto abandonar o pedaço de chão onde viviam. A partir dessas incompletudes, o casal se distanciou ainda mais. Assim, depois que Maria da Glória, a Dodó, nasceu, Martha rumou para a cidade levando as duas filhas e o desejo de sobreviver longe daquela família e do lugar que rememora o tempo do cativo.

Enfim, a vida parecia estar ganhando o ritmo que Martha queria, trabalhava muito, mas conseguia ganhar para auxiliar Dona na casa e ainda juntar mais algum ao dinheiro que Anolina lhe deixou e no qual ela fazia o possível para não tocar. Trabalhava no mercado, lavava a roupa de Iaiá Bandeira e finalmente conheceu Salvador, aonde ia agora com alguma frequência vender quitutes, os produtos da roça de Adônis e de outros (Cruz, 2018, p. 170).

Martha aprendeu a ler e a escrever com Adônis, e havia descoberto que possuía talento para o comércio e para a contabilidade, ambos herdados da mãe. Portanto, o conhecimento de Salvador e a possibilidade de vender seus produtos naquela cidade abriram outras possibilidades para a quituteira. Depois de muitas idas e vindas entre Salvador e Cachoeira, situação que a impedia de cuidar das filhas como desejava, resolveu tomar outra decisão importante: mudar para a cidade soteropolitana. Vivendo lá, Martha precisou aprender a sobreviver em meio às violências que assolavam uma situação problemática que nasceu com a abolição: africanos e seus descendentes que não receberam assistência nem orientação para viverem como trabalhadores livres ocupavam o centro de Salvador comercializando uma variedade de produtos¹³, os desempregados buscando alguma ocupação, os capoeiras, dentre outros. Nesse grupo de pessoas marginalizadas, os capoeiras eram temidos e vistos como arruaceiros, responsáveis pela desordem nas ruas de Salvador e, volta e meia, entravam em conflito com os policiais. Sabendo disso, Martha e sua companheira quituteira, Capitulina, evitavam ao máximo cruzar com um desses personagens.

Martha abandonou uma vida de subserviência aos antigos senhores e rumou de Cachoeira para Salvador em busca de melhores condições de vida, trabalhando sem descanso como quituteira para que suas filhas Damiana e Maria da Glória tivessem condições melhores e dignas para viver em uma época de liberdade, mas não de prosperidade para o povo preto. Para tanto, arquitetou um plano para que suas filhas pudessem estudar, pois acreditava que a educação era um meio para conquistar a emancipação e a melhoria de vida.

Martha fez um acordo com a família Bandeira e Tosta, a mesma que por tantos anos escravizou seus parentes e amigos, para que as filhas conseguissem estudar no colégio de freiras, no Colégio Nossa Senhora da Salette.

— Uma vaga no educandário para as suas filhas? — espantou-se, a ponto de derramar parte do chá no tapete.

¹³ “Ao lado do comércio fixo, havia os vendedores ambulantes, em proporção considerável. Alguns mercadejavam seus artigos pelas ruas: verdureiros, peixeiros, vendedores de frutas, doces, balas, de do artesanato feminino, fateiras que vendiam vísceras de gado, a ‘mulher do cuscuz’, a ‘mulher do acarajé’, e ‘da cocada’, os ‘gringos da prestação’, de origem judaica ou árabe, que, de porta em porta, conduziam em suas malas mercadorias variadas — jóias (sic.), tecidos, miudezas etc. — e vendiam a prazo” (Santos, 2001, p. 27).

— Eu ouvi que em Salvador tem um educandário que aceita moças pobres. Por que não, Sinhá? Mainha lá onde está, ao lado de Nossa Senhora da Ajuda, há de ficar orgulhosa de ver. Mainha Anolina... tão sofrida aqui na Terra, num é mermo? (Cruz, 2018, p. 185)

Martha sabia como persuadir Iaiá Bandeira, tocando nas feridas do passado e na religiosidade da matrona. Foi assim que esta concordou em encontrar vaga apenas para uma das meninas no colégio. Martha teria que escolher qual das filhas iria ingressar no educandário, acabou optando em permitir que a mais velha, Damiana, tivesse a oportunidade de estudar. Como os coronéis estavam acostumados a querer algo em troca de favores, Francisco Tosta pressionou a esposa, Iaiá Bandeira, a pedir para Martha que sua filha mais nova ficasse com eles depois que completasse 13 anos. Assim, no indo e vindo de Salvador com a mãe, Maria da Glória passaria a servir aquela família até morar, definitivamente, no sobrado na capital.

Antes de iniciar seu trabalho no Sobrado em Salvador, que estava sendo remodelado para servir de morada para os noivos Maricota e Adolpho, as tarefas de Dodó, alternavam entre o bordado do enxoval de casamento, as atividades domésticas e tudo o mais que a senhorinha Maricota solicitasse. Isto pode ser observado no fragmento seguinte: “A todo instante eram interrompidas por alguma solicitação — um refresco, uma bolacha, um ponto num vestido, uma ida ao mercado, um café para a visita, uma roupa no varal. ‘Afim, Dodó, onde está a caixa de rapé do senhor meu pai?’” (Cruz, 2018, p. 191).

Após o casamento, e já residindo em Salvador ou em outras cidades onde o casal estivesse atuando como juiz, Maricota engravidou mais três vezes e deu à luz a mais três meninas que iriam depender de Dodó em quase tudo e por um longo tempo, como observado no trecho seguinte: “Mais uma menina para Dodó cuidar na casa dos brancos. A escadinha de laços de fita era composta por Astrée, então com dez anos; Nadége, com sete; Mary, com seis, e agora Maria Auxiliadora” (Cruz, 2018, p. 239).

Esta personagem viveu dias exaustivos devido à quantidade de serviço e responsabilidades que a família depositava sobre ela, como pode ser verificado no excerto abaixo:

O dia para Maria da Glória começava às quatro e meia da manhã, quando despertava, fazia orações, higiene, vestia-se e ia para a cozinha preparar o mingau das meninas, o desjejum dos patrões e dar uma primeira conferida no que faltava na despensa. Depois ia para os quartos das crianças para despertá-las. Enquanto elas se vestiam, Dodó descia e arrumava a mesa. Durante o desjejum das três filhas, a negra subia para pegar o bebê com Maricota, que descia com Dr. Adolpho para o café. Dodó dava mamadeira

para a caçula e arrumava as camas e cômodos de cima. Terminada esta tarefa, Dodó descia e começava a arrumação dos cômodos de baixo. Quando o Dr. Adolpho saía, Maricota subia para ficar com o bebê, bordar ou ler, e ela retirava a mesa, lavava tudo, arrumava a cozinha e começava a preparar o almoço. Enquanto as panelas estavam no fogo, ela arrumava o material no escritório para as aulas das meninas maiores, que começariam assim que a professora chegasse (Cruz, 2018, p. 240).

Além da situação desumana na qual Maria da Glória sobrevivia, as decisões relacionadas à sua vida eram controladas primeiramente pela matriarca Iaiá Bandeira, que continuou com a filha Maricota. Uma situação que começou com ameaças em um episódio em que Martha, sentindo pelo sumiço da filha depois de longos meses, foi interpelar a senhora baronesa por ter proibido ela e a filha Damiana de visitarem Dodó, e a resposta recebida foi uma manipulação e uma sutil ameaça, como reproduzida abaixo:

Iaiá Bandeira também sabia fazer manipulação. Dizia que ali ela estava protegida, tinha conforto e a convivência de uma família de verdade. Morava em um quarto muito melhor que qualquer casa que ela, a mãe, poderia oferecer. Também fez uma sutil ameaça, dizendo que se ela entendesse ser melhor, poderia falar com seus parentes que ajudaram na matrícula de Damiana para que ela saísse da escola (Cruz, 2018, p. 192).

No outro ato, no Colégio Nossa Senhora da Salette, Damiana viveria uma das situações mais humilhantes e desgastantes da sua vida, pois realizava uma dupla jornada entre estudante e serviço das filhas das famílias abastadas de Salvador.

Damiana recebeu no Colégio Nossa Senhora da Salette um verniz de educação. Quando saiu tinha noções de francês e de piano, sabia ler razoavelmente bem e tinha uma bonita letra. A moça talvez pudesse ter sido uma aluna brilhante se não tivesse que recolher, junto com outras alunas na mesma condição que ela, tudo que as mais abastadas sujavam (Cruz, 2018, p. 186).

Damiana abriu mão da sua própria vontade, sujeitando-se aos caprichos das sinhazinhas mimadas em busca da escolaridade, que após concluída não garantiu um trabalho que pudesse colocar em prática o que aprendeu no colégio e, consequentemente, o diploma não serviu para modificar a dificuldade financeira que sua família passava. Assim, após seu casamento com João Paulo, um homem mulherengo e fanfarrão, em meados de 1913, precisou encarar a lavagem das roupas sujas dos brancos para sobreviver.

Anolina e Celina foram frutos do casamento com João Paulo. A caçula nasceu com um problema psiquiátrico, diagnosticada, anos depois, como esquizofrenia paranoide, sendo uma

criança com dificuldade em se integrar socialmente, foi educada dentro de casa com a ajuda de amigos e, principalmente, da madrinha, Regina. O desejo de mudar a situação da família por meio dos estudos demoraria a acontecer, porém, Damiana seguiu os passos da mãe e incentivou e trabalhou duro para garantir que sua primogênita, Celina, estudasse e que encerrasse o ciclo de subordinação e subserviência que a sua família vivenciava desde o dia em que sua ancestral, Ewà Oluwa, pisou na praia da Baía de Todos os Santos.

A menina se preparava para a prova da Escola Normal no Ginásio São Salvador, uma escola para a classe média. Muitos filhos de funcionários públicos e comerciantes estudavam por lá. O custo não era dos mais altos, cerca de 30 mil-réis a matrícula, mas para os rendimentos da família de Celina pesava e muito. No entanto, ela queria ser professora, e a mãe e a avó não pouparam esforços. Que orgulho — sonhavam — seria ter Celina formada professora! Para Damiana, era o começo do que planejou a vida toda, a subida de posição pela instrução (Cruz, 2018, p. 255).

Além de estarem caminhando para a ruptura entre sua família e os Bandeira Tosta, Martha e Damiana presenciaram Mary, a filha de Maricota e Adolpho, matriculada na mesma escola que Celina, algo inédito e que nenhuma delas imaginou que pudesse acontecer: “Quando chegaram à escola, uma surpresa: Mary, a filha de Maricota, que regulava em idade com Celina, também estava matriculada” (Cruz, 2018, p. 257).

Uma moça negra ocupando o mesmo espaço que uma branca, ambas vivendo uma equivalência, mesmo que minimamente, na Escola Normal. Impossível imaginar a cena sem refletir como teria sido o posicionamento das pessoas brancas naquele local, professoras, alunas e funcionárias, diante da presença de uma ou mais alunas negras: olhares inconformados e discriminatórios contra aquelas que décadas atrás serviam, limpavam e arrumavam, em uma faina interminável, para que os sinhozinhos e as sinhazinhas pudessem administrar, estudar, descansar, gerar filhos, ou simplesmente existir.

Com muitas dificuldades e através de muita lavagem de roupa e venda de quitutes, Celina concluiu os estudos e formou-se professora. Depois da formatura, o desafio seguinte foi conseguir uma vaga para exercer o ofício. Uma professora negra, em 1936, conseguiria uma oportunidade para lecionar facilmente? Claro que não. Quando Celina chegou na região de Itatinga para exercer a docência, duvidaram da existência de uma professora negra. O fato é que a recém-formada professora recebeu o convite para trabalhar naquela região pelo próprio Dr. Adolpho, que por conta de seu cargo como juiz possuía muitos contatos. Primeiramente, o posto foi oferecido a sua filha Mary, que foi colega de Celina na Escola Normal, contudo, a mãe Maricota não permitiria que sua filha fosse morar sozinha em um

lugar tão longe e, ainda por cima, ficando vulnerável à ameaça chamada Lampião; com a recusa da esposa, Adolpho recorreu à Celina.

O posto que Dr. Adolpho ofereceu a Celina foi ofertado a Mary, a filha deles que foi colega de Celina na escola Normal, mas, apesar da remuneração razoável, dona Maricota não suportou à ideia de vê-la sozinha tão longe e numa área exposta ao temido lampião. O coronel Rogério Soares Gusmão, um político amigo da família, ligado a Juracy Magalhães, estava à procura de uma professora para a região de Itatinga. Seguir acompanhando Mary estava de cogitação para a matriarca. Damiana e Celina ouviram a proposta em silêncio. A mãe ia pedir um dia para pensar, mas Celina se adiantou: ‘Aceito’ (Cruz, 2018, p. 271).

Podemos observar no fragmento acima o apadrinhamento ou o favor¹⁴, caracterizando a relação do Adolpho com a família de Martha. Esta relação poderia ser analisada como sendo um resquício do período da escravidão, e é, mas também observando com a lente um pouco mais apurada, veremos que o juiz tinha uma dívida com aquela família, principalmente com Maria da Glória, a Dodó, pois esta criou todas as suas filhas. Desta forma, compreendemos que Celina conseguiu exercer a docência porque teve a intermediação de um homem que fazia parte da elite de Salvador, caso contrário, poderia ter acabado como a mãe, na barreira.

Celina aceitou a oportunidade de tornar-se professora em Itatinga. Mesmo com o namoro em andamento com Manuel, a região sendo distante de Salvador e o medo dos cangaceiros liderados por Lampião, a moça de dezenove anos conseguiu lecionar por dois anos naquela região — retornou quando a preocupação pela família e a saudade tornaram-se difíceis de suportar.

O apadrinhamento de Adolpho entrou em ação, agora como padrinho de casamento do casal. Quando Celina estava casada com Manuel, e já mãe de dois filhos, Eloá e Einar, Damiana e a filha recorreram ao juiz, que na época estava aposentado, para que ele mexesse os pauzinhos garantidos pelo prestígio social que possuía para conseguir uma vaga para Celina lecionar. Naquele período, a situação financeira da família estava muito difícil com o Manuel gastando o que ganhava no Banco do Brasil na jogatina e em festas. Assim, Adolpho conseguiu, em 1947, uma vaga para Celina lecionar no Serviço de Educação de Adultos (SEA), recém implantado, em Jaguaquara, situada no sudoeste do estado. Mais uma vez ela

¹⁴ “O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência (*sic.*), por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, corte, etc.” (Schwarz, 1992, p. 16).

foi desbravar o sertão, desta vez não com a mãe e a irmã, mas com os filhos e deixando Manuel em Salvador, com o propósito de lecionar para um grupo de vaqueiros em uma escola nova, permaneceu ali por três anos.

Assim a narrativa é construída, visibilizando as atuações dessas personagens nas ruas de Salvador, seja como quituteira, como lavadora ou como professora. Em uma sociedade racista e patriarcal, onde era quase impossível uma mulher negra conquistar espaço e prosperar, essas mulheres criaram estratégias para se libertarem dos resquícios do jugo colonial e conseguirem a tão almejada emancipação. Uma das estratégias utilizadas por elas, principalmente pela matriarca Martha, foi o apadrinhamento. Desta forma, por meio do apadrinhamento herdado do período escravocrata ou executando inúmeras atividades laborais, elas avançaram para realizar o sonho da liberdade, da independência e, também, das amarras da escravidão de seus corpos e de suas identidades.

2.5 COADJUVÂNCIA MASCULINA

O que há de relevante sobre os personagens secundários masculinos para que um capítulo fosse destinado a discorrer sobre eles? Nas narrativas sobre eles existem barreiras que tentaremos descortinar para avançarmos para o próximo estágio de leitura. Para tanto, serão apresentados aqui os personagens Adônis, João Paulo e Manuel, suas vivências são imprescindíveis para o andamento da análise.

Adônis Tosta nasceu durante o ano da Lei do Ventre Livre, em 1871, por isso não experimentou as correntes da escravidão no seu corpo, mas precisaria trabalhar para seus senhores até completar 21 anos, caso a abolição não tivesse acontecido em 1888. Adônis, como o sobrenome já entrega, nasceu em uma propriedade localizada no Outeiro Redondo, em São Félix, pertencente à família Vieira Tosta, a mesma que havia escravizado os familiares de sua esposa Martha. A vantagem de ele ter nascido depois da promulgação da lei era a “liberdade” que possuía, podendo percorrer de um engenho para outro, aprendendo e realizando diversas atividades, dessa forma adquiriu muitas habilidades, como a pescaria e outras ligadas ao manejo de embarcações.

Devido à localização às margens do Rio Paraguaçu, aqueles conjuntos de fazendas de açúcar eram ligadas à navegação, e mal se firmou nas pernas teve que aprender a lidar com embarcações. Esse fato mudou sua vida, pois o empurrou rio abaixo rio acima tantas vezes, conhecendo muitas coisas que jamais aprenderia estando trancafiado na prisão vegetal que eram as plantações (Cruz, 2018, p. 126).

Adônis, antes mesmo de se relacionar com Martha, aos 13 para 14 anos, quando serviu de cocheiro para a família, firmou aliança com os abolicionistas¹⁵ Antônio José Balieiro, Cesário Ribeiro Mendes e Inácio José Freitas, e por intermédio deles aprendeu a ler e adquiriu documentos e informações sobre o movimento. Nesse ínterim, ele se aproximou e se envolveu bastante nas lutas contra a escravidão, mas isto, juntamente com sua habilidade de leitura, eram segredos trancados a sete chaves. Essas experiências foram possíveis devido às suas andanças e ao fato de não trabalhar no canavial, ao contrário da maioria que trabalhava doze horas por dia e ainda estava na mira dos capatazes.

O casamento com Martha aconteceu quando ele tinha dezessete anos, com a mesma idade vivenciou a chegada do 13 de maio. Com a libertação dos escravizados e o nascimento de sua primeira filha, Adônis abandona o discurso libertário de antes e decide viver nas terras dos antigos senhores de engenho, tendo que pagar pela moradia por meio do trabalho braçal e dos produtos agrícolas que cultivava. Desta situação nasceu os conflitos com Martha, pois enquanto ela não suportava aquela situação de subordinação e ligação com os antigos escravocratas, ele insistia em permanecer ali para que um dia pudessem ter direito à terra. Em uma conversa que tiveram no início do namoro, a moça revelou para Adônis a vontade de viajar para conhecer Salvador e desfrutar das coisas e belezas que diziam que tinha por lá e ele, por outro lado, esclareceu que não tinha desejo algum de sair do lugar que morava desde que nasceu. Como mostra o trecho seguinte:

— Prá quê, essa menina? Não tá vendo quanto barco, quanto navio, quanta riqueza aqui mesmo? Não é preciso ir pra Salvador, formosinha. Não tarda a gente não vai mais precisar trabalhar pra eles, não! Todo mundo vai ter sua rocinha, seu pedacinho de chão (Cruz, 2018, p. 113).

Depois de algum tempo trabalhando na fazenda da família Vieira e Tosta, Martha decide tomar outros rumos, indo morar na cidade, primeiro em Cachoeira e depois em Salvador, e Adônis encerrou seu ideário de liberdade e continuou no Engenho do Capivara até o fim da sua vida: “Ele se foi dormindo em sua esteira na pequena tapera do Engenho do Capivari, cercado por seus livros e revistas, ao lado da roça que cultivava” (Cruz, 2018, p.

¹⁵ Sobre a participação dos negros no movimento abolicionista, Florestan Fernandes (2008, p. 30) pontua que: “a participação dos negros no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista. Mas, pela própria natureza da sua condição, não passava de uma espécie de ariete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o ‘antigo regime’”.

246), trabalhando e pagando para ter direito à moradia, plantando e dividindo os produtos da sua pequena roça com os senhores donos das terras.

A leitura romanesca apresenta João Paulo dos Santos, 23 anos e “marceneiro de mão cheia”, um homem interesseiro, fanfarrão e mulherengo. O primeiro encontro dele com Damiana foi um evento significativo e parecia cena de telenovela. Ela foi à missa depois de uma sessão de fotos no estúdio do alemão Lindemann, estava vestida e penteada como uma verdadeira filha de baronesa, obras da mãe Martha; o galanteador a viu e não teve outra: investiu todo seu charme, sua altivez e sua estatura esguia para conquistá-la e conseguiu. O fragmento abaixo é a descrição da oficialização do relacionamento do casal em uma reunião de família na casa da mãe Martha:

Estavam na metade de 1912 e João Paulo foi devidamente apresentado a Martha, Roberto e Dodó, que por um milagre conseguiu sair da casa de dona Maricota para conhecer o cunhado. Martha caprichou. [...]

Todos estavam em suas melhores roupas, e João Paulo não deixou de reparar nas joias de crioula que cobriam os pulsos, o pescoço e as orelhas de Martha. Balangandãs vistosos que ela vinha colecionando por anos. Muito falante e bonito, João era o que poderia ser chamado mais tarde, quando o cinema fosse popular, de galã (Cruz, 2018, p. 213).

Um ano depois, em 1913, casaram-se. Primeiramente regularizaram a união no civil e a religiosa com a bênção sacerdotal aconteceria futuramente, quando economizassem o suficiente para arcar com as despesas do casamento e da festa. Assim aconteceu. Em 1916, Damiana subiu ao altar da igreja Nossa Senhora, como havia sonhado, obedecendo os preceitos da sua fé cristã, contudo, o santo matrimônio não foi suficiente para afastar João Paulo das mulheres e dos problemas.

Ele havia conseguido, por intermédio de Damiana, montar uma oficina de carpintaria em um terreno baldio pertencente aos padres do Colégio Nossa Senhora da Salette, mas, no local de trabalho, transformava suas clientes em amantes, “[...] algumas ricas que lhe regalavam com belas roupas, joias, dinheiro” (Cruz, 2018, p. 215), sem contar que o dinheiro que recebia dos serviços caprichados, acabava gastando na rua com mulheres e bebidas.

A narrativa apresenta dois eventos que obscurecem ainda mais o caráter de João: a morte de Roberto e o roubo das joias e economias que sua sogra, Martha, guardava para pagar os estudos da neta Celina. No primeiro, Roberto, preocupado com a ausência do esposo da enteada, resolve percorrer os bares da cidade a fim de encontrá-lo para tentar convencê-lo a voltar para casa e para o trabalho, e acaba se envolvendo em um embate entre João Paulo e o capoeirista Carestia de Vida.

— Tu está a ponto de perder a oficina, João! Os padres... Não conseguiu prosseguir. O marceneiro levantou possessão e começou um discurso contra a igreja, a escravidão e a exploração, e os ânimos foram se exaltando, acompanhando seu discurso inflamado. As palavras de ordem gritadas atraíram um olhar conhecido: Carestia de Vida. — Ô fanfarrão... Eu te conheço! [...] Dizendo que ali ninguém cantava de galo, Carestia sacou da navalha. Outros pularam para encará-lo e o fuzuê foi grande. As mulheres correram gritando, as navalhas, facas e elásticos (uma arma perigosa para quem atirava e para quem era alvo do golpe) saíram dos bolsos e das calças. [...] O fiel — muitas vezes feito de elástico — ficava amarrado na calça do seu dono e era lançado pelo capoeira contra o adversário que estivesse mais distante. Exigia muita perícia no manuseio, pois voltava feito bumerangue, mas se quem atirasse fosse treinado no uso, aquilo era mortal. E foi para Roberto, que, mesmo tendo se afastado da confusão, foi alcançado por um fiel que lhe cortou a jugular (Cruz, 2018, p. 226).

Depois desse incidente, João Paulo sumiu por dias e deixou Damiana sozinha com a responsabilidade de trabalhar e cuidar da filha. A perda de Roberto foi insuficiente para fazer João Paulo abandonar a vida boêmia que levava, e mesmo com a chegada da segunda filha, Anolina, o homem não se emendou. No segundo episódio, ele descobriu que a sogra guardava joias e alguma economia que serviram para arcar com as despesas dos estudos de Celina, e agindo sem nenhuma das mulheres da casa desconfiar, as roubou e foi embora, abandonando mulher e filhas.

Martha chorava desconsolada pela perda do pequeno tesouro que passou a vida acumulando para as filhas e para as netas. Só foram se dar conta de que foi João Paulo o autor do roubo quando viram que a maior parte de suas roupas não estava mais no armário e ele não voltou dois dias seguintes (Cruz, 2018, p. 260-261).

Até aqui já podemos desenhar o perfil de João Paulo como o vilão na vida da Damiana e da sua família. Aquele homem galã e charmoso do primeiro encontro na igreja e o pai amoroso não existe mais, a narrativa centraliza as personagens femininas e condena as ações irreverentes deste homem, impedindo, assim, um envolvimento ou desvelamento da sua atuação dentro daquele contexto.

Carestia de Vida não era apenas o apelido de capoeirista temido das ruas de Salvador, era a situação que a população enfrentava. No período que transcorre a história, a Bahia e o Brasil passavam por uma crise econômica muito dramática, que piorou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial — os produtos alimentícios estavam muito caros e os operários das pequenas e demais fábricas lutavam pelo aumento e pagamento de salários atrasados, melhoria das condições de trabalho e diminuição da jornada de trabalho (Santos, 2001), que

chegava a 14 horas, dependendo do serviço¹⁶. João Paulo atuava nesse contexto como sindicalista, lutando pela sua classe, se envolvendo em protestos e greves operárias. Em casa ele brigava com a esposa Damiana contra a formação educacional das filhas, como descrito abaixo:

— João, hoje eu fui ver escolas para Celina? — Nenhuma das duas carece de escola! Não quero nenhuma das duas saracoteando na rua e essas escolas que não servem pra nada. Pra quê mulher precisa estudar, me diga? E ainda mais mulher preta! Vosmicê estudou com aquela freira, sabe até palavra em francês e, olha aí, lavadeira letrada! — debochou (Cruz, 2018, p. 243).

A fala de João Paulo no fragmento acima é uma descrição fiel do contexto sócio-histórico de Salvador naquele período. Por um lado, ele reproduz o patriarcalismo colonial, a partir do qual a mulher não tomava decisões no seio familiar, nem necessitava de uma formação, pois seu destino já estava determinado desde o nascimento: cuidar da casa, do marido e dos filhos, por outro, ele chacoalha Damiana, lembrando-a de que eles estão inseridos em uma sociedade racista, onde as possibilidades para as pessoas pretas eram ínfimas. Informações que, provavelmente, ele reproduzia mentalmente todos os dias, porque uma pessoa que “militava pelas causas trabalhadoras, que tinha a educação entre as suas bandeiras” (Cruz, 2018, p. 256), certamente presenciava pessoas como ele sofrendo pela impossibilidade de conquistar algum espaço no meio social. Existem contradições entre a posição social do personagem e suas atitudes? O operário João Paulo, como se auto denominava, lutava na guerra que entendia que seria necessária para conseguir a ascensão social que desejava. Na própria casa ele não tinha autoridade, e não conseguia corresponder à expectativa como provedor do lar, pois o que ganhava na oficina gastava na rua com mulheres e bebidas, situação que tornou seu casamento um completo desastre. A oficina de marcenaria não pertencia a ele, e sim aos padres do Colégio Nossa Senhora de Salette, provavelmente João precisava prestar contas das suas vendas e pagar alguma parte dos recebimentos aos verdadeiros donos da pequena fábrica. Então, as insatisfações desta personagem se resumem no trecho a seguir:

João Paulo estava farto. Não conseguia suportar as relações que a mulher, a sogra e as filhas mantinham com aquela família branca. Não compreendia e não queria a proximidade de Cecé e Nunu com aquela Lili. Sua oficina era bem requisitada, mas não dava o suficiente. Gostava de Damiana, mas não

¹⁶ “A jornada, comumente, era de 10 a 14 horas até 1919. [...] Na fábrica de tecidos da Boa Viagem, da companhia Empório Industrial do Norte, os operários trabalhavam 10 horas por dia em 1918. Mas, nesse mesmo ano, foi aumentada a jornada para 12 horas” (Santos, 2001, p. 47).

conseguia se entender com ela. Tinha um fraco por mulheres, mas que homem de verdade não tinha?, pensava (Cruz, 2018, p. 254).

Se a fraqueza de João Paulo eram as mulheres, a de Manuel Bonfim Cruz era a jogatina. Filho do renomado Matheus Cruz, mecânico que fundou e foi mestre da oficina de mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, chegou a ser indicado para o Conselho do Estado e da quituteira Maria Capitulina e era um homem forte, falante, gostava de ser o centro das atenções. Contudo, enquanto o pai possui um predicativo dotado de qualidades, o filho é trazido pela narrativa como ovelha negra da família ou, como sugeriu a própria narradora, a ovelha branca. Manuel era rebelde, louco, indomável e, ainda por cima, viciado em jogatina. Ele conheceu Celina quando tinha 22 anos e ela ainda estudava na Escola Normal, a mãe e o juiz Adolpho tentaram alertá-la sobre o caráter duvidoso do rapaz, mas como o título do capítulo (A cegueira do amor) sugere, o amor é cego.

Manuel possuía um comportamento que oscilava, na bonança, festa e alegria, quando o dinheiro acabava, recaía sobre ele uma grande tristeza — posteriormente, já na velhice, este comportamento foi diagnosticado como grave transtorno afetivo bipolar¹⁷. Desta forma, rebelde, bipolar e viciado em jogatina, seus amigos eram os famosos vagabundos da época (um deles era o famoso Nego Arigofe) e todos eles compunham o grupo marginalizado da sociedade. Assim, Manuel, homem bonito e inteligente, serviu à Marinha Mercante, empregado em uma agência do Banco do Brasil, não era capaz de cuidar da família, de cumprir o papel de provedor do lar, porque o dinheiro que ganhava no emprego gastava todo na mesa de carteadado, ou quando ganhava nela, esbanjava realizando festas.

As coisas estavam mesmo complicadas. A família vivia em uma comunidade pobre chamada Rocinha do Lobo. Celina amava Maneca, mas culpava seu esbanjamento em jogatinas, por não poderem viver em um lugar melhor e dar condições aos filhos. Depois de cada grande gastança, de cada grande festança, ele caía numa tristeza infinita. Era uma mudança de comportamento radical, que o fazia mergulhar em choro e pedidos de perdão... (Cruz, 2018, p. 289).

Um acontecimento inédito na agência do Banco do Brasil onde Manuel trabalhava modificou o caminho até ali percorrido pelo casal. Em um dia comum de trabalho, a chave de um dos cofres tinha sumido e ninguém conseguia abri-lo. Mas Manuel, atento a tudo aquilo e querendo ser o centro das atenções como sempre, resolveu colocar em prática uma habilidade que tinha aprendido com seu amigo da mesa de carteadado, Arigofe, e se ofereceu para abrir o

¹⁷Doença mental grave também conhecida como psicose maníaca-depressiva.

cofre. Ele conseguiu a grande façanha, mas depois foi transferido para uma das agências do Rio de Janeiro, pois o truque não foi bem visto pelo gerente. Na capital, a situação financeira de Celina, Manuel e os quatro filhos continuou da mesma forma, pois o patriarca da família mudou de endereço, mas não de comportamento.

Por que trazer estes personagens para a centralidade desta pesquisa? Para que as barreiras de contenção sejam quebradas e, assim, podermos adentrar em mais uma camada de interpretação desta obra. Desta forma, temos: o negro abolicionista nascido do ventre-livre que se fecha dentro de si e esquece a bandeira de liberdade que outrora levantou; atitudes indecentes e imorais invalidam a atuação de um operário sindicalista que participou de umas das greves mais importantes que aconteceu em solo baiano; e, por fim, um jogador de carteados que camufla os problemas sociais vivenciados pelos personagens masculinos que, por não conseguirem se inserir na sociedade após abolição, adentram nesse mundo supostamente fácil e marginalizado, considerado o lado obscuro e imundo da sociedade da época. Sobre estes personagens e seu contexto social, interpretaremos no próximo estágio de leitura.

3 LEITURA SOCIAL

Até aqui pode-se verificar, na leitura romanesca, fatos biográficos da família da escritora, que foram transmitidos por sua tia-avó e a partir dos quais o romance foi escrito. Contudo, como afirmou Pollak (1992, p. 2), “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Partindo desta afirmação e também do fato de que as vivências da personagem Anolina foram confusas e problemáticas, por seus comprometimentos psiquiátricos, alguns acontecimentos e personagens não foram trazidos para a centralidade da narrativa, pois os fatos narrados pela Nunu, como foi escrito pela própria Eliana, correspondem apenas a duas décadas de vida, entre 1920 e 1940, ou seja, parte da infância e juventude. E os demais períodos? A saga *Água de Barrela* conta 170 anos da biografia familiar. A autora buscou informações nos pertences da família sobre o que não foi contado pela tia-avó: nos objetos antigos, nas cartas enviadas para Celina pela filha mais velha de Adolpho e Maricota, em 1993, ou nas narrativas contadas por outras pessoas mais velhas, além de fazer uma longa pesquisa historiográfica para comprovação dos fatos narrados pelos familiares.

A partir destas exposições, levantamos a hipótese de que Eliana Alves Cruz selecionou eventos considerados pertinentes para visibilizar as travessias das personagens femininas que no decorrer da narrativa contribuíram para caracterizá-las como mulheres fortes, que enfrentaram uma gama de problemas e desafios para proporcionar um futuro melhor às próximas gerações da família. Nessas travessias, essas mulheres criaram estratégias, planos, para alcançar esse objetivo: primeiro, a proximidade com a família Bandeira Tosta permitia-lhes o acesso a lugares inacessíveis para os negros na época e, em segundo lugar, o esforço empregado para que pudessem prosperar por meio da educação, a chamada “fórmula Damiana”. Entretanto, por trás das vivências das protagonistas do romance, outras histórias e fatos evocam relevância, mas que Cruz resolveu não incluir no enredo, como é o caso da segregação racial que aconteceu em Salvador e que foi relatado pela Nunu, como a própria escritora menciona na entrevista para a TV Cultne (2019, grifo nosso):

O que mais surpreendente ela me trouxe foi o seguinte: a gente tem uma ilusão de que no Brasil não existiu, porque não existiu na letra da lei, a questão da segregação como em outras nações, a gente tem essa ilusão de que isso não existiu. E ela me trouxe fatos concretos dessa ocorrência, por exemplo: ela me falou — **foi uma coisa que eu nem incluir no livro** —, mas me falou assim: É, é...Foi o meu padrinho que acabou com aquela questão do ônibus. Eu...mas que questão do ônibus? Os brancos entravam

primeiro e sentava depois os negros. [...] Mas isso existia? Existia. Não, primeiro entrava os brancos depois entrava os negros e foi meu padrinho que trabalhava na empresa de transporte que acabou com isso. E foi uma briga...e tal!

Não há registros sobre a segregação que ocorreu naquele período em Salvador (e provavelmente em outras partes do Brasil), evidenciando que naquele período a cúpula branca e racista da sociedade brasileira já havia começado a construir a ideologia enganosa denominada de democracia racial. Entretanto, o relato de Anolina para Cruz serviu como fonte para comprovação do acontecimento desumano que foi a segregação racial, mas que por motivos desconhecidos a autora não incluiu no livro. De acordo com as pesquisas de Fagundes (2023, p. 28), em se tratando de uma obra que joga com o gênero biográfica e, portanto, em uma sequência de fatos sobre uma pessoa — no caso do romance em análise, fatos sobre as vivências de uma família —, o escritor seleciona os episódios que deseja centralizar na narrativa. Para a pesquisadora:

Os episódios selecionados e a forma de contá-los são escolhidos e ordenados de acordo com o objetivo a ser atingido, o qual muitas vezes pode inspirar a leitora e o leitor com os momentos mais relevantes da vida de alguém. No entanto, por tratar-se de um recorte da vida, o processo de escolha pressupõe também a exclusão. Ao omitir situações de um determinado contexto para favorecer questões específicas, cria-se um distanciamento ainda maior entre realidade e ficção (Fagundes, 2023, p. 28).

As memórias da tia Anolina foram recontadas pela narradora, que optou por revelar ou não fatos ligados à família, os quais poderiam suscitar um debate sobre a História maior, “da História agora concebida em seu mais amplo sentido de sequência de modos de produção e da sucessão e destino das várias formações sociais humanas” (Jameson, 1992, p. 68).

Assim, nesta parte do trabalho, avançaremos para a segunda leitura a partir de uma perspectiva analítico-sociológica, por meio da qual descobrimos que a centralidade dada às vivências das quatro protagonistas nos impedia de entender que as ações contraditórias e mal-intencionadas das personagens masculinas resultam da discriminação social e, consequentemente, da recém competitiva sociedade capitalista brasileira, que criou barreiras raciais impeditivas para o ingresso do povo preto nos espaços sociais.

3.1 A BARRELA BRANQUEIA A VIDA

A narradora descreve, nas primeiras linhas de *Água de barrela*, a comemoração do centenário de Damiana, uma das personagens centrais da obra. Foi uma comemoração duplamente significativa, porque naquela mesma data a abolição da escravatura também comemorou seu centenário, o ano era 1988. Além deste fato, um outro tornou aquele ano excepcionalmente emblemático, pois o Brasil encontrava-se na elaboração de uma nova constituição, cujo objetivo era encerrar¹⁸, definitivamente, os 21 anos de um governo ditatorial que manchou a história do país. O texto constitucional que marcou este evento foi promulgado em 05 de outubro e denominado de Constituição Cidadã, visto que dentre outras características:

[...] era sensível às minorias [...] empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação popular direta, e determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão e a exigir políticas públicas voltadas para enfrentar os problemas mais grave da população (Schwarcz; Starling, 2018, p. 489).

Na referida descrição, Damiana, sentada e apreciando sua festa, percebeu que todos estavam vestidos com roupas brancas: “Seus olhos já não eram os mesmos, mas registravam muito bem o brilho das roupas imaculadas que a circundavam naquele dia de festa” (Cruz, 2018, p. 15). Através da percepção da matriarca, a alvura das roupas dos convidados foi equiparada a algo resplandecente e dotado de pureza, características muito presentes na cultura europeia e cristã, o que deixa transparecer a aproximação de Damiana com a fé católica que foi aguçada durante o seu período de estudos no Colégio de Salette. Com efeito, a descrição quase angelical das roupas brancas dos presentes contribuiu para que a personagem rememorasse uma das atividades laborais realizadas pelas suas ancestrais e também por ela durante e após a escravatura, fato relevante para o entendimento da obra em análise. Lê-se:

Aqueles moços e moças que ali estavam, certamente, nunca tinham visto uma barrela — aquela água com cinzas de madeira que se colocava na rouparia para branqueá-la. Agora é tudo na máquina, batido com sabão e ponto final. Antigamente, lavar roupa era um longo processo artesanal (Cruz, 2018, p. 15).

¹⁸ “O novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros — não por acaso, foi batizada de ‘Constituição Cidadã’” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 488).

A água de barrela, descrita no fragmento anterior, constitui não apenas o produto artesanal utilizado pelas escravizadas para alvejar as roupas das famílias da casa-grande, surge no decorrer da narrativa como sinônimo para as tarefas laborais desenvolvidas pela protagonista, no período do pós-abolição, que garantia a sobrevivência e superação das dificuldades naquele contexto de miséria e falta de oportunidades para as pessoas negras. Contudo, a semântica por trás do título avança além das memórias narradas para uma análise da sociedade naquele contexto, o que significará um olhar mais apurado sobre a situação dos negros após a abolição e sobre as ideologias raciais que imperavam naquele período.

A “barrela” configura a tentativa de branqueamento da sociedade brasileira, cujo projeto foi embasado a partir dos pensamentos e das teorias raciais¹⁹ importadas dos Estados Unidos e da Europa por meio de uma elite influenciável, que, segundo Skidmore (1976), vivia em dois mundos, um no qual uma minoria educada através de ideias e formações europeias — “moldadas pelas tradições culturais jesuíticas e humanistas de Portugal —, modificadas, mais e mais, no séc. XIX, pela cultura francesa, portadora da mensagem do iluminismo, com seus postulados laicos e materialistas” (p. 13), e um outro onde o liberalismo — organização política constituída na Inglaterra e nos Estados Unidos, também importada para o Brasil por essa mesma elite — ascendia.

De acordo com Skidmore (1976), os europeus desaprovavam a influência africana no Brasil, e essa desaprovação era recebida de forma apreensiva pela elite brasileira que não possuía nenhum senso crítico diante das informações que importavam. De acordo com o historiador, “quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas idéias [*sic.*] geradas da Europa, tanto mais ouviam falar de inferioridade do negro e do índio” (Skidmore,

¹⁹ Dessa forma, no decorrer do século XIX emergiram três escolas de teoria racista (Skidmore, 1976), a primeira foi a etnológica-biológica, que encontrou nos Estados Unidos terreno ideal para sua formulação filosófica entre as décadas de 1930 e 1940. Esta escola sustentava a ideia da criação das raças humanas através da mutação entre espécies diferentes. Para que esta teoria conseguisse credibilidade, os etnógrafos Samuel Morton, Josiah Nott e George Glidden publicaram provas de medidas de crânios de múmias egípcias para concluir as diferenças fisiológicas exibidas entre as raças humanas. Estes teóricos argumentaram que a suposta inferioridade das raças negra e indígena está correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos (Skidmore, 1976). Esse pensamento ganhou apoio do afamado zoólogo suíço de Harvard, Louis Agassiz, que acreditava que a criação das diferentes espécies está relacionada com a diversidade de “províncias zoológicas” na terra, “o que implicava dizer que as diferentes espécies (ou raças) do *genus homo* podiam ser atribuídas às diferentes regiões climáticas” (Skidmore, 1993, p. 66). A segunda escola, encabeçada por Arthur Gobineau, emergiu nos Estados Unidos e na Europa e foi bem aceita pelos brasileiros, e supõe que as raças humanas são diferentes entre si, mas que a raça branca é superior às demais. Esta escola histórica propagou a mensagem de que “a raça humana é o fator determinante da história humana” (Skidmore, 1976, p. 67). O darwinismo social foi a terceira escola de pensamento racista daquele período e popularizou-se por propagar a evolução das formas superiores da vida natural através de uma competição pela sobrevivência entre diferentes espécies, resultando para os mais aptos o último estágio da evolução e, portanto, superior aos considerados inaptos.

1976, p. 69). Assim, as teorias²⁰ racistas foram penetrando na sociedade gradativamente até provocarem o estrago denominado de ideal de branqueamento da população. Este projeto, iniciado no período escravocrata²¹, teve como algozes os senhores de engenho que violentavam mulheres negras escravizadas e dessa violação nasceram crianças mestiças; outra estratégia de aniquilamento da raça negra, arquitetada posteriormente, foi as leis²² de imigração que objetivavam “a erradicação da ‘mancha negra’ na população brasileira” (Nascimento, 2017, p. 6).

Dentro do processo de busca pela eliminação da população negra surge o mulato — historicamente, o sujeito que, dentro de uma sociedade de difícil penetração para os negros, realizou, como ponderou Abdias Nascimentos (2017, p. 83), serviços “importantes para a classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-do-mato, feitor, e usado noutras tarefas de confiança dos senhores”. Foi também o que conseguiu, antes e depois da abolição, um “fácil” acesso aos espaços frequentados pelos brancos privilegiados e um dos poucos que conseguiu estudar e conquistar uma formação profissional — por estes e outros motivos, o transformaram no incongruente símbolo da “democracia racial”.

A personagem Damiana, sobrevivente daquele contexto racista e de subserviência aos brancos, como descrito pela narradora, “tinha vivido intensamente esse mundo bicolor” (Cruz, 2018, p. 16). Contudo, o que a fala da personagem parece transparecer é a existência de dois grupos étnicos predominantes no Brasil durante o período anterior e posterior à escravidão. Esta informação nos leva a questionar a identidade multicultural do país a partir da concepção de Karl Friedrich Phillip Von Martius²³, que em 1840 apresentou, no concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o manual de como deveria ser escrita a História do Brasil a partir de três raças: o branco (europeu/português), o índio/nativo e o negro/africano. Entretanto, o que houve durante o processo da construção identitária brasileira foi uma mistura de inúmeras etnias, uma vez que da África vieram pessoas de diferentes etnias e que viviam e vivem aqui povos indígenas diversos — além disso, essa lógica também

²⁰ Skidmore (1976) discorre que o período mais alto de reprodução do pensamento racial foi entre 1880 e 1920, ao passo que teorias de pensamento como positivismo, evolucionismo e darwinismo foram introduzidas no Brasil a partir de 1870 (Schwarcz, 1993).

²¹ A política imigratória iniciada desde o século XIX objetivava a eliminação do negro através da “salvação” pelo sangue europeu, situação que perdurou durante o século XX (Skidmore, 1976).

²² Uma das primeiras realizações do Governo Republicano, recém instalado no Brasil, foi promulgar o decreto nº 528 de 28 de junho de 1890, o qual escancarou o ideal de branqueamento a partir da facilitação da entrada de imigrantes, “exceptuados os indígenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas [*sic*]”, de acordo com o art. 1º da introdução de Immigrantes de 28 junho de 1890.

²³ Conferir: Martius e Rodrigues (1956).

vale para os povos da Europa. Dessa forma, a adulteração dos inúmeros grupos étnicos ocasionou no país uma multiplicidade de pessoas com fenótipos e cores variadas.

Por outro lado, a imensidão de brancura contemplada por Damiana configurou muito mais do que as muitas *barrelas* que ela precisou utilizar para alvejar as roupas das famílias abastadas de Salvador, configurou a tentativa das pessoas brancas em tornar-se superior às negras e, acima de tudo, representou a corrida dos negros para estarem no mesmo páreo que os brancos, seja nas lutas cotidianas ou nas conquistas sociais²⁴.

O enredo do romance em análise é dotado das *barrelas* que representam lutas e conquistas cotidianas. Uma delas é a experiência da Celina, filha de Damiana, que estudou na Escola Normal, local destinado à educação das filhas dos brancos e abastados de Salvador, em um período sócio-histórico no qual era reservado à população negra a exclusão social e o trabalho braçal como forma de sustento, pois suas aptidões intelectuais eram censuradas pela cúpula branca.

Antes de tornar-se aluna da Escola Normal, Celina vivenciou seu primeiro dia de aula, e essa experiência para uma garota negra no início do século XX deveria ser um episódio dotado de capilogênia. Além disso, o conhecimento sobre as teorias eugênicas e a pseudociência, utilizadas para justificar o racismo no período, contribuem para a problematização de que o primeiro dia de aulas de Celina foi carregado de discriminação e violência psicológica. Sem contar que, juntamente com as teorias que imperavam no seio social que alimentava o desejo de embranquecer a população negra brasileira, existia um plano de subtrair dos centros tudo que fosse sinônimo de África e, dentro desse tudo, africanos e seus descendentes. Portanto, ter consciência de que sua presença era incômoda naquela escola não impediu Celina de seguir em frente, ao contrário, incentivou-a a se destacar entre as estudantes: “Celina estava empolgada e empenhada em ser a melhor aluna que pudesse” (Cruz, 2018, p. 257). Em outras palavras, para uma pessoa negra ser aceita no círculo dos brancos precisava e precisa realizar as atividades melhor do que os ditos anfitriões, ou seja, com excelência.

Na obra *Colorismo* (2021, p. 26), Alessandra Devulsky pontua que o jugo racista acaba submetendo homens e mulheres “a tentar se encaixar nos moldes brancos existenciais.

²⁴ Descrevendo estratégias dos negros de conseguirem penetrar na sociedade racista brasileira logo após a abolição, Skidmore escreve o seguinte: “O meio milhão de escravos libertados em 1888 ingressou, assim, numa estrutura complexa, que já incluía homens livres de cor (de todas as tonalidades). A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. Onde o cínico adágio brasileiro: ‘dinheiro branqueia’ — se bem que isso, na prática, só se aplicasse a mulatos disfarçados” (Skidmore, 1976, p. 55).

Consumir vestimentas, estéticas, linguagem e, certamente, autores associados a uma cultura superior, cria a falsa expectativa de adquirir um *laisser-passer* às redes de poder”. Dessa forma, as vivências da personagem e de seus familiares servem para exemplificar as estratégias utilizadas por eles para conseguirem um *laisser-passer*, uma forma de passe livre para “circular na esfera branca de poder” (Devulsky, 2021, p. 43), ou puramente uma tentativa de sair da zona de inferioridade social que lhes foi imposta.

A narrativa apresenta um fato inusitado e, portanto, indispensável nesta análise: quando a própria Damiana participa de um plano orquestrado pela mãe Martha que, buscando vingar-se dos padrões da filha Dodó, por terem feito com que ela ficasse longe por um longo período e sem o consentimento da família, se deixou fotografar pelo fotógrafo alemão Lindemann, famoso em Salvador naquele período por fotografar pessoas negras. Depois que a fotografia ficou pronta, enviaram-na para a família Bandeira Tosta juntamente com uma carta bem escrita pela própria Damiana. Para que este evento acontecesse, Martha não economizou nos preparativos para que a filha se apresentasse nos mesmos padrões de uma sinhazinha:

Naquele mesmo dia, comprou tecido e mandou fazer na modista um belo vestido com golas altas e babados, finas listras intercalando rosa e branco, além de delicada renda na área do busto e dos ombros. Pediu a Josefa, a amante de João Gulodice, que arrumasse o cabelo de Damiana com um ‘jeito da moda’. Sabia que ela era muito boa nisso (Cruz, 2018, p. 192).

No fragmento acima identifica-se elementos típicos da cultura branca sendo utilizados por uma afro-brasileira que, “sentindo a velha raiva e o desejo de afrontar que volta e meia lhe assaltava” (Cruz, 2018, p. 192), arquitetou um contra-ataque à família branca e descendente de barões escravocratas, mas para isso apropriou-se de elementos que estão completamente dissociados da cultura de seus ancestrais, vestimentas coloridas, turbantes e tranças deram lugar a um vestido cor de rosa com golas e babados.

Em uma primeira análise, as ações de comprar tecidos e levar em uma modista para que ela costurasse o vestido, como também o modelo escolhido para a vestimenta (com golas, babados e rendas que são tipicamente feitura das senhoras abastadas) e da mesma forma as cores (rosa e branco) e a delicadeza que a peça exprime depois de costurada, reproduzem uma roupagem padrão e indispensável à mulher branca. As cores citadas e a delicadeza de como a peça foi produzida constituem elementos ligados à religião do colonizador, além do fato de Damiana, depois de toda a produção concluída, ter sido comparada a um anjo por Dona Juliana, uma amiga de Martha que observava todo adorno da menina, nas suas palavras: a filha da Martha, “parece inté um anjo” (Cruz, 2018, p. 193). Um anjo de pele negra não

condiz com símbolos celestiais ligados ao catolicismo, e muito menos com a religião de matriz africana praticada por Martha e Dona Juliana. Para desconstruir esse imaginário trazido à tona pela Dona Juliana, Josefa, com sua fala ausente de censura, ponderou: “Anjo não arruma homem, mulhé? Eu ainda acho que falta cor aí. Bora botar um vermelho nessa boca, uma cor nessa fita, mais balangandã nesses braços, fazer um decote nesses peitão!” (Cruz, 2018, p. 192).

Outro ponto para esta discussão é a presença de Josefa, a amante do capoeirista João Gulodice, nesta empreitada. Ela foi incumbida por Martha de arrumar o cabelo de Damiana de acordo com “os jeitos da moda”. Nesta abordagem há uma incongruência, pois Josefa, mesmo sendo uma dama da noite, de acordo com a narrativa, é conhecedora dos valores culturais em voga na sociedade daquele período, contudo, é excluída por essa mesma sociedade triplamente: por ser negra, amante e meretriz.

O terceiro ponto diz respeito ao grupo que apoia Martha e Damiana na execução do plano. Todos, com exceção da modista, são excluídos socialmente, pois compõem o grupo dos descendentes dos africanos e, portanto, aqueles que reproduzem a cultura de seus antepassados. Desta forma, essa tentativa de assimilação²⁵, palavra-chave do imperialismo da branquitude²⁶, como citado por Nascimento (2017), que para a matriarca Martha se tratava de uma vingança, foi repreendida pela personagem Josefa:

[...] Pediu à amiga que maneirasse nos modos e se vestisse adequadamente para o encontro com a filha.
 — Ela é moça direita, criada no convento da Salette. Vê lá, hein, Josefa!
 — Ah, mas que caralho é esse agora? Tá me pedindo favô ou o quê? Só porque é p’ tu mermo, ô Marthinha. Vixe que minina preta mais fresca é essa tua fia? Isso num existe. Gente preta é gente preta. Tu é metida a branca e isso num vai dá certo (Cruz, 2018, p. 192).

Josefa, como representante do grupo de mulheres que sobrevivem através da objetificação de seus corpos, compreendeu o lugar destinado a elas naquela sociedade. A condição de inferioridade e a segregação imposta pelo racismo branco às pessoas negras é, de

²⁵ Frantz Fanon, na obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008), aponta que “todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco será” (p. 34).

²⁶ Segundo Abdias Nascimento, na obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (2017), “o processo de assimilação ou de aculturação não se relaciona apenas à concessão aos negros, individualmente, de prestígio social. Mais grave, restringe sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro e o mulato até a intimidade mesma do ser negro e do seu modo de autoavaliar-se, de sua autoestima” (Nascimento, 2017, p. 112).

certa forma, escancarada por Josefa, a menos instruída do grupo. Martha, por sua vez, uma pessoa nascida na Lei do Ventre Livre que presenciou a mãe Anolina na faina incansável de trabalhar para os antigos senhores e nas poucas horas livres comercializar seus quitutes e, mesmo após a abolição, assistiu a sua filha caçula vivenciar uma vida de subserviência aos descendentes daqueles senhores através do trabalho doméstico equivalente a semiescravidão, não aceitava a posição social na qual ela e suas filhas se encontravam.

Dentro daquela sociedade racista e europeizada, Martha e Damiana buscaram estratégias para encerrar o ciclo de exploração por parte daquela família. Mãe e filha, talvez, considerassem infalível mostrar uma certa ostentação para os Bandeira e Tosta, pois eles não esperavam por aquilo:

Esperaram cerca de duas semanas, com Martha numa ansiedade de criança. Pensou em tudo milimétrica e maquiavelicamente, para incomodar ao máximo a família branca. Descobriu o dia em que todos, inclusive o Coronel Francisco, estariam de volta na casa. Pediu a Damiana que escrevesse uma carta para acompanhar a foto com a letra mais caprichada que pudesse e sem erro nenhum. Se fosse preciso, que pedisse a uma das irmãs para corrigir. A fotografia naqueles tempos era um evento. Além de não ser barato, era um sinal de status que poucas famílias tinham condições de ostentar. E Damiana, pensava Martha, estava muitíssimo elegante como qualquer uma das Tosta. Gostou de imaginar o orgulho e a felicidade da filha Dodó, sempre tão humilhada naquela casa. Sentiu ondas de prazer imaginando a cara de espanto de Iaiá Bandeira e de todas aquelas mulheres tão ‘metidas a bestas’. Um dia, um moleque bateu palmas no portão de entrada da casa da Gamboa de Cima. Maria da Glória foi atender e voltou para a sala com um envelope bonito nas mãos. Iaiá Bandeira apressou a pegá-lo. Um envelope tão elegante só poderia ser um convite para algum evento badalado. Lendo o destinatário, fez uma expressão incrédula e disse: ‘É para vosmicê!’. Dodó também se espantou, mas abriu a carta com muito cuidado para não danificar o envelope, que achou de fato muito bonito. Quando retirou a foto de Damiana e a carta, as mulheres não conseguiram reprimir uma exclamação de espanto. Dodó sempre tão calada, abriu um sorriso inédito e enorme. Correu para o seu quartinho nos fundos da casa onde mal cabia sua esteira e colocou o retrato em destaque, junto com alguns santinhos e um vaso pequeno de flores, que mantinha numa mesinha (Cruz, 2018, p. 194).

Talvez para Dodó, que recebeu o presente, a fotografia de Damiana vestida de senhorinha e uma carta escrita com a caligrafia perfeita da irmã, ou seja, uma demonstração de emancipação temporária, não fizesse sentido, ela que vivenciava uma exploração sem fim por parte daquela família. Da mesma forma, para outras pessoas negras que viviam naquele contexto, que tentavam a todo custo superar as barreiras da discriminação que as assolavam, a moça negra com vestimentas nobres era apenas mais uma tentando superar a sinhazinha, a filha do coronel.

3.2 LEITURA PATRIARCAL: “DIREITO DO SENHOR” — ESTUPRO E ADULTERAÇÃO DAS RAÇAS

Antes de iniciar a travessia pelo Atlântico e de despedir-se da Mãe África, as filhas da terra, por diversas vezes, eram violentadas pelos sequestradores. Não bastava todo o horror da captura, a separação da família, as dores físicas ocasionados pelas correntes que eram obrigadas a usar durante o longo caminho a pé, a escassez de alimentos e água, ainda tinham que suportar os grilhões da objetificação de seus corpos e mentes, primeiramente durante o tráfico e posteriormente na escravização em terras longínquas. *Água de barrela* traz à baila esta temática por meio da reprodução das vivências da primeira ancestral da autora do romance, capturada no sudoeste da Nigéria e trazida ao Brasil carregando um filho no ventre. Ewà Oluwa foi capturada na vila Iseyin com seu marido Gowon e seu cunhado Akin Sangokunle pelos Fulani — um povo islamizado que ocupava as terras de Bornu, Nupe e Hauçá, ao norte de Iseyin — em 1849, ambos foram vítimas do sistema atroz que transformou seres humanos em mercadoria. Ewà perdeu seu marido durante o percurso entre Iseyin e o porto de São João da Ajuda, local utilizado pelos traficantes para escoamento das mercadorias humanas. Nesse ínterim, em uma das paradas para descanso, sentindo a dor do luto pela morte de Gowon, ela foi violentada pelos chefes da expedição:

Ewà Oluwa possuía o encanto natural de jovem na flor da idade. Ia de cabeça baixa, remoendo a ferida da perna do amado que se transferia para dentro do seu peito. Os chefes da expedição, na primeira chance trataram de ‘se servir dela’, um por vez, ao longo do trajeto. Seria difícil para Akin tirar a recordação dolorosa da mente e a raiva do coração devido às lágrimas derramadas pela moça na primeira vez que um dos vigias do grupo, um mestiço, lhe apertou os seios como se estivesse testando o frescor de uma fruta na banca de um mercado. Ele a libertou das correntes e a levou para o leito do rio, à frente de todos (Cruz, 2018, p. 24-25).

O subcapítulo “Ferro em brasa na memória”, de *Água de barrela*, traz a descrição desse estupro coletivo praticado por homens brancos, mas iniciada por um mestiço, e configura eventos e personagens que irão surgir no decorrer desta análise e que irão perfilar o grupo de sujeitos que grassaram o solo brasileiro com inúmeras violências contra o corpo da mulher negra. O episódio transcreve a primeira violação sexual contra a mulher negra representada na obra e reafirma que tanto a biografia familiar de Cruz quanto a história da nação brasileira foram construídas por meio da subjugação do corpo negro.

Meses depois de sua chegada ao Engenho da Natividade, em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, Ewà Oluwa faleceu após dar à luz a Anolina. Este evento encerrou um ciclo de violência, porém outro foi iniciado a partir de Anolina, a pequena brasileira, descendente de africanos e sobrevivente do contexto diaspórico. Ela foi gerada do amor em solo africano, mas seu nascimento e sua vida foram marcados pelo repulsivo jugo da escravidão. Como toda criança escravizada, Anolina conviveu com os descendentes do seu senhor e desde cedo seu corpo fora coisificado para satisfazer-lhes os caprichos:

O filho do barão estava crescendo, ele era pouca coisa mais novo e ela bem que poderia ser seu primeiro ‘brinquedo humano’. De certa forma, ela já era parte de seu divertimento, pois entre suas muitas tarefas na casa, uma era a de brincar com o pequeno Francisco, que não se constrangia em mordê-la, esbofeteá-la e reproduzir com ela o que via no tratamento dos pais, avós e tios aos negros (Cruz, 2018, p. 87).

Além da reprodução da violência que os adultos praticavam com os escravizados, a miniatura de senhor de engenho expôs a certeza da subalternização da pequena Anolina, assumindo a posse do seu corpo em uma cena simbólica e demasiadamente cruel:

Certa vez, o menino cortou com uma faca as tranças de Anolina, que já estavam bem grandes e grossas, pois queria que ela parecesse um garoto. Isabel, quando viu o moleque com a faca enorme e afiada em uma das mãos e o cabelo da menina em outra, não conseguiu reprimir o grito. O barulho chamou a atenção de dona Carolina, que descansava, por estar com uma forte dor de cabeça. Irritada, a senhá bateu violentamente em Isabel.
— Como se atreve a perturbar e interromper meu descanso por conta de tolices de crianças, sua idiota? Largue essas duas pestes e traga-me um chá de erva-doce! E subiu para o segundo piso do sobrado, batendo os pés. Imediatamente, o garoto também estalou um tapa no rosto de Anolina (Cruz, 2018, p. 87).

Um parêntese será aberto para a apresentação de um episódio semelhante ao anterior, que compõe o enredo do romance *Nada digo de ti que em ti não veja* (2020b), no qual Cruz apresenta a personagem Sianinha Muniz, que, pertencente a uma família abastada e escravagista, usufruiu da companhia de dois escravizados, Zé Savalu e Quitéria, que “[...] foram adquiridos ainda criança e foram adquiridos como brinquedos para Sianinha” (Cruz, 2020b, p. 58), com efeito, “[...] tinham a mesma idade dela e foram companheiros de brincadeiras e travessuras infantis” (Cruz, 2020b, p. 56). Com o passar do tempo, as travessuras e brincadeiras passaram a ter outras configurações, e a sinhazinha Sianinha, que havia deixado a inocência infantil para trás, começou a observar com olhos mais aguçados aquelas crianças que não eram mais seus brinquedos, mas sim um jovem casal:

Sianinha percebia que algo radical havia mudado entre os dois e, principalmente, entre os três. Eles, os dois, eram dela e apenas dela. Zé e Quitéria lhe pertenciam. Iriam com ela quando se casasse. Já estava acertado. Não poderiam ser nem se dar uma ao outro sem a autorização dela (Cruz, 2020b, p. 58)

A certeza do poder de posse que Sianinha tinha em relação aos dois jovens permitiu que, tomada pelo ciúme e inveja que sentia do relacionamento entre os dois escravizados, ela iniciasse uma série de sabotagens nos serviços que Quitéria realizava na casa. Em seu próprio jantar de noivado, esbarrou na mucama, fazendo-a derramar refresco no vestido rendado da senhora Branca, sua mãe. Em outro episódio danificou algo na casa e colocou a culpa na escravizada, que como castigo recebeu vários “bolos” com a palmatória dados pela dona da casa. Em contrapartida, Zé Savalu, em uma tentativa de colocar um ponto final nos inúmeros infortúnios que sua companheira estava passando, resolveu tirar satisfações com a senhorinha:

Depois do breve instante de admiração do ambiente, ele falou agressivo e íntimo demais para quem fala com sua senhorinha:

— Tu! Foi tu!

Ela pensou se deveria gritar, preferiu dizer o que realmente queria, pois não tinha tempo a perder.

— Como ousa me chamar por tu, negro desaforado? Eu? Absolutamente! Tudo culpa de vossa mercê! — disse ela debochada, pois se ele a tratava por “tu”, ela usaria com ele o tratamento cerimonioso e reverente que apenas servia para aumentar a distância entre ambos. E prosseguiu.

— Não admito Savalu, que debaixo do meu teto façam aquelas vergonhas! Não admito que... vocês dois são meus, está ouvindo? Meus! Eu digo o que podem e o que não podem fazer.

Encaram-se. Não eram mais os pequenos que corriam no quintal. Ela era a sinhá e ele, o que devia obedecer. Ela era a dona dele, ou pelo menos seria em breve. Sianinha deitou-se na cama alva.

— Sou muito superior a Quitéria. Faça comigo o que fez com ela, na parte traseira do quintal. É uma ordem (Cruz, 2020b, p. 61-62).

As tranças cortadas de Anolina e o tapa recebido, involuntariamente dado pelo sinhozinho, e a subjugação imposta pela Sianinha contra Savalu e Quitéria são projeções, cujos resultados são a concretização do domínio do senhor sobre o escravizado, ou em outras palavras, o direito do dono sobre sua propriedade, pois na ordem escravocrata-senhorial “a condição de escravo significava, para o negro, ser instrumento de trabalho sem direitos de nenhuma espécie; ser, enfim, socialmente, uma coisa” (Saffioti, 2013, p. 235), o que em outra configuração perfila Zé Savalu como objeto de prazer da Sianinha e o direito do senhor sobre o corpo negro, demonstra como o sistema patriarcal está arraigado no seio social.

No que concerne à situação da mulher negra, além de uma função no sistema de produção de bens e serviços, ela desempenhava a função de instrumento sexual do seu senhor (Saffioti, 2013). Até estar pronta para cumprir tal propósito, a menina negra executava trabalhos domésticos, os quais incluíam cuidar dos filhos dos senhores, o que implicava tornar-se o brinquedinho humano deles. Segundo a socióloga Maria Cristina Luz Pinheiro (2005), os diversos trabalhos domésticos serviam para adestrar essas crianças e internalizar o

[...] lugar que ela ocupava naquela família e na própria escravidão. Significava também vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho (p. 177).

O “brinquedo humano”, como ironicamente foi denominado pela narradora, será uma triste realidade na vida de Anolina, que se tornará a primeira mulher na vida do sinhozinho Francisco Vieira Tosta. O amadurecimento do corpo da menina foi acompanhado pelo pai, o próprio barão de Nagé, Francisco Vieira Tosta, que planejou, diligentemente, entregá-la a seu filho quando ele completasse treze anos, objetivando iniciá-lo na vida sexual, como ele mesmo revelou: “[...] ela tinha sido mantida intacta para que fosse a ‘estreia’²⁷ de Francisco na noite do aniversário” (Cruz, 2018, p. 89). Para tanto, Umbelina, uma das escravizadas próximas de Anolina, foi chamada ao gabinete do barão para receber a notícia e as orientações: “Deveria preparar Anolina para dormir com Francisco na noite do aniversário [...]. O barão queria que a moça estivesse bonita para o filho e pediu para Umbelina ‘caprichar’” (Cruz, 2018, p. 89).

A vigilância do barão para assegurar a pureza da menina Anolina para ser desvirginada, exclusivamente, pelo seu filho, remete a uma prática comum nos domínios dos senhores feudais de acordo com o *droit du seigneur*, em português: “o direito do senhor”, onde eles podiam ter relações sexuais com as noivas dos seus vassallos na noite de núpcias antes de elas se entregarem aos seus maridos. “O direito do senhor”²⁸ ou “direito de pernada”

²⁷ Essa prática comum no Brasil colonial foi trazida para o debate pela ativista e antropóloga Lélia Gonzalez (2020): “Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes”.

²⁸ Toni Morrison, no ensaio “Romantizando a escravidão”, discorre sobre o conteúdo do diário de Thomas Thistlewood, jovem inglês de família abastada que era senhor de escravos e dono de uma fazenda de cana-de-açúcar na Jamaica, em 1750. Sobre as experiências sexuais do jovem inglês, pontua: “Ele anotava o horário do encontro, o grau de satisfação obtido, a frequência do ato e, sobretudo, onde este ocorria. Além do prazer evidente, havia também a facilidade e o conforto do controle. Não havia necessidade de seduzir, nem mesmo de conversar [...]. Ao contrário dos registros profissionais de Thistlewood, seu registro carnal era escrito em latim: *Sup. Lect.* indicava ‘na cama’; *Sup. Terr.*, ‘no chão’; *In Silva*, ‘no mato’; *In Mag.* ou *Parv. Dom.*, ‘no

constituía uma prática corriqueira, embora com outra configuração, entre as paredes das casas grandes e das senzalas no Brasil colonial e, através dela, os senhores conseguiam satisfação sexual, explorando e violentando as escravizadas. O teatrólogo Dias Gomes satirizou, na sua obra *As primícias* (1987), o abuso de poder e exploração sexual cometido por um proprietário de terras às suas subordinadas, denominado pelo próprio autor de alegoria política-sexual em 7 quadros. A peça teatral reproduz uma realidade típica das terras colonizadas, onde o patriarcado branco ultrapassa os limites entre as esferas pública e privada, invalidando a moral e a ética, e acaba transformando o Estado em uma extensão do seu quintal, ou “em uma grande fazenda”, para ilustrar com uma sátira jornalística à época republicana²⁹. Com efeito, diversas configurações de coronéis abusaram da posição que ocupavam para oprimir e desprezar seus subalternos. Um dos diálogos finais da peça que serve para exemplificar o que foi exposto até aqui, ocorre quando o proprietário está despindo a quinta e última noiva para desvirtuá-la antes que a noite se finde. A alegoria-política pretendida por Gomes é evidenciada:

É como despetalar uma rosa, suavemente, assim, pétala por pétala... até alcançar o fim, o cálice, onde beberei o vinho do amor submisso da servil propriedade pelo seu proprietário, do escravo por seu senhor, da vítima por seu algoz, do oprimido pelo opressor... e erguendo a hóstia consagrada ao direito de punir, violentar, corromper, esmagar e denegrir, cantaremos um hino à paz e levantaremos um brinde à harmonia entre as classes! (Gomes, 1978, p. 78).

Com efeito, onde há uma suposta harmonia entre as classes, há uma resistência por parte dos oprimidos. A protagonista Mara, da peça de Gomes, deferiu um golpe contra o proprietário, assassinando-o antes do ato violento ser consumado. Na narrativa de Cruz, Umbelina preparou Anolina não apenas para que se apresentasse banhada, perfumada e com seus cabelos trançados à moda nagô para satisfação do sinhozinho, mas a preparou também para que ela tomasse os devidos cuidados para que não engravidasse do opressor, nem na primeira nem nas noites futuras:

quarto grande’ ou ‘no pequeno’; e, quando não alcançava satisfação, *Sed non bene*. Hoje em dia, imagino eu, isso seria chamado de estupro; na época chamava-se *droit du seigneur*, o direito do senhor” (Morrison, 2019, p. 30-31).

²⁹ Schwarcz e Starling, na obra *Brasil: uma biografia* (2018), caracterizam a estrutura oligárquica brasileira da seguinte forma: “E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismos, negociações e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos da época, o país não passava de uma grande fazenda” (p. 322).

Assim que saiu do escritório do senhor, Umbelina correu para uma parte mais afastada da horta que mantinha no quintal. Pegou algumas ervas e foi ter com Anolina em um canto. Explicou para ela o que estava para acontecer. Não que a garota não soubesse os detalhes, pois sexo não era mistério para uma mulher escravizada desde muito cedo, mas não queria que a moça ficasse pejada. Entregou-lhe ervas para que ela ingerisse depois do fato consumado. Um verdadeiro coquetel.

— Come essas folhas hoje, em grande quantidade. Depois que tivé com esse sinhozim, toma um chá bem forte com essas semente aqui... (Cruz, 2018, p. 89).

Ornada e perfumada como uma noiva imaculada à espera do noivo, Anolina foi levada para o local onde o ritual de iniciação sexual de Francisco iria acontecer. Como era de esperar, o evento contou com a presença dos comparsas do sinhozinho, que estavam presentes para prestigiar a autoridade do senhorzinho diante de sua propriedade ou ansiavam assistir ao momento em que ele plantaria no ventre da jovem “o gérmen da submissão”, como sugere a narrativa teatral de Gomes (1978, p. 78).

Os homens entraram no quarto e mostraram a Francisco ‘o presente’. Fizeram-na ficar de pé e tiraram sua camisola. Quando a peça de roupa caiu, ouviram-se aplausos, assobios e murmúrios. Ela fechou os olhos. Sentiu mãos apalpando-a em todas as partes íntimas. Os homens saíram para o cômodo anexo e deixaram Francisco a sós para desfrutar o ‘regalo’. O rapaz ficou assombrado. Não imaginava que a menina magricela que costumava ser um dos seus bonecos já estivesse assim por baixo das batas e saias. Coçou a cabeça, admirado e sem jeito. Aproximou-se lentamente dela e acariciou seu braço. Ela continuou de olhos fechados. Ele então encostou os lábios nos dela. Foi o que faltava. A timidez deu lugar à fúria e ele a jogou na cama e a possuiu de um jeito estabanado e violento (Cruz, 2018, p. 90).

Dessa forma, Anolina, de brinquedo, transformou-se no instrumento de prazer sexual do proprietário branco. Como era de esperar naquele contexto de exploração irremediável do corpo negro, Francisco casou-se com Emilia Carlota, Iaiá Bandeira, mas não deixou de visitar a senzala à procura de Anolina. Nesta, por sua vez, gerou uma irritação contínua que, provavelmente, estava relacionada com a descoberta da irreversibilidade da subalternidade, algo que a deixou “perdida, se afogando na mágoa por ter descoberto o objeto que sempre fora” (Cruz, 2018, p. 92), além do temor de engravidar do seu malfeitor. Dessa forma, para não correr esse risco, continuou tomando as ervas recomendadas por Umbelina. Contudo, depois de um período de estupro contínuo cometido por Francisco, os chás de ervas que tomou não foram suficientes para evitar a tão indesejada gravidez. Assim, a jovem enfrentou de maneira extrema aquilo que mais temia:

— Faz uns dois ano, um belo mês o boi não apareceu. Quando o segundo mês não chegô e nada de sangue, Anolina fez um chá brabo com uma das planta que usava. Tomou quase num gole e quase fervendo de tão desesperada que tava. Fio... foi um desassossego! Não deu tempo de ninguém fazê ou dizê nada. Ela bebeu e pronto. No dia seguinte, o sangue desceu quase jorrando...E a criança também. Por muito pouco essa menina não morre (Cruz, 2018, p. 101).

Anolina, coisificada por Francisco desde a noite da primeira violação, buscava ter uma parcela de domínio sobre o próprio corpo, prevenindo gestações através de métodos anticonceptivos vindos das ervas prescritas pelas ancestrais. Quando a situação fugiu do seu controle e uma gravidez surgiu, ela apelou para a ruptura do ciclo de violência, tirando a vida de seu próprio filho.

Toni Morrison (2019) relatou sobre um artigo que chegou às suas mãos durante sua experiência como editora sênior na Random House, o título do texto era "Uma visita à mãe escrava que matou a filha"³⁰, escrito pelo reverendo P. S. Bassett sobre uma escravizada que, em 1856, fugiu com seus quatro filhos da servidão, em Kentucky, nos Estados Unidos, para o estado livre de Ohio. Com a ameaça da captura iminente, a mãe escravizada tomou a dolorosa atitude de assassinar seus filhos e, em seguida, tirar a própria vida para que não voltassem para a escravidão e para que ela não continuasse sendo explorada e violentada pelo seu proprietário. Como descrito no título do artigo, Margaret Garner³¹ não conseguiu concluir completamente seu plano violento, pois os policiais e caçadores chegaram antes e a impediram, mas não antes de ela tirar a vida de uma das quatro crianças. Na resenha intitulada "Narrar o outro" (2019), Morrison descreve o encontro do reverendo com a mãe da seguinte forma:

Segundo ela, quando os policiais e caçadores de escravos chegaram à casa em que estavam escondidos, ela pegou uma pá e bateu na cabeça de dois de seus filhos, em seguida pegou uma faca e degolou a terceira, e tentou matar a outra; se tivessem lhe dado tempo teria matado todos eles, pois em relação a si mesma pouco se importava, mas não queria ver os filhos sofrerem como ela havia sofrido (Morrison, 2019, p. 108).

Garner foi capturada com os filhos e levada à julgamento. A sentença que lhe impuseram tornou o evento ainda mais polêmico, visto que escancarou de forma extrema o racismo que imperava na sociedade estadunidense naquele contexto. A escravizada foi

³⁰ "Artigo publicado na edição de 12 de fevereiro de 1856 de *American Baptist* pelo reverendo P. S. Bassett, Seminário Teológico de Fairmount, em Cincinnati, Ohio [...]" (Morrison, 2019, p. 107).

³¹ A história de Margaret Garner inspirou Toni Morrison para a criação do romance *Amada* (1987).

absorvida da pena de morte (pois caso tivesse sido considerada responsável pelos filhos, seria condenada à morte pelo assassinato da filha), porque constataram que ela, como uma mercadoria, não poderia ser a responsável legal da filha. Desta forma:

Margaret Garner era portanto, pela lei, um bem, assim como seus filhos, que de modo algum lhe pertenciam, pois eram mercadorias que podiam ser vendidas, e de fato o eram com regularidade. Ou seja, Garner acabou sendo considerada não um ser humano com responsabilidades humanas, como a maternidade, mas um animal a ser vendido como se fosse gado. (Morrison, 2019, p. 120)

O tratamento que os escravizados recebiam nos contextos de escravidão aqui descritos apontam que o interesse que os proprietários tinham sobre esses sujeitos estava estritamente relacionado à ordem do lucro. A possível morte da escravizada Garner significaria a perda de uma mercadoria valiosa e, portanto, o dono seria prejudicado em dois, ou por que não, três aspectos. O primeiro seria a perda de mão de obra para a plantação, seguida da subtração de um dos seus objetos sexuais, visto que vários dos filhos de Garner eram mestiços, o que indica que seu proprietário a estuprava. O terceiro aspecto é a possível perda da escravizada que fazia parte do rol das amas de leite dos filhos do proprietário. Por isso, foi mais vantajoso para o proprietário que o juiz da Corte Federal Distrital aplicasse em Garner a Lei do Escravo foragido (Morrison, 2019) do que condená-la à morte pelo assassinato da filha. Este fato se assemelha à narrativa de Cruz, que mostra que a possível gravidez de Anolina para o proprietário Francisco, independente da criança ser um filho bastardo ou não, significava um número a menos na lista dos bens da família, pois estavam em 1875, portanto, o filho da escravizada nasceria sob a proteção da Lei do Ventre Livre.

Pelo seu lado apenas uma coisa inquietava Francisco: a Lei do Ventre Livre. Desde setembro de 1871 que os filhos das escravas nasciam livres. A coisa era recente e ainda não havia nenhuma ‘cria’ em idade de se emancipar, pois isto só ocorreria aos oito anos, se o senhor optasse pela indenização, ou aos 21, se decidisse ficar com a criança. Quando a Anolina apareceu grávida, pensou: seu filho já não pertenceria totalmente a sua família como antes seria. A ideia de que o recém-nascido poderia ser seu filho ou seu sobrinho apenas surgia como algo curioso e divertido em sua mente (Cruz, 2018, p. 103).

De fato, os cuidados tomados pela Anolina não foram suficientes para deixá-la isenta de uma gravidez a princípio indesejada. Com efeito, além da relação sexual imposta pelo

coronel, Anolina iniciou um relacionamento com o tratador de cavalos e marceneiro Alexandre:

Os dois estavam, volta e meia, aos cochichos pelos cantos e Umbelina estava achando até bom que ela saísse um pouco daquele mutismo e mau humor em que se metera desde quando Francisco deixou de usá-la como brinquedo de criança para usá-la como passatempo de homem (Cruz, 2018, p. 102).

Depois do aborto que quase acabou com sua vida e das orientações dadas pelas companheiras e pela irmandade espiritual, a jovem não podia mais se valer desse método violento para impedir o nascimento de uma criança, mesmo que a justificativa para tal brutalidade fosse evitar que mais um ser inocente tenha que sobreviver ao colonialismo.

O nascimento das crianças geradas de mães escravizadas ocasionava um desconforto sobre a identidade paterna, pois essas mulheres eram exploradas sexualmente por seus senhores e, em contrapartida, mantinham relações amorosas com os escravizados, coabitando com eles nas senzalas. Esse tipo de situação foi vivenciado pela personagem Anolina, que mesmo sendo usada pelo senhor Francisco, quase diariamente, manteve uma relação amorosa com o escravizado Alexandre³², sobre o qual um boato se espalhou entre as paredes da senzala e da casa-grande de que ele poderia ser filho de uma escravizada com o barão, fato que o tornava, supostamente, irmão de Francisco e, portanto, o filho que Anolina geraria poderia ser filho deste último e sobrinho do primeiro, ou vice-versa.

A descoberta da gravidez de Anolina instigou uma discussão entre os convivas dela e também entre os moradores da casa-grande, que perdurou após o nascimento da criança, sobre a identidade do pai da menina Martha: Francisco ou Alexandre.

Depois da metade de 1875, nasceu uma menina pequena parecida com a mãe, mas com uma formosura diferente. Firmino ainda não se conformava com aquela mistura e já estava disposto a repudiar a criança quando a viu pela primeira vez e não conseguiu reprimir uma exclamação de espanto: ‘Ewà Oluwa!’.

Martha era muito parecida com a avó africana e isto foi ficando mais patente à medida que crescia. E, de fato, não conseguiram definir apenas pela aparência quem era seu pai. Seu tom de pele era mais claro que o da avó e o da mãe, mas tinha alguns traços que muito bem poderiam ter vindo de um ou de outro. No coração de Anolina, não existia dúvida. Ela era e sempre seria

³² “Para as mulheres, ser esposa e ser mãe podia implicar desafios consideráveis, além dos riscos inerentes à gravidez, maternidade, lactação e criação de filhos/as sob o jugo da escravidão. Casamento e reprodução pressupunham cumprir uma dupla jornada de trabalho e submeter-se a uma dupla sujeição - ao senhor e ao marido” (Machado, 2018, p. 353-354).

de Alexandre. Não considerava a possibilidade de ser diferente. Foi Dasdô, com seu jeito sincero, que pôs o ponto final na discussão e nas fofocas.
 — Se acabô esse trelelê. Qualqué um dos dois num vai dá peito, num vai cuidá nem se sacrificá. Quem vai fazê isso a vida toda é ela. A fia é dela. Foi diferente com arguém aqui?! — E fez-se o silêncio (Cruz, 2018, p. 103-104).

Assim, as vivências das mulheres negras que sobreviveram ao processo de escravidão nos diferentes contextos denunciam as inúmeras explorações e violências sofridas por elas tendo o colonizador como principal algoz das suas vidas. No entanto, as diversas violações sofridas pelo corpo negro não ficam apenas na conta do proprietário branco, tanto traficantes quanto capatazes e outros homens envolvidos no comércio de escravos (mestiços), violentavam mulheres escravizadas³³. Como é apresentado no episódio presente no romance em análise, em que o capataz Moreno violenta a escravizada Isabel, fazendo-a abortar um filho que ela nem sabia que esperava:

Bêbado, Moreno a segurava e arrastava com força. Falava enrolado.
 — Num sei o que tu vê naquele nego insolente, sua nega safada. Primeiro era aquele disinfeliz do Roberto, que teve o destino que bem mereceu e agora é esse aí que tem parte com o Coisa Ruim.
 Ela fazia força na direção oposta. Quando a obrigou a descer um barranco, pois pretendia possuí-la na beira do rio, caíram os dois rolando. Ele a possuiu, mesmo desacordada, e saiu correndo cambaleante pela margem. Quando as lavadeiras a encontraram pela manhã, estava com a saia ensanguentada. Levada de volta à senzala, Umbelina e Dasdô atestaram.
 — Ela perdeu a criança! (Cruz, 2018, p. 72).

A partir das inúmeras violações cometidas contra o corpo da mulher negra, outra geração surgiu e trouxe consigo, na própria pele, a marca da violência e da irredutível adulteração das raças. A mistura entre as raças era algo que Firmino e sua sobrinha Anolina não queriam que acontecesse, pois isto significaria ter o seu sangue misturado com o do colonizador, algo definitivamente inevitável. No entanto, entre grupos de pessoas negras, tinham aquelas que acreditavam que ter a pele com a tonalidade mais clara era um tipo de passaporte para inserção social³⁴. Na outra versão, a elite branca, já observando o processo de miscigenação há muito tempo, reproduziu, nas primeiras décadas do século XX, a ideia de que as relações ocorridas entre os senhores e as escravizadas eram pacíficas e que as crianças

³³ “A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os ‘casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial” (Gonzalez, 2020).

³⁴ Conferir os relatos registrados pelo pesquisador Thales Azevedo na obra *As elites de cor: um estudo de ascensão social* (1955): “[...] Os traços ‘mais finos’ dos filhos mestiços, explica outro informante, facilitam a integração social destes. Ter pái branco é, além disso, uma vantagem em si mesma, - acrescenta” (p. 85).

mestiças nascidas dessas relações eram a certeza de uma democracia racial existente no Brasil, em uma época em que o negro era inferiorizado e considerado despossuído de intelectualidade e o mestiço tido como degenerado³⁵. Em suma, o processo de embranquecimento da população negra, que foi iniciado incontrolavelmente durante o período colonial, caracterizado como violento e desumano, ocasionou a adulteração das raças e, consequentemente, a hierarquização racial responsável pela indicação de lugares, imposição de limites³⁶ e pela construção das relações sociais.

3.3 AMAS DE LEITE E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: “ESCRAVAS COM SENTIMENTO DA ESCRAVIDÃO”

Anolina, como descrito anteriormente, foi entregue como presente ao filho do barão e tornou-se seu objeto sexual particular e ama de leite de seus filhos³⁷. Mesmo depois que começou o relacionamento com o escravizado Alexandre, o coronel Francisco não deixou de violentá-la. Como ama-de-leite³⁸, Anolina desistiu de amamentar e cuidar da sua própria filha para dedicar-se totalmente à prole do proprietário branco, como transcrito no trecho seguinte:

Não se sabe bem o motivo. Talvez porque Emília Carlota soubesse do parentesco que o marido provavelmente tivesse com a criança, somado às culpas religiosas alfinetando sua consciência. Talvez porque Francisco a quisesse ter debaixo dos olhos. Talvez porque o jeitão calado e reservado da negra agradasse ou ainda por conta de tudo isso junto. O fato é que Anolina passou a ser a ama dos filhos do casal (Cruz, 2018, p. 103).

³⁵ “Foi exatamente nesse contexto que teorias deterministas, também denominadas ‘darwinistas raciais’, pretenderam classificar a humanidade em raças, atribuindo-lhes distintas capacidades físicas, intelectuais e morais. Segundo tais modelos científicos, os homens brancos e ocidentais ocupariam o topo da pirâmide social, enquanto os demais seriam considerados inferiores e com potencialidades menores. Pior sorte teriam as populações mestiças, tidas como ‘degeneradas’ porque provenientes da mistura de raças essencialmente diversas” (Schwarz, 1993).

³⁶ Conferir: Devulsky (2021).

³⁷ Conferir o verbete “Amas de leite” na obra: *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (2018), organizado por Lília Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes. Segue citação da obra: “Transplantando para as Américas os padrões de criação de filhos entre as aristocracias europeias, que empregavam mulheres empobrecidas como amas de leite, as mulheres brancas das elites delegaram o aleitamento de seus bebês a suas cativas, prática comum a todas as sociedades escravistas do Atlântico” (Telles, 2018, p. 102).

³⁸ “No Brasil, as amas de leite eram em sua maioria mulheres escravizadas. Para além de todas as outras formas de aproveitamento de trabalho e violência sofridas pela população escravizada de maneira mais ampla, o corpo feminino e sua capacidade reprodutiva implicavam num cruel sistema adicional de exploração e sofrimento. O princípio do *partus sequitur ventrem*, presente em outras sociedades escravistas atlânticas e em vigor no Brasil até a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, transmitia ao/à filho/a o estatuto jurídico de sua mãe, fazendo com que a escravizada fosse produtora e reprodutora de trabalho. Ao estabelecer esse duplo papel da cativa como geradora de riqueza, destacava-se a ‘centralidade do corpo da escravizada como o próprio locus da escravidão’” (Carula, 2022, p. 91-92).

A situação de Anolina não foi modificada mesmo após o nascimento da sua filha, como pode ser observado no fragmento a seguir:

Martha estava com meses de idade quando Iaiá Bandeira engravidou pela quarta vez. Maria da Conceição nasceu em oito de dezembro, na casa da família em Salvador. Anolina ainda tinha muito leite, e o peito passou da filha para a nova criança da senhora. E a infância das duas seria um resumo da longa vida que as uniria: Martha cedendo a Maricota afetos vitais (Cruz, 2018, p. 104).

Estas descrições desconstroem a imagem romantizada da ama de leite considerada como membro da família, amada pelos filhos dos senhores e que retribuía-lhes o mesmo afeto. Uma fotografia tirada na Bahia, em 1861, da ama de leite segurando o bebê branco Antônio da Costa Pinto — na descrição de Telles: “ela o sustenta com um braço, mantendo-o a certa distância. Seu olhar nos desafia” (2018, p. 106-107) —, retrata bem a problemática do fragmento anterior. Com efeito, as fotografias da época que tentavam construir uma imagem harmoniosa das relações entre servos e senhores, ocultavam o fato de que muitas vezes os filhos das amas de leite acabavam abandonados por causa dos inúmeros trabalhos que elas precisavam executar e porque era exigida que a atenção e o leite delas fossem monopolizados pelo bebê branco. Sobre essa problemática, a pesquisadora Lorena Féres da Silva Telles (2018, p. 103) pontua que:

As dificuldades e restrições impostas a elas impossibilitavam que destinassem os cuidados desejados a seus filhos, os quais estavam sujeitos ao desmame precoce, a separações temporárias e por vezes à morte. Privadas do leite materno, ou obtendo-o em menor quantidade, as ‘crias’, como eram chamados pelos senhores, não raro passavam fome, contando com uma alimentação imprópria e de difícil digestão - como papinhas feitas com farinha de mandioca, ou o leite animal não esterilizado.

Após a abolição da escravatura, uma nova configuração de amas³⁹ surgiu para continuar realizando as inúmeras tarefas e suprimindo os desejos mais supérfluos das senhorinhas e baronesas que se viram obrigadas a amamentar seus filhos e não mais podiam transferir essa responsabilidade para uma escravizada. Neste contexto, a personagem Dodó entra em cena, filha caçula de Martha, que aos treze anos foi obrigada a servir a família Vieira e Tosta — cuja história está ligada à escravidão de seus próprios parentes — para que a irmã Damiana pudesse estudar em uma escola para meninas. Antes de iniciar seu trabalho no

³⁹ “Civilmente livre, uma parcela significativa da população ainda continuava, quase que ao mesmo modo, servindo a sinhás e amos, denunciando com isso a resistência de estruturas sociais que as mudanças jurídico-políticas de Abolição e da República não elidiram” (Ferreira Filho, 1994, p. 47).

Sobrado em Salvador, que estava sendo remodelado para servir de morada para os noivos Maricota e Adolpho, as tarefas de Dodó alternavam entre o bordado do enxoval de casamento, as atividades domésticas e tudo o mais que a senhorinha Maricota solicitasse. Isto pode ser observado no seguinte fragmento: “A todo instante eram interrompidas por alguma solicitação — um refresco, uma bolacha, um ponto num vestido, uma ida ao mercado, um café para a visita, uma roupa no varal. ‘Afinal, Dodó, onde está a caixa de rapé do senhor meu pai?’” (Cruz, 2018, p. 191).

Diferente das outras personagens femininas do romance, cujas narrativas são protagonizadas de forma efetiva, mostrando suas identidades e lutas constantes pela sobrevivência dos familiares, mas, acima de tudo, apresentando as estratégias que utilizaram para conquistarem a liberdade de seus corpos e de suas mentes em um contexto pós-escravatura, Dodó, ao contrário, viveu para servir aos descendentes dos senhores que décadas atrás haviam escravizado seus familiares. Desta forma, são poucos os momentos na narrativa que ela surge fora das paredes da casa dos Bandeira e Tosta. Dois episódios são relevantes para embasarmos esta discussão: no primeiro, Maria da Glória, em um dia de “folga”, descansava na casa da mãe, mas aos seus cuidados estava uma das filhas de Adolpho e Maricota, Mary, como pode ser verificado no trecho a seguir:

Em um final de semana de 1924, na folga de Maria da Glória, Mary, então com nove anos, não quis largar a empregada. Depois de muito chorar, conseguiu que dona Maricota a deixasse passar um dia e uma noite com ela. Dodó a levou para a casa da mãe e lá encontraram a família reunida no quintal atrás da casa. O de araquê estava carregado e cheiroso. Divertiu-se, de pés descalços, com Celina, entre bacias e muitas roupas estendidas, colhendo as frutas para a mãe Martha fazer os famosos doces no forno de barro. À noite, dormiu agarrada a Dodó na cama improvisada no chão (Cruz, 2018, p. 240).

Neste primeiro episódio, podemos perceber primeiramente que a ama não tinha nenhum momento de descanso efetivo, e que entre Dodó e a patroa Maricota e, portanto, entre a empregada e a família Bandeira e Tosta, existia uma fidelidade ou laços afetivos que exigem excessos de zelos e abnegação da empregada. Tem-se na passagem acima uma situação de relações de poder dissimuladas, mas jamais suprimidas (Ferreira Filho, 1994), escancarada por meio da matéria literária. Com efeito, o que ocorre com Dodó na narrativa acima é a construção de laços afetivos que servirão para prendê-la ainda mais àquela família. Portanto, a ama poderia até amar as filhas dos patrões e ser amada por elas, mas tal troca de afetos não

romperia com as barreiras sociais que a invisibilizavam e a mantinham como sujeito subalternizado⁴⁰.

Em outro episódio, dias anteriores à celebração religiosa do seu casamento com João Paulo, Damiana, sem a mãe estar presente, foi até Maricota pedir permissão para que a irmã pudesse participar da cerimônia e dos festejos das suas bodas:

Ela foi dizer que Dodó iria com ela para Cachoeira para passar alguns dias, pois iria realizar seu casamento e queria reunir a família. Ponderou que estavam sem se ver havia dois anos e levou um terço de madeira delicadamente trabalhado para presenteá-la. Dona Maricota ficou sensibilizada com a preocupação da jovem em ter a união abençoada na igreja e encantada com o capricho com que estavam vestidas ela e a criança (Cruz, 2018, p. 219).

A forma como Damiana se posiciona diante de Maricota, com agrado e adulação, como era comum nesse tipo de relação, evidencia o chamado “poder da barganha”⁴¹, enraizado durante a opulência dos reis do massapê e que atualmente continua sendo reproduzido entre patrões e trabalhadoras domésticas. A problemática desta situação reside no fato de que Dodó não estava vivendo sob o regime escravocrata e, portanto, suas vivências não poderiam ser permitidas ou negadas pela patroa branca. Contudo, o que a narrativa mostra é a exploração e a violência entre pessoas de raças e classes distintas, em uma tentativa bruta e desumana dos brancos de permanecer no poder em detrimento da luta dos negros pela sobrevivência.

Solitária (2022b), romance de Eliana Alves Cruz publicado sete anos após a primeira publicação de *Água de Barrela*, problematiza a realidade das empregadas domésticas no Brasil. Em seu conteúdo e forma, no primeiro e segundo capítulo, perfila os espaços de uma casa, de um condomínio e as relações estabelecidas nesses locais entre patrões e empregadas e entre empregados e seus familiares. Desde o quintal da casa da empregada, local de descanso, de diálogos secretos e distante da visão dos patrões, até o quarto de despejo do condomínio, onde a filha da empregada Eunice e o filho do porteiro Jurandir desvendam os mistérios sexuais na adolescência, esta narrativa, considerada por Cruz⁴² a continuação ou a consequência de *Água de Barrela*, apresenta várias situações de explorações e abusos de poder dos patrões. Dentre a macro narrativa que envolve a empregada Eunice, sua filha Mabel e a

⁴⁰ “Se, ao nível da família, o pai era a autoridade máxima, a gradação mãe, filhos atingia nos seu último nível os domésticos, que deviam respeitar e mostrar-se subservientes mesmo com as crianças de pouca idade” (Ferreira Filho, 1994, p. 50).

⁴¹ O termo “poder da barganha”, surgido com o fim da escravidão, foi citado por Roncador (2008) na obra *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*.

⁴² Eliana Alves Cruz em participação do “Sempre um papo”, no SESC Vila Mariana, em São Paulo, em 2022.

família abastada e descendente dos colonizadores, uma outra foi criada como se para fazer justiça à Dodó, que não conseguiu se libertar da opressão imposta pela família Bandeira e Tosta. Assim, em *Solitária*, Dodó revive na personagem Dadá e consegue por meio de uma denúncia ser libertada da semiescravidão na qual estava presa desde os dez anos de idade:

Era dia de São Cosme e Damião, e, embora os ricos não ligassem, mesmo naquele bairro metido a besta tinha gente distribuindo doces para as crianças que encontravam na rua. Dadá estava no parapeito do pátio, olhando a rua na rua um carro que parou e distribuiu uns saquinhos para um grupo de crianças que logo fez uma fila na calçada. Cacau ia chegando no edifício e viu o rosto miúdo de Dadá lá em cima, cheia de vontade de entrar na farra.

— Toma, Dadá. Pegue pra você.

[...]

— Olha, come esse chocolate aqui. É bom de verdade! O carro estava bem aqui na frente, Dadá! Era só descer... — Cacau abriu aquele sorriso bonito dele.

— Deus me livre, mocinho! Mãezinha Imaculada é capaz de me bater com o chinelo...

— Bater...?

O menino então conversou com o irmão e decidiram fazer uma denúncia (Cruz, 2018, p. 120).

Dadá sobrevivia a uma opressão da qual ela não tinha conhecimento, pois a síndica do prédio para quem ela trabalhava, a mantinha desde os seus dez anos de idade presa e sob um regime de ameaças e castigos físicos. Dadá não sabia como era viver outra vida, como era fazer sua própria vontade, mas apesar de tudo, conheceu a liberdade, ao contrário de Dodó, que morreu sem conhecê-la nem experimentá-la.

Na terceira parte de *Solitária*, Cruz personifica o quarto da empregada, dando-lhe domínio sobre os sentidos. E ele que tudo viu, tudo sentiu, ganhou voz e contou na sua versão a história da empregada doméstica Eunice e sua filha Mabel, e a história de Jurandir e seus dois filhos, Cacau e João. O quarto de empregada⁴³ se autodenominou solitária e proferiu a frase: “existem prisões e prisões, mas existe uma que não tem nenhuma grade e nenhuma parede” (Cruz, 2022b, p. 142), que resume toda a dialética que é proposta aqui: a opressão e a submissão vivenciada pelos personagens em *Água de Barrela*, no contexto da colonização e escravidão de corpos negros, cujos resquícios perduram no inconsciente coletivo⁴⁴ das pessoas

⁴³ Para Souza (1991, p. 66), o quarto da empregada parece indicar que o emprego doméstico “mantém, redefinindo, relações de trabalho com vestígios ideológicos servis/escravocratas”.

⁴⁴ “Poderíamos dizer que no mundo conceitual *branco* é como se o inconsciente coletivo das pessoas *negras* fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes. Que alienação, ser-se forçada/o a identificar-se com os heróis, que aparecem como brancos, e rejeitar os inimigos, que aparecem como negros. Que decepção, ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os como se estivéssemos no lugar delas/es. Que dor estar presa/o nessa ordem colonial” (Kilomba, 2019, p. 38-39).

negras, se materializou em *Solitária* como forma literária responsável pela problematização de uma temática sócio-histórica relevante para compreensão dos lugares reservados aos negros na sociedade atual. Em uma releitura personificada do quartinho onde Maria da Glória dormia na casa de Adolpho e Maricota, qual seria o grito de lamento que ecoaria nas suas paredes? Seria o lamento proferido pela própria narradora do romance: Dodó, “a escrava com sentimento da escravidão”, porque apesar de não ter sofrido os horrores da escravização, do colonialismo e do racismo, carregou sobre si os traumas herdados dos seus ancestrais que tiveram que sobreviver a esses horrores. Grada Kilomba (2019, p. 215), em seu texto “Descolonizando o eu”, no qual aborda sobre trauma colonial, pontua que:

Os dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro da cultura *branca* dominante, mas também com o trauma histórico coletivo da escravização e do colonialismo reencenado e restabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente, a/o ‘*Outra/o*’ subordinado e exótico da branquitude.

Dodó vivenciou uma escravização reencenada, como denominada por Kilomba (2019), sem possibilidades de mudança ou escape, visto que dona Maricota utilizava uma manipulação emocional regida com ameaças provenientes de uma relação de trabalho baseada em afetividades que se constituem de forma exploratória, dominadora e subalterna (Nogueira; Guedes, 2021).

Essa situação se intensificou quando Dodó foi morar na casa dos patrões, em Salvador, pois a jovem passou a ser controlada exclusivamente por Maricota. Um controle emocional fortalecido por uma forma de manipulação que evidenciava nas entrelinhas o quanto a patroa precisava demasiadamente da empregada, seja no zelo da casa ou no cuidado das filhas. Pois, uma filha de barão jamais iria cozinhar ou pegar no pesado, era tradição as sinhazinhas permanecerem com as mãos finas e macias⁴⁵. Primeiramente, o controle emocional está relacionado ao apego da ama às crianças e/ou ao contrário. De acordo com Donna Goldstein (2000), existe uma ambiguidade afetiva que caracteriza esse relacionamento e que diz respeito à troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as outras, neste caso mulheres pobres, e geralmente negras, que oferecem seus serviços. Para a teórica, “é na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem seus serviços que as relações de classe são praticadas e reproduzidas” (Goldstein,

⁴⁵ “Era necessário que as donzelas ostentassem mãos finas, longe dos pesados afazeres do ‘pé do fogão’” (Ferreira Filho, 1994, p. 49).

2000 *apud* Brites, 2000, p. 73), portanto, essa situação não impede uma relação hierárquica, ao contrário, existe uma clara demarcação entre patrão e subalterno (Brites, 2000). No caso de Dodó, mulher pobre e descendente de ex-escravizados, tais características já haviam definido sua posição de subalternidade no seio daquela família⁴⁶. Esta era uma certeza comum entre todos os negros naquele contexto. A própria Martha, que permitiu contra sua vontade que a filha trabalhasse para os Bandeira e Tosta, tinha consciência que fora dos muros do sobrado rico, Dodó não encontraria outras oportunidades: “sua vontade era arrancar a moça de lá, mas o que faria com ela? Levaria de volta para Cachoeira, para enfiá-la na roça? Ficaria com ela trabalhando nas ruas, com tantos riscos?” (Cruz, 2018, p. 192). Em outro episódio, o pai de Dodó, Adônis, já nos últimos dias de vida, em uma visita à filha, resolveu alertá-la sobre aquela situação que angustiava a todos:

— Não entendo por que motivo o senhor e mainha tanto brigam por minha causa. Estou bem, pai...

Ele sorriu tristemente. Olhou para o viveiro com pássaros no quintal.

— Filha, tá vendo aquele passarinho ali? Não está doente, está cantando, tem alimento, tem proteção... Ele acha que está bem, mas se um dia ele experimentar outra vida, pode ser que realmente pense que estava bem ou talvez perceba que era muito infeliz e nem sabia. Vosmicê não pensa em tentar outra vida?

[...]

— Vosmicê sabe que nada disso aqui é seu. Nenhuma dessas pessoas é realmente sua... Não sabe, filha?

Ela baixou a cabeça. Ele franziu a testa. No fundo, tinha muita pena da filha por não conseguir se libertar (Cruz, 2018, p. 245).

Diferente do pássaro, Dodó acabou adoecendo devido a um tumor que se agravou com o excesso de trabalho. De acordo com a narrativa, a ama faleceu pelos mesmos motivos de muitos antes dela, trabalho forçado. Ela sofreu calada, sem proferir nenhuma palavra, fosse de lamento ou de protesto. Mas, se a criada tivesse falado, se tivesse reclamado das dores agravadas devido à doença e se recusado a continuar trabalhando, seu destino teria sido diferente? Provavelmente não. Pois, mesmo que ela “tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder” (Kilomba, 2019, p. 47)⁴⁷. Nesse sentido, a subalterna não pode falar. Esse silenciamento e essa marginalização vivenciados por Dodó foram fincados na época da colonização, quando as

⁴⁶ Segundo Ávila (2009), a servidão no sentido próprio do trabalho doméstico, caracterizado pela disponibilidade de servir aos outros, agrega-se a outro sentido de servidão, o qual associa-se com a história de escravidão das mulheres negras no Brasil.

⁴⁷ Grada Kilomba, no capítulo “Quem pode falar?” da obra *Memórias da plantação* (2019), utiliza a questão “pode um subalterno falar?” debatida por Gayatri C. Spivak para mostrar que o subalterno não pode falar, porque está preso dentro de um regime repressivo do colonialismo e do racismo.

mulheres africanas foram escravizadas, oprimidas e violentadas sexualmente pelos homens brancos⁴⁸. Portanto, as relações de poder envolvendo Dodó e a família branca — com também as chantagens emocionais da matriarca e das filhas que forçaram a ama permanecer naquela situação de subalternidade — são reproduções ou reencenações da escravização dos negros, registrado pela historiografia, nas quais mucamas, amas de leite e criadas eram separadas para servir exclusivamente à família do colonizador. Assim, o trabalho doméstico que Dodó realizava, e que outras mulheres negras ainda realizam neste país, está historicamente ligado à desigualdade de raça, de gênero e de classe que nasceu e se fortaleceu por meio da exibição de poder do patriarca e da sua família no período colonial e que se estende aos dias atuais.

3. 4 PATRIARCADO VS. “PATRIARCADO RACIAL”⁴⁹

Nos primeiros textos deste capítulo, procuramos analisar a semântica por trás do título da obra, tal análise revelou, dentre outras questões, que a água de barreira suscita discussões sobre a problemática de que o estupro de mulheres negras pelos colonizadores brancos fazia parte de uma estratégia de embranquecimento da população brasileira e que as relações de poder entre as amas de leite, as empregadas domésticas e senhores e patrões, respectivamente, estão ligadas à ideologia patriarcal que fincou suas raízes neste solo no início da colonização portuguesa⁵⁰. Assim, seguimos para a conclusão do segundo estágio de leitura, como já foi esclarecido, a de âmbito social (Schwarz, 2006), cuja interpretação é mais profunda e visa desvendar as pendências, “incongruências, passos obscuros, ênfases desconcertantes” (Schwarz, 2006, p. 9) que estão por trás do fracasso dos matrimônios e da não elevação social e profissional dos homens negros naquele contexto. Desta forma, trouxemos à baila as descrições, as características e as atuações dos perfis masculinos dentro da esfera privada e social para esclarecer que o antagonismo que mancha a identidade dos homens negros foi construído no pós-abolição e está ligado ao racismo que “assegura que homens negros não tenham as mesmas relações hierárquicas patriarcais/capitalistas como os homens brancos” (Carby, 1997, p. 46 *apud* Kilomba, 2019, p. 105). Desta forma, partimos das relações conjugais das personagens negras e evidenciamos, após a “decifração do enigma”, que o fracasso desses matrimônios está relacionado à nova configuração social surgida no

⁴⁸ Ver: Lerner (2019).

⁴⁹ Ver: Kilomba (2019).

⁵⁰ “Há estruturas de poder muito óbvias tanto na formação colonial como na escravista, e ambas são predominantemente patriarcais” (Carby, 1997, p. 48 *apud* Kilomba, 2019, p. 105).

pós-abolição: a integração do negro em uma sociedade racista e patriarcal na qual o capitalismo ascendia.

A relação conjugal de Martha e Adônis é a primeira descrita na obra que foi rompida devido às circunstâncias e aos rumos tomados por eles na narrativa. Como foi narrado, Martha não aceitou permanecer no local que lembrava a escravização de familiares e amigos, não aceitou que o domínio escravocrata patriarcal continuasse controlando seu corpo e mente. Adônis, por outro lado, continuou vivendo nas terras do barão, pois, provavelmente, não considerou que a vida na cidade significasse uma sobrevivência fácil para ele e seu povo. Após o dia 13 de maio, ele havia presenciado conflitos entre barões e ex-escravizados, destruição de roçados, incêndio de canaviais e mortes de muitos negros. Diante desse cenário, ele, que já era pai de uma criança recém-nascida, optou permanecer na fazenda “agenciando roças, autonomia e direitos costumeiros no uso da terra” (Gomes, 2015, p. 126), experiência que a historiografia do campesinato negro no Brasil denomina como “pacto paternalista” (Gomes, 2015). Esta relação social, por sua vez, (Lerner, 2019) tem suas origens históricas nas relações familiares desenvolvidas sob o patriarcado, nas quais o pai tinha total poder sobre todos os membros da família e em troca tinha a obrigação de prover o sustento econômico e proteção. O trecho a seguir mostrará que esse sistema de dominação surgido no pós-abolição estava ligado à necessidade dos ex-escravizados terem um lugar para morar em troca do trabalho braçal e dos produtos agrícolas produzidos por eles nas terras dos ex-escravocratas:

Pagariam a estada parte com produtos e trabalho, parte com dinheiro. Os dois ocupariam a tapera que Adônis tinha feito para eles antes do casamento, com espaço para uma roça pequena atrás.

— Tá vendo, Dônis? Lembra do que lhe disse aquele dia no cais? Que os sinhô num ia se conformá tão fácil e que a liberdade num existe para nós? Olhe bem. Tamo aqui, de volta, no mesmo lugá...

Ele fez uma negativa com a cabeça e emendou.

— A terra, o trabalho, as pessoas, tudo pode ser igual, Martinha, mas os lugares de cada um, ah, esses é que nunca mais serão os mesmos! (Cruz, 2018, p. 149).

A decisão de Adônis permanecer na fazenda no Outeiro Redondo talvez significasse o mais próximo de liberdade que não conhecia até o dia 13 de maio, para Martha, porém, permanecer era outra configuração de escravidão.

O matrimônio de Damiana e João Paulo, por sua vez, efetivado a partir do modelo eurocêntrico, representa a busca por um ideal tradicional de família, espelhada nos dogmas da religião do colonizador. Deste modo, Damiana e João Paulo buscavam a formação de uma família estruturada, cuja autoridade fosse “encabeçada por um pai que ganhe um salário

adequado à família, uma esposa, cuidadora do lar e dos filhos. Idealizado como refúgio privado do mundo público [...]” (Collins, 2019, p. 102). Contudo, este ideal de família não condizia com o contexto sócio-histórico no qual a narrativa transcorre. Primeiramente, a narrativa constrói o perfil de um marido completamente desviado do modelo tradicional, mulherengo, fanfarrão e que, de acordo com suas atitudes, não tem compromisso com a família. Em uma leitura de superfície, percebemos que as atitudes de João desqualificam o seu casamento, distanciando-o do modelo desenhado pela sociedade patriarcal e, por isso, acaba desestabilizado. No segundo ponto, em uma interpretação mais aguçada, partindo de um contexto social de fome, miséria e segregação racial em que os negros não tinham oportunidade para emancipação social e cujas situações afetam as relações conjugais existentes no seio de uma sociedade patriarcal, na qual

os homens assumem as posições primordiais de poder na esfera pública, dominando o governo e a política, a economia e os negócios, a educação, o emprego e a religião, e estendendo esse domínio para um nível privado e interpessoal, no lar, dentro dos relacionamentos, e até nas amizades (Bolla, 2020, p. 17).

Desta forma, a posição de poder pertencente aos homens na sociedade vigente estava longe de ser alcançada por João Paulo, um homem negro, descendente de ex-escravizados e, portanto, vítima da opressão racial. Nesse sentido, considerando as formas históricas específicas de racismo que oprimem os homens negros, intelectuais negros (hooks, 1981; 1995; Collins, 2000) sugerem termos como “patriarcado branco” ou “patriarcado racial” (Carby, 1997, p. 46 *apud* Kilomba, 2019, p. 105) para enfatizar a importância da “raça” nas relações de gênero (Kilomba, 2019). Com efeito, na obra *A gente é da hora: homens negros e masculinidades* (2022), bell hooks discute as masculinidades negras e sua interação (negativa) com a masculinidade patriarcal⁵¹, afirmando no capítulo “Patriarcado da plantation” que a política de gênero da escravidão e da dominação da supremacia branca sobre homens negros foi a escola onde homens africanos aprenderam sobre masculinidade patriarcal “no novo mundo” (hooks, 2022). Em outras palavras, João Paulo, como todos os homens que viveram no período pós-abolição, reproduziu inconscientemente essa ideologia patriarcal e esperava que sua companheira se conformasse às normas estabelecidas pela sociedade branca. Como argumenta bell hooks (2022, p. 51), os homens negros queriam

⁵¹ Prefácio à edição brasileira por Túlio Custódio (hooks, 2022).

ser reconhecidos como ‘homens’, como patriarcas, pelos outros homens incluindo os brancos. Contudo, não podiam assumir essa posição se as mulheres negras não estivessem dispostas a se conformar com as normas de gênero machistas predominantes. Muitas as que haviam suportado a dominação patriarcal durante a escravidão não queriam ser dominadas por homens negros depois da alforria. Como os homens negros, elas tinham posições contraditórias em relação ao gênero. Por um lado, não queriam ser ‘dominadas’, mas, por outro, queriam que os homens negros fossem provedoras e protetores. Depois que a escravidão acabou, uma tensão enorme e conflitos emergiram entre as mulheres e os homens negros como indivíduos lutando para se autodefinir. Enquanto lutavam para criar padrões para a comunidade e para a vida familiar, os papéis de gênero continuavam a ser problemáticos.

Desta forma, o matrimônio não foi suficiente para que Damiana e João Paulo se enquadrassem nessa sociedade, cuja divisão sexual do trabalho é relativamente fixa, com os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher bem definidos — ao primeiro cabe o mundo público e do trabalho e para a segunda, o cuidado do lar e dos filhos. Assim, essa lógica de divisão de papéis não condiz com a realidade vivenciada pelo casal em Salvador, na Bahia, no início do século XX, pois, naquela época, os soteropolitanos lutavam para superar a carestia dos produtos alimentícios e, como já mencionado, enfrentavam o desemprego e uma luta ferrenha para se integrarem à nova configuração social fundamentada na ordem patriarcal branca e na competitividade capitalista.

E nessa ordem capitalista, o marceneiro João Paulo não produzia o suficiente para pagar o aluguel da oficina aos padres e nem para sustentar a família, sem contar que o valor que recebia, gastava em festas e bebedeiras. Desta forma, tem-se um homem negro que não consegue ascensão social e nem proporcionar uma vida digna para a família, cabendo à esposa assumir essa responsabilidade realizando serviços fora de casa, situação que acaba dificultando a relação do casal. Isto aponta para uma problemática discutida por hooks (2022) sobre a existência de duas versões de patriarcado, uma antiga e uma nova. Segundo a teórica feminista:

Na versão antiga, o homem como trabalhador, provedor, chefe patriarcal do lar tem importância; na nova versão, o homem como trabalhador é um escravo ou um trabalhador barato. Mesmo que trabalhe, ele não ganha o suficiente para chefiar uma casa, e como trabalhador ele pode ser substituído (2022, p. 67).

João Paulo estava bem distante de se encaixar na antiga versão do patriarcado que posicionava o homem como provedor do lar, pois, no contexto sócio-histórico no qual vivia, o homem negro era considerado um trabalhador barato e muitos ainda se submetiam a uma

situação de semiescravidão para conseguir o alimento para a família, cabendo à companheira, na maioria das situações, trabalhar fora para ajudar no sustento da família; ou, quando o marido não conseguia nenhum serviço, eram as atividades informais realizadas pela mulher que sustentavam a todos.

A estadunidense Ruth Landes, durante sua pesquisa antropológica em Salvador em 1938, especificamente no Templo do Engenho Velho, consternada com a pobreza das mulheres que viviam naquele espaço, perguntou para Édson Carneiro, pesquisador baiano que a acompanhava, se elas não tinham marido. Ele respondeu, ironicamente, como se constituíam as relações naquele período:

— Maridos? Não há muitos, e de qualquer modo não são de confiança. Esta não é uma confortável sociedade burguesa, dona! Hoje em dia não há bastante trabalho para todos os homens. Eles não ganham o suficiente para si, quanto mais para sustentar família (Landes, 2002, p. 81).

A ironia sutil de Édson Carneiro reside no fato de que Salvador estava longe de ser uma sociedade burguesa, ao contrário, prevalecia uma população negra que precisava desenvolver inúmeras atividades informais para sobreviver, e quando não encontravam serviço engrossavam as ruas, multiplicando, assim, os grupos de desocupados. A sociedade de classes almejada por muitos abolicionistas estava ainda distante daquela realidade.

Em uma discussão entre o casal, é perceptível a visão de João Paulo de que o trabalho braçal que os negros realizavam para os brancos era desvalorizado e insuficiente para a sobrevivência das famílias.

— Pois eu vou lavar as privadas desses brancos, vou lavar louça, roupa, passar, engomar... Mas ninguém depois de mim vai fazer isso outra vez na minha família, está ouvindo bem? Ninguém! E isso vai começar com essa — e apontou para Celina, que ficou encolhida em um canto — E depois com a irmã e quem mais chegar. Já pra fora, Cecé — ordenou a mãe. A menina saiu rapidamente.

— Vosmicês são muito gozadas. E Dodó? Por que é que Dodó está lá trabalhando feito escrava?

— Minha irmã não é escrava! Ela ganha e...

— Ganha? Não me faça dar risada, Damiana. Chama aqueles cobres quebrados de ganho? É claro que é escrava (Cruz, 2018, p. 243).

O posicionamento de João Paulo revela que ele tinha consciência de que aquela sociedade capitalista comandada pela supremacia branca desvalorizava os serviços realizados pelas pessoas negras. Desta forma, consciente da desvalorização dos trabalhos realizados

pelos negros e da exclusão social a que eram submetidos, ele tinha uma forma própria para lutar contra isso, no entanto, essa luta não condizia com a integridade e com os valores éticos, os quais sua esposa tinha de sobra.

Até aqui podemos desenhar o perfil de João Paulo como o vilão na vida da Damiana e da sua família. Aquele homem galã e charmoso do primeiro encontro na igreja e o pai amoroso não existe mais, a narrativa centraliza as personagens femininas e condena as ações desse homem, impedindo, assim, um envolvimento ou desvelamento do papel da personagem dentro daquele contexto. Contudo, posicionando-o como a personagem que representa uma coletividade⁵², neste caso, de homens que sofreram uma escravidão assalariada, como denominada por hooks (2022), e que segregados e sem acesso a empregos melhores e salários dignos, em alguns casos resolviam ganhar dinheiro de forma ilegal ou usurpando suas próprias esposas ou namoradas. De acordo com hooks (2022, p. 72), esses homens que não conseguiam obter o tipo de emprego que afirmasse sua masculinidade patriarcal “poderiam então se sentir mais confortáveis com um sistema que valorizasse a aquisição de dinheiro como padrão do valor masculino patriarcal”. Um homem negro “muito falante e bonito, João era o que poderia ser chamado mais tarde, quando o cinema fosse popular, de galã” (Cruz, 2018, p. 213) e, um marceneiro de mão cheia que frequentemente se relacionava com as clientes, provavelmente entendia que o dinheiro, as inúmeras amantes (e não o trabalho), poderia afirmar sua masculinidade patriarcal. hooks (2022, p. 70) escreve:

Uma mudança nos valores de classe ocorre na vida negra quando a integração chega, e, junto com ela, a ideia de que o dinheiro é o principal marcador do sucesso individual, e não a forma como alguém adquire dinheiro. Essa visão de mundo mudou a dinâmica do trabalho nas comunidades negras. Homens negros que mostravam ter dinheiro (não importa como o adquirissem) poderiam estar entre os poderosos.

A maneira como João Paulo é perfilado na leitura de superfície, um galã que amava dinheiro e mulheres, um pai contrário à educação das filhas, dificulta a centralidade da sua atuação como sindicalista que lutava por sua classe, se envolvendo em protestos e greves operárias. Pode-se pontuar, a partir do que foi exposto, que no sindicato e nas ruas ele atuava e protestava por um bem coletivo, mas em casa brigava com a esposa Damiana contra a formação educacional das filhas. Esta problemática aponta para o que hooks (2022) afirma sobre as experiências no contexto pós-colonial, que os homens afro-estadunidenses sem

⁵² Segundo Marisa Corrêa Silva (2009), para a crítica sociológica, o romance, independentemente de ser autobiográfico ou não, faz uma ponte estética entre realidade social, coletiva e representação artística.

privilégio de classe sempre foram alvo de deseducação. Ou seja, eles foram ensinados que a educação não iria fazê-los prosperar ou tirá-los da posição de subalternidade, ao contrário, somente o trabalho físico realmente era importante. De acordo com hooks (2022, p. 91), esses homens negros “foram ensinados que ‘o pensar’ não é um trabalho valioso, que pensar não os ajudará a sobreviver”. É possível trazer essas experiências para o contexto brasileiro, no qual homens negros também foram condicionados a desacreditar que a educação poderia libertá-los do jugo da opressão e da inferiorização social. Desta forma, além de não ter acesso à educação, a comunidade negra foi bombardeada por estereótipos que afirmavam que os negros não eram capazes de realizar atividades que exigissem o pensamento crítico-reflexivo, sendo possível para eles executar apenas atividades braçais. Sobre isso, Lélia Gonzalez (2020) pontua:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal.

João Paulo “militava pelas causas trabalhadoras, que tinha a educação entre as suas bandeiras” (Cruz, 2018, p. 256), mas, provavelmente, a opressão e o racismo que vivenciava diariamente fazia-o desacreditar que a educação fosse o caminho mais eficaz para a emancipação dos negros. Para as mulheres negras, contudo, esta situação é mais problemática, pois além da opressão racial que tinham que suportar, tiveram a educação negada devido à necessidade de sustentar a família, realizando trabalhos braçais, como doméstica e lavadeira, em um contexto de escassez de empregos para a população negra.

As insatisfações de João Paulo podem significar uma luta contra as “correntes do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista que devia ser eliminado” (hooks, 2022, p. 34). Em outras palavras “esse homem negro, um potencial rebelde, revolucionário, líder do povo, não devia ter permissão para prosperar” (hooks, 2022, p. 34), mas que, provavelmente, nos protestos e nas greves que participava se sentia imponente, importante e livre para lutar por uma causa. Para aprofundar ainda mais esta leitura, João Paulo e sua militância política dentro do operariado soteropolitano serão lidos considerando o contexto sócio-histórico no qual atuou, a saber os desdobramentos da Greve Geral de 1919.

3.5 CARESTIA DE VIDA, JOÃO PAULO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

A libertação dos negros do jugo da escravidão foi oficializada em 1888, porém, junto à suposta liberdade eles tiveram que conviver com a opressão racial, com a miséria e as inúmeras formas de exploração. Foram forçados a se adaptar em uma realidade em que nem o poder público nem o religioso estava preocupado em incluí-los na sociedade. Em outras palavras, foram entregues à própria sorte, fato que acabou caracterizando a Abolição como uma espoliação extrema e cruel (Fernandes, 2008) que obrigou sujeitos negros a serem responsáveis por si mesmos e por suas famílias, algo que no período da escravização não cabia a eles. Desta forma, inseridos na economia competitiva sem orientação nem apoio institucional ou estadual (Fernandes, 2008), foram compelidos a se adaptarem ao regime de trabalho livre, no qual eram preteridos pelos imigrantes ou pelos negros instruídos e de pele mais clara. Desta situação, surgem relações conjugais desestruturadas e filhos abandonados pelos pais, cabendo à mãe a proteção e sustento econômico, o que evidencia que o modelo de família tradicional fincado no domínio patriarcal não pode ser considerado nessas relações. A partir desta verificação, revelamos os pontos escondidos na estrutura do romance em análise.

No seu conteúdo romanesco, *Água de barrela* apresenta mulheres afrodescendentes que buscaram estratégias para romper com os grilhões da escravidão e, assim, conseguirem a emancipação tão desejada para elas e para as gerações futuras. Uma das estratégias utilizadas por essas mulheres foi o investimento educacional para as filhas, em uma época que era quase impossível um descendente de ex-escravo estudar. Mesmo com as dificuldades, Damiana, Celina e suas descendentes puderam estudar e conquistar um diploma. Nesta primeira leitura, a superfície do texto centraliza as mulheres e suas atuações em busca da sobrevivência da família e, em contrapartida, posiciona os homens à margem da narrativa, primeiro como sujeitos socialmente marginalizados, segundo, porque realizam ações contrárias aos objetivos traçados pelas mulheres. Isto foi verificado nas relações matrimoniais de Adônis e Martha e também na de João Paulo e Damiana, descritas no capítulo anterior, na segunda leitura. Essa movimentação contrária realizada pelas personagens masculinas está relacionada à opressão de raça e classe que eles tiveram que suportar naquela sociedade branca e patriarcal, na qual a prosperidade para os negros era uma insolência aos brancos. Outra situação que piora ainda mais a posição desses homens naquele contexto era o fato de que, por diversas vezes, o sustento da família ficou sob

a responsabilidade da esposa, situação referenciada no romance *Suor*⁵³, de Jorge Amado (2011, p. 11), escrito em 1935:

Quando o sol batia parecia que o cortiço ia incendiar. Então ninguém podia tolerar os apartamentos abafados, uma sala, um quarto e um simulacro de cozinha, onde, sobre quatro pedras, descansava a panela do feijão. Alguns possuíam fogareiros velhos, comprados a ciganos ladrões. Na frente do cortiço, um pátio cimentado com um tanque d'água servia de coradouro às lavadeiras, de parque de diversões para as crianças [...] naquele pátio ganhava a vida a grande maioria dos habitantes [...] quase toda a população do cortiço era formada de lavadeiras e engomadeiras, que ajudavam os maridos operários no sustento da casa, entrando muitas vezes com a maior parte [...].

Diante disto e da dificuldade de inserção social e luta pela sobrevivência para os negros, o antagonismo masculino presente na leitura romanesca foi desconstruído à medida que compreendemos as incongruências e enxergamos os passos obscuros materializados por meio da análise sócio-histórica de Salvador durante o período. Desta forma, em um contexto de desemprego⁵⁴ e escassez de alimentos para a população, ficava inviável para o homem negro ser o modelo de patriarca exigido pelo tradicionalismo europeu. Como pontuou bell hooks (2022, p. 33), “quando raça e classe entram em cena junto com o patriarcado, os homens negros suportam as piores imposições da identidade masculina de gênero”. O negro, durante a Primeira República, foi um sobrevivente que precisou lidar com a frustração oriunda da ausência de oportunidades necessárias para sua satisfação, sua autoafirmação, por isso, muitos homens negros se envolveram em situações degradantes e socialmente discriminatórias. No romance, Manuel, esposo de Celina, configura esse grupo. Manuel possuía um comportamento que oscilava: na bonança, festa, alegria, porém, quando o dinheiro acabava, recaía sobre ele uma grande tristeza — posteriormente, já na velhice, esse comportamento foi diagnosticado como grave transtorno afetivo bipolar. Assim, rebelde, bipolar, viciado em jogatina, amigo do vagabundo mais famoso da época, foi marginalizado e enquadrado no grupo dos maus cidadãos, pois naquela sociedade, *mau cidadão* era o negro que:

⁵³ Segundo o pesquisador Evandro José dos Santos Neto (2022, p. 17), “*Suor* é o resultado do processo de criação baseado na observação, vivenciado por Jorge Amado quando morou, por alguns meses, em um cortiço na Ladeira do Pelourinho para reunir o material que seria utilizado na escrita do romance. A essa experiência, o escritor incorporou suas impressões das leituras das obras de Gold e Dos Passos e idealizou um livro sobre os problemas que dizem respeito aos marginalizados em geral, ao lumpemproletariado e a uma classe proletária em formação, chamando a atenção para a extrema condição de pobreza em que vivem as camadas pobres”.

⁵⁴ “Certamente, aqui e ali, no conjunto da Primeira República, Salvador conheceu situações de desemprego, mas nenhuma tão geral e dramática quanto a de 1900-1911. Em todos os setores, verificaram-se cortes de despesas, paralisações, demissões e atrasos nos pagamentos dos trabalhadores” (Santos, 2001, p. 35).

[...] vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como o operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão. O negro doente. Avitaminado. Deformado por doenças carenciais. Preterido no trabalho (Moura, 2021, p. 29).

Desta forma, as ações de Manuel provavelmente não estaria ligado apenas ao problema psíquico, diagnosticado tardiamente, — mas diante do cenário exposto aqui —, também poderia estar relacionada às doenças carenciais citadas por Moura no excerto anterior, as quais invalidaram-no, tornando-o incapaz de progredir socialmente e que também refletem a insatisfação que sentia diante do domínio do homem branco em todas as esferas sociais. Kilomba (2019, p. 236) escreve:

o sujeito negro sente-se insatisfeito porque percebe que não tem as mesmas oportunidades que o consenso branco. Fica-se frustrada/o com a/o ‘outra/o’ branco/o e com a sociedade branca em geral. A sequência da frustração é — agressão — ansiedade — defesa — inibição.

Manuel, era desacreditado pelas pessoas por causa do seu apego ao carteadado e, também, por compor o grupo dos sujeitos marginalizados à época. Foi discriminado pelo gerente por abrir o cofre da agência, porque, historicamente, o fator cor incutia ao homem negro o estigma de malandro, desonesto e bandido, independentemente de ele ser inocente ou culpado. Desta forma, olhando apenas para a primeira camada da obra, a partir de uma concepção social alicerçada no modelo do patriarcado capitalista supremacista branco, a personalidade masculina foi definida como indomável, incivilizado e insensível (hooks, 2022).

Diante do contexto explicitado, a segunda leitura e, portanto, política (Schwarz, 2006), situará as personagens masculinos nas movimentações sociais e políticas que ocorreram em Salvador após a Proclamação da República⁵⁵, as quais estavam relacionadas às lutas desses sujeitos por melhores condições de vida. Com efeito, uma república que foi chamada de oligárquica, de burguesa (Santos, 2001), e que estava muito longe ser chamada de popular, pois “o povo figura como o destituído, o deserdado” (Santos, 2001, p. 7). Contudo, este povo, que não usufruiu dos bens nacionais construídos por ele próprio, que foi excluído, humilhado,

⁵⁵ “Ao longo da Primeira República uma inquietação generalizada pairava na cidade de Salvador, produzida pelas precárias condições de vida da população. Tal inquietação transformava-se em tensão, que irrompia sob formas diversas: greves, comícios, passeatas e violências coletivas em graus variados pontilharam a história da cidade” (Santos, 2001, p. 99).

ocultado pela historiografia oficial e que suportou a semiescravidão, neste trabalho mostra sua face com nitidez. Portanto, nesta interpretação, centralizamos a luta dos operários por melhores condições de trabalho e os movimentos contra a carestia dos produtos alimentícios básicos que afligia a população naquele período. Para tanto, os personagens Carestia de Vida e João Paulo foram visibilizados para que “a impressão de realidade comunicada pelo livro não venha essencialmente dos informes [...]. Decorre de uma visão mais profunda, embora instintiva, **da função**, ou ‘destino’ das personagens nessa sociedade” (Candido, 1970, p. 76, grifo nosso). Neste sentido, a função desses personagens e suas atuações configuram a situação socioeconômica e da luta da classe operária contra o jugo patronal naquele contexto. É importante destacar que “‘histórias do movimento operário no Brasil’ nada mais são que estudos centrados exclusivamente nas realidades do Rio de Janeiro e de São Paulo” (Santos, 2001, p. 7), no que concerne à Bahia, o movimento operário permaneceu durante muito tempo oculto da historiografia oficial.

Diante disso, Carestia de Vida não era apenas o apelido do capoeirista temido nas ruas de Salvador como a narrativa descreve, era a situação que a população enfrentava naquele contexto. A luta pela sobrevivência não se restringia apenas em garantir um lugar no mercado de trabalho, pois além do desemprego, a população enfrentava diariamente, a fome, a doença e a morte.

A carestia dos alimentos de primeira necessidade estava tão elevada que motivou setores da população a realizar ações radicais para obter determinados produtos, como o que aconteceu, por exemplo, com a carne e o pão. Em junho de 1919, durante a Greve Geral, o comerciante José Presídio Figueiredo abateu três bois com o objetivo de vendê-los ao Hospital Santa Isabel, quando seu filho, Joel Presídio, e alguns carregadores foram levar a mercadoria ao hospital, foram “atacados por um numeroso grupo de populares, estabelecendo-se por essa ocasião grande e sério conflito, que ia tomando lamentáveis proporções, aí não fosse a intervenção prudente do delegado Lustosa de Aragão...” (Castellucci, 2001, p. 49-50). Além disso, os problemas relacionados à escassez e alta do preço do pão ocuparam o centro das atenções dos trabalhadores e dos jornais, não importando a sua coloração política no período.

Em relação às condições sanitárias da cidade portuária, “eram extremamente precárias e refletidas na grande incidência de doenças transmissíveis, como a tuberculose, a varíola, a peste bubônica, a febre amarela e o impaludismo, que grassam em caráter epidêmico” (Santos, 2001, p. 60). O romance descreve o período no qual a capital baiana foi atormentada pela gripe espanhola.

A espanhola ainda era um perigo, mas naquele fevereiro de 1919, Josefa saiu do cortiço para tomar um ar. Tinha perdido várias moças para a epidemia e, por isso, fizeram uma limpeza total na casa. [...] Os marinheiros que já haviam passado na desinfecção imposta pelo governo a todos os que chegavam ao porto rumavam ávidos para a cidade à procura de mulheres. Ela se encostou na fachada do sobrado, apoiando um dos pés na parede e fumando seu cigarro, quando viu o ‘bonitão’, como chamava João Paulo, sair do cortiço. [...]

— Psiu! Ô lindão! Cadê tua carolinha?

João se virou meio cambaleante.

— É comigo? Ah, vai cuidar da tua via ô, marafona! Sua vadia!

— Escuta aqui, palhaço, tu tá na minha área! Pode tentá enganar Marthinha e aquela moça carola, mas eu tô sabendo qual é a tua, seu cafetão disfarçado!

João estava de bom ânimo, mas ao ser chamado de explorador de mulheres, azedou completamente.

— Sou um operário! — gabava-se (Cruz, 2018, p. 223).

Nesta mesma passagem é narrado um embate entre Carestia de Vida e João Paulo:

[...] Nesse momento, dois homens que estavam no bar em frente se levantaram e foram tomar satisfações. Era o outro João, o Gulodice, que já não era nenhum garoto, com um companheiro, esse sim no auge do vigor físico. Era um mestiço tão feio, com seu dente de ouro na frente e uma cicatriz que lhe deformava o lado esquerdo do rosto, que chamava de ‘Carestia de Vida’. Gulodice e Carestia de Vida já chegaram empurrando o peito de João Paulo.

— O que é que tá acontecendo aqui?

[...] Levou uns safanões de aviso e, como tratou de botar os panos quentes, saiu vivo e apenas com o olho roxo, mas por dentro o sangue ferveu, e essa quentura não demoraria para transbordar (Cruz, 2018, p. 225).

Um embate simbólico é travado entre duas figuras relevantes nesta discussão, pois de um lado, temos um homem negro que fracassa na administração e proteção do lar, mas que está engajado nas lutas do proletariado. Do outro, Carestia de Vida, mestiço, capoeirista, que burlava as regras sociais, fugia do aparelho policial, mas que era capanga do político JJ Seabra que, à época, em 1919, disputava o governo estadual com Rui Barbosa. Portanto, enquanto o primeiro sofria duplamente a opressão de raça e classe e lutava pelo bem coletivo, o segundo, que embora representasse simbolicamente a situação socioeconômica do povo negro, era usado pela cúpula branca como instrumento de opressão contra seus pares. A narradora descreve uma situação que evidencia esse embate sutil entre os personagens:

João Paulo estava no comício organizado na Praça Rio Branco também em março, em favor de Rui Barbosa, a oposição eterna ao governo estadual, quando uma confusão começou com tiros e correria. [...] Os jornais que

apoiavam Rui diziam que capangas da situação, ou seja, de JJ Seabra, começaram atirando para causar tumulto. Um desses capangas, o que chamava ‘Carestia de Vida’, João realmente topou no meio da multidão...Na verdade, nunca esqueceria aquele rosto, pois a primeira vez que o viu foi no incidente na frente do bordel de Josefa (Cruz, 2018, p. 224).

Nos primeiros anos da República, período que transcorreu a narrativa, Salvador — centro econômico e administrativo da Bahia —, passou por dificuldades financeiras oriundas da dívida herdada do Império e, após a reorganização do regime, recebeu outros encargos que intensificaram a crise financeira, além da eclosão da Primeira Guerra Mundial que trouxe complicações maiores para o estado. Diante deste cenário, o poder municipal exacerbou a problemática, realizando cortes de despesas e paralisando obras. Isto agravou a situação do operariado soteropolitano, que já reivindicava aumento e pagamento de salários atrasados, melhoria das condições de trabalho e diminuição da jornada de trabalho (Santos, 2001). A situação da população que residia na capital baiana era ainda mais caótica, de acordo com o historiador Mário Augusto da Silva Santos (2001, p. 9):

Alimentação, moradia e saúde eram três elementos interligados intimamente neste quadro de carências. Ainda havia outras necessidades que tenderiam a se agravar, tais como os serviços de transporte e saneamento básico, ao mesmo tempo que eram insatisfatórias as condições de trabalho e as oportunidades de emprego.

Tudo isso criava um quadro de problemas sociais que, não resolvidos ao longo da Primeira República, punham as classes populares de Salvador diante de condições-limites de sobrevivência. Daí provinha um clima de tensão, detectável em conflitos latentes que, às vezes, se revelavam sob a forma de movimentos populares.

Neste contexto, João Paulo movimenta-se como o algoz da família de Damiana, cuja função aparente era se envolver em relacionamentos extraconjugais, não levando a sério as obrigações matrimoniais nem paternais. Com efeito, na superficialidade da leitura romanesca, este personagem não passava de um vigarista ou, como denominou Josefa, um cafetão disfarçado. Depois do desvelamento dos passos obscuros, será imprescindível uma interpretação mais aguçada, primeiro do perfil de João Paulo como representante de um grupo social subalternizado e, em segundo lugar, do contexto sócio-histórico no qual estava inserido. Assim, nesse cenário político e social, ele é lido como operário, como sindicalista, presente em greves, em eventos públicos em favor de sua classe. Como mostra o excerto a seguir:

Em 1919, João Paulo já estava em plena atividade no ‘Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes’, fundado em 19 de março. Eles

queriam melhores condições de trabalho, jornadas de oito horas e salários que fizessem frente à alta de preços que imperava havia alguns anos, desde que o planeta mergulhava em sua primeira guerra mundial (Cruz, 2018, p. 224).

Diante do cenário tenso em que Salvador se encontrava naquele momento — condições sanitárias extremamente precárias, proliferação de muitas epidemias, precariedade habitacional, carestia dos gêneros alimentícios básicos —, dois motivos foram cruciais para a ocorrência das manifestações e das greves dos operários: longas jornadas de trabalho e remunerações insuficientes (Santos, 2001, p. 60). Nesta análise abordamos, resumidamente, a greve que aconteceu em 1919 e que João Paulo estava diretamente envolvido, e que, como evento histórico, possibilitou o entendimento sobre a situação do operariado negro naquele contexto.

Na Bahia, desde 1891, greves haviam sido deflagradas — a maioria pelos empregados do setor de serviços. Contudo, o movimento da Greve Geral de junho de 1919 e os desdobramentos que a sucederam são sensivelmente diferentes de tudo o que havia acontecido até aquele momento no estado (Castellucci, 2001), pois antes, a maioria da classe operária baiana se envolvia em lutas sem ou com uma organização sindical fragilizada. Mesmo com essas fragilidades, essas lutas reivindicavam o pagamento de salários atrasados por meio de negociações ou greves isoladas em fábricas ou oficinas (Castellucci, 2001). Em 1919, além da organização sindical forte e estruturada, a classe operária incluiu entre suas reivindicações a diminuição da jornada de trabalho para oito horas, a abolição do trabalho infantil e a regulamentação e estabelecimento da isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções (Castellucci, 2001).

João Paulo fazia parte do grupo de trabalhadores autônomos e trabalhava na oficina montada pelos religiosos do Colégio de Salette, sendo obrigado a pagar uma parte do valor da produção aos padres para permanecer trabalhando na oficina. Talvez como marceneiro autônomo não precisasse se envolver nas agitações causadas pela greve, no entanto, o que estava em jogo era uma demanda de ordem coletiva — ele fazia parte do “Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classe” (Cruz, 2018, p. 224), organização que havia sido criada três meses antes de julho de 1919⁵⁶. As reivindicações dos trabalhadores não beneficiariam apenas os homens, mas também mulheres, crianças e as famílias dos operários, ou seja, a atuação deste personagem precisa ser analisada também a partir desta perspectiva.

⁵⁶ “A principal organização operária, o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, tinha apenas três meses de vida e contava com um número pequeno de filiados e fundo de greve ainda em formação, impossibilitado de auxiliar os grevistas em caso de um enfrentamento longo com os patrões” (Castellucci, 2001, p. 100).

Em 1º de junho de 1919, o líder sindical Agripino Nazareth⁵⁷ proferiu a conferência de propaganda sindical que aconteceu no dia 1 de junho de 1919, a qual apelava

‘a todas as classes de trabalhadores terrestres e marítimos, ferroviários, metalúrgicos, foguistas, marinheiros...’, os líderes operários deixavam antever o caráter da reunião ao avisar que ‘o mundo trabalhador já não pode suportar a opressão dos sugadores e detentores do bem-estar da humanidade’. Em tom quase profético, concluía, sob vivas à organização operária e ao operariado internacional, chamando os trabalhadores baianos ao sindicato para ‘conhecer o caminho por onde vos haveis de libertar das misérias que vos traz o jugo patronal’ (Castellucci, 2001, p. 96-97).

Depois deste evento, uma agitação tomou conta do operariado e uma assembleia foi convocada pelo sindicato, no qual João Paulo atuava, para acontecer no dia seguinte. Os operários da construção civil decidiram parar as obras da Biblioteca Pública do Estado, do Palácio do Governo, do Tesouro do Estado e de outras construções para participarem da assembleia. Na Praça Rio Branco, onde foi realizado o evento, tremulavam ao vento forte “as bandeiras nas quais se liam palavras de ordem exigindo ‘respeito aos seus direitos’, aumento salarial de vinte por cento adoção de jornada de trabalho de oito horas” (Cruz, 2018, p. 224), além da movimentação pelas ruas do Centro da cidade até a Ladeira da Barra, os operários davam “vivas ao operariado baiano” (Castellucci, 2001, p. 99).

Até aquele momento, além dos operários da construção civil só haviam aderido ao movimento os trabalhadores da Companhia Linha Circular e os padeiros. Portanto, para engrossar o número de adeptos, o advogado e articulista Nazareth sugeriu ao Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros que formasse três comissões⁵⁸ com o objetivo principal de percorrer “todas as casas de trabalho [...] para obterem o maior número de solidariedades” (Castellucci, 2001, p. 100). Para isso, uma das comissões criadas rumou para o Comércio, na Cidade Baixa, e conseguiu a adesão dos operários de várias construções que ainda se mantinham no trabalho, inclusive das Obras do Porto e da Empresa de Construção Germano de Assis; tiveram também

⁵⁷ “Agripino Nazareth, um advogado socialista que exerceu uma indubitável liderança sobre o movimento operário baiano. Sua biografia ainda não é conhecida em detalhes, mas sabe-se que já em 1915 ele esteve envolvido juntamente com Maurício de Lacerda, Maurício de Medeiros e Alexandre Barbosa Lima numa conspiração que preconizava instaurar uma República Parlamentar em Pernambuco. O movimento deveria conduzir ao poder o General Emílio Dantas Ribeiro, conhecido pela derrota que infringiu à oligarquia Rosa e Silva após 22 anos de domínio desta sobre a política estadual pernambucana. A conspiração, porém, foi descoberta e abortada e seus líderes foram indiciados em inquérito. Agripino Nazareth foi, então, para o Rio de Janeiro e em 1917 apareceu defendendo a Revolução Russa contra as calúnias da grande imprensa, juntamente com Astrojildo Pereira, Fábio Luz, Maurício de Lacerda e o romancista Lima Barreto, nas colunas do jornal *O Debate*” (Castellucci, 2001, p. 96-97).

⁵⁸ “[...] três comissões operárias, uma com atribuição de negociar com os empreiteiros, outra para buscar apoio junto às autoridades e a última para tratar com a imprensa” (Castellucci, 2001, p. 99).

a adesão dos trabalhadores do Cemitério Quinta dos Lázaros, que reivindicavam o pagamento de proventos atrasados e aumento salarial, além da contratação de mais funcionários⁵⁹; conseguiu também a adesão de milhares de operários, principalmente dos têxteis, somando um número de 1.400 operários da Companhia Empório Industrial do Norte; os ferroviários da Companhia Chemins de Fer aderiram ao movimento logo nas primeiras horas, recolhendo as locomotivas na madrugada do dia 3 — isto apenas para citar alguns dos setores que participaram da Greve Geral em 1919, que totalizou o número de operários grevistas entre 10 e 12 mil, por isso a denominação “Salvador dos operários”.

No dia 3 de julho a greve já estava generalizada. Por volta das 19 horas desse mesmo dia, um dos grupos comissionados, que chegava a cerca de 5 mil operários, permaneceu na Cidade Baixa e decidiu enviar uma comissão encarregada de negociar com o governador Antônio Muniz. A comissão foi acompanhada pelos diretores do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, de Agripino Nazareth e de aproximadamente 2 mil operários. Os comissionados protestavam contra o indiferentismo do governo no que diz respeito aos interesses e ao conforto das classes trabalhadoras e asseguravam que “o movimento era grevista pacífico, dentro da ordem e da lei, respeitando as autoridades constituídas e que, portanto, o operariado esperava que o poder executivo não continuasse quedo, na sua clássica negligência com relação à sorte do elemento mais poderoso do progresso e civilização” (Castellucci, 2001, p. 103). Estas palavras foram ovacionadas e, por fim, os operários ouviram do governador o compromisso de “agir em defesa dos reclamantes” (Castellucci, 2001, p. 102).

As palavras reivindicatórias e protestantes dos grevistas de 1919 que percorriam as ruas em “vivas delirantes”, um verdadeiro “frêmito de entusiasmo nas classes trabalhadoras”, “o nosso lema é tudo pelos trabalhadores e só pelos trabalhadores”, ligam-se às que o operário João Paulo proferiu, segundo a narrativa, em uma noite após a deflagração da Greve Geral, como pode-se observar no fragmento a seguir:

— Veja, Roberto! Estamos ganhando! Os patrões não demoram a ceder nossos direitos! — Erguia o copo e era acompanhado por todos que davam vivas.

— João, Damiana já mandou recado perguntando por onde vosmicê anda, pois tá há dias nessa confusão, não parece na oficina e a notícia chegou até ela. Não tiro a razão de todos aqui. É isso mesmo, tem que lutar, mas agora vamos pra casa, homem.

⁵⁹“Segundo os reclamantes, os 5 coveiros e 2 pedreiros que lá estavam lotados eram em número insuficiente para enterrar os cerca de 25 a 30 corpos que chegavam diariamente, disso resultando estar o cemitério descuidado e mau-cheiroso” (Castellucci, 2001, p. 103).

— Agora?! Agora que a coisa vai ficar boa? Damiana está protegida e se preocupando demais. Diga a ela que está tudo bem — falava com aquela voz pastosa de quem já bebeu além da conta.

— Tu está a ponto de perder a oficina, João! Os padres...

Não conseguiu prosseguir... O marceneiro levantou possesso e começou um discurso contra a igreja, a escravidão e a exploração e os ânimos foram se exaltando, acompanhando seu discurso inflamado. As palavras de ordem gritadas atraíram um olhar conhecido: Carestia de Vida. (Cruz, 2018, p. 226)

Em meio aos acontecimentos que agitavam a sociedade soteropolitana, João Paulo exercia com afinco, e da sua maneira, sua militância. E isso pode ser observado nas suas ações e palavras. Naqueles dias, os operários e trabalhadores passaram dias em passeatas e eventos reivindicando melhores condições de vida e trabalho juntos aos industriais e comerciantes. Por isso, não teria sentido para ele realizar trabalhos na oficina, porque descaracterizaria todo o esforço depositado na sua militância e no sentido coletivo da greve. Quando Roberto lembra-o que ele precisa trabalhar para pagar o aluguel da marcenaria aos padres, a mensagem política da personagem é proferida para combater a igreja, a escravidão e a exploração patronal, sistemas que oprimiam seu povo desde o tempo da colonização, mas que à época desta análise usavam outras máscaras.

Desta forma, o operário João Paulo atuou no campo político, mesmo que indiretamente, e se comprometeu com sua classe como sindicalista, o que nos possibilita, a partir disto, reconstruir a historiografia operária baiana visibilizando a atuação de homens negros de diferentes setores. Portanto, ele não é apenas o marceneiro que gostava de dinheiro e mulheres, é marido, pai e o operário que se uniu ao grupo que lutava por melhores condições de trabalho e por melhorias de vida para uma população faminta, sem direito à moradia, sem saneamento básico e que era explorada em troca de uns míseros trocados insuficientes para sustentar a família.

Embates ideológicos permeiam o enredo, além das disputas políticas representadas por meio das personagens João Paulo e Carestia de Vida, este último capanga e apoiador do político Seabra e o primeiro militante da classe operária. No campo sócio-histórico tem-se políticos e uma imprensa favoráveis aos desmandos dos industriais e empresários. Com efeito, os dias de desrespeito aos direitos do trabalhador, polêmicos e escassos de alimento, resultaram em muitas das reivindicações da classe operária acatadas pelos patrões, das negociações e acordos feitos, ocasionando, assim, aumentos salariais, jornada de 8 horas e outras melhorias de condições de trabalho, isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções, além do processo de crescimento dos laços de solidariedade

de classe e uma maior delimitação política e ideológica entre os operários e seus sindicatos na Bahia (Castellucci, 2001; Santos, 2001).

Portanto, perfilar a personagem João Paulo nesta segunda leitura foi quase como realizar o processo de redenção como apontado pelo historiador Walter Benjamin (1987, p. 222-223), pois “o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção”. As personagens masculinas da obra de Cruz, de fato, foram redimidas por meio de uma outra personagem que surge no romance *Solitária* (2022b), já mencionado nesta análise: Sérgio, esposo da empregada doméstica Eunice e pai da menina Mabel. Sérgio tinha muita habilidade para a jardinagem, era um homem doce, mas amante das bebedeiras e das calçadas. Um dia resolveu pegar o dinheiro da esposa e ir embora sem rumo, algo parecido com o que João Paulo fez em *Água de barrela*, embora este último não recebesse redenção por meio da narrativa, pois foi visto como o algoz da família. Sérgio, por outro lado, foi compreendido pela filha e pela ex-esposa, como apresentado nos fragmentos transcritos a seguir:

Papai sumiu na noite como um fantasma dele mesmo. E eu segui querendo ver os dois juntos para sempre, querendo uma família como as que via no edifício de d. Lúcia. Assim como achava que os ambientes e os objetos para quem não era patrão eram pequenos e frágeis, pensava que toda família de quem não era patrão era desmanchada e pela metade (Cruz, 2022b, p. 42).

— Por que você tá aí, Sérgio? O que aconteceu com você, homem?

— Não é o que aconteceu... é o que *não* aconteceu. E não aconteceu um monte de coisas...

No fundo, eu sabia. O Sérgio tinha um vazio de futuro que sempre o perseguia. Mabel correu para abraçar o pai (Cruz, 2022b, p. 100, grifo da autora).

Como podemos observar no fragmento supracitado, Sérgio teve a sua redenção na narrativa de *Solitária*, e as palavras “pensava que toda família de quem não era patrão era desmanchada e pela metade” e “não é o que aconteceu... é o que *não* aconteceu. E não aconteceu um monte de coisas...”, diz muito sobre a discussão iniciada neste trabalho, sobre homens negros que não conseguiram conquistar lugares na sociedade, a emancipação e a dependência financeira por causa de um racismo estrutural que, em alguma medida, é invisível e que destrói aos poucos, acaba colocando barreiras para que esses indivíduos não almejem um futuro diferente daquilo que foi vivenciado por seus ancestrais. Dessa forma, quando Sérgio se justifica para Mabel e Eunice sobre suas atitudes e ausências, as personagens masculinas de *Água de barrela* que, de certa forma, possuem vivências parecidas com as dele, também são justificadas e, portanto, redimidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que é nosso não será tomado pela chuva.”
(Provérbio de São Tomé e Príncipe)

A diáspora africana foi uma fenda aberta que separou uma infinidade de famílias, de laços fraternais e tribais, entretanto, esse deslocamento forçado e violento foi responsável pela construção de um povo cuja identidade conflituosa e muitas vezes ambígua anseia pela descoberta da autenticidade e do pertencimento a uma ancestralidade única e legítima. Foi na busca por sua autenticidade e pelo pertencimento a uma ancestralidade única que Eliana Alves Cruz se debruçou sobre inúmeras fontes de pesquisa, documentos antigos de diferentes formatos, biográficos e históricos e fontes orais, para desvendar enigmas que existiam por trás da origem de sua família.

A construção da narrativa se deu por meio da coleta de informações oriundas dos fatos contados pela *griot* da família, a mais velha de Cruz, Anolina, Nunu, a filha mais nova de Damiana. Anolina, mesmo molestada pela esquizofrenia, conseguiu contar fatos pertinentes e, a partir deles, a escritora buscou na historiografia oficial a comprovação ou uma outra versão do que havia sido narrado pela tia-avó. Nunu, a Pedra de Roseta, a ancestral de Cruz, abriu o baú da memória para revelar segredos familiares que nenhum outro tinha coragem de contar. Foi essa mesma personagem que teve a audácia de, em 1990, no último encontro de Damiana e Nunu com duas filhas de Maricota e Adolpho, recusar sentar-se com as filhas daquela família branca e descendentes dos escravocratas, portanto, uma outra forma de resistência!

No seu conteúdo romanesco, *Água de barrela* apresenta logo na introdução as escravizadas realizando uma atividade cotidiana: colocar roupas para quicar durante a lavagem de roupas dos senhores da casa-grande. Essa técnica de colocar roupa para quicar, que, em outras palavras, seria colocá-las no sol para branquear, vem da sabedoria dessas mulheres, vem da sabedoria das ancestrais. Da mesma forma, a água de barrela, um tipo de alvejante que essas mesmas escravizadas colocavam nas roupas brancas antes de quicar sob o sol escaldante do Recôncavo Baiano, também simbolizava uma estratégia de sobrevivência e amenizava um pouco do trabalho pesado que era lavar roupas naquele contexto. Durante a lavagem das roupas, essas mulheres cantavam “sambas de rodas numa mistura mágica de português com nagô, ewe e outras línguas d’África” (Cruz, 2018, p. 13), o que significava para elas outra forma de contraposição à ordem escravocrata, pois os africanos que foram escravizados não aceitaram passivamente a violência a que foram submetidos. Desta forma, além de sua enunciação romanesca, este romance traz inúmeras personagens, cartografias e

contextos sócio-históricos permeados de vivências que não haviam sido contadas na íntegra, nem a partir da visão do excluído.

A barrela, alvejante artesanal produzido pelas escravizadas com cinzas de madeira, suscita uma discussão sobre a tentativa de branqueamento da sociedade brasileira, que naquele período era e ainda é majoritariamente negra, cujo projeto violento foi arquitetado pela cúpula branca e embasado pelas teorias e pensamentos raciais da época. Esse projeto começou a ser colocado em prática durante a escravidão, quando os senhores de engenho violentavam as escravizadas e elas acabavam concebendo filhos desses algozes brancos. Por isso há a necessidade de analisar a obra sob a ótica da dialética sociológica, como proposto por Roberto Schwarz, a partir das três leituras sucessivas. No entanto, a proposta de interpretação apresentada nesta dissertação contemplou a primeira e a segunda das três leituras sucessivas.

Ainda no conteúdo romanesco, a obra mostra o percurso de nove gerações de mulheres que guerrearam durante a escravidão e pós-abolição em busca da emancipação social e econômica e, acima de tudo, lutaram para se livrar da dependência simbólica que ainda existia, mesmo após meio século de abolição, entre elas, seus familiares e a família dos antigos senhores escravocratas. A maneira que essas senhoras das capilogências guerreavam era um disparate para as senhoras e senhores da classe dominante do período histórico que analisamos, pois utilizaram a “fórmula Damiana”, ou seja, a educação, para conquistarem ascensão social e a independência tão almejada. Martha foi a primeira a utilizar essa fórmula, quando foi até Iaiá Bandeira e coronel Francisco pedir que eles conseguissem matricular as suas filhas no colégio de freiras Nossa Senhora da Salette. Apesar de ter conseguido uma vaga para a filha mais velha estudar, a mais nova teria que trabalhar em um regime de semiescravidão para a família Bandeira e Tosta. Este primeiro passo foi relevante para que as gerações futuras da família de Martha pudessem galgar os estudos e os lugares sociais antes ocupados pelos filhos de famílias abastadas.

Damiana começou a estudar no colégio das freiras e precisou intercalar as leituras, as aulas de piano e de francês com os trabalhos domésticos, pois as freiras obrigavam as moças negras e pobres a limparem a sujeira das sinhazinhas brancas, enquanto estas podiam gozar de todo o tempo em dedicação aos estudos e aos descansos. Após completar os estudos de forma tão humilhante, Damiana precisou encarar as roupas sujas dos brancos para conseguir ajudar no sustento da família em um período de escassez de oportunidade para a comunidade negra.

Celina, a filha de Damiana e João Paulo, conseguiu por meio da “fórmula Damiana” estudar e se tornar uma professora. Para realizar este sonho, a avó Martha e sua mãe tiveram que encarar muitas *barrelas* para garantir que ela se formasse. Entretanto, enquanto essas três vivenciavam a “liberdade” fora dos muros do sobrado da família Bandeira e Tosta, Maria da Glória, a Dodó, adoeceu de tanto trabalho que realizava na casa de Adolpho e Maricota, no cuidado com as filhas do casal e as tarefas domésticas ininterruptas.

A centralização dada às mulheres da saga e o antagonismo destinados aos seus cônjuges trouxe inicialmente um incômodo e à medida que a leitura foi avançando, deu-se a necessidade de compreender os motivos que fizeram com que os três matrimônios apresentados no enredo tivessem fracassado. As personagens Adônis, João Paulo e Manuel, esposos de Martha, Damiana e Celina, respectivamente, precisavam que a outra versão de suas histórias fosse contada. Quando há a necessidade de uma investigação de determinado fato é porque alguém o contou de forma errada, incompleta, ou ele foi ocultado. Como escreveu Benjamin (1987, p. 223): “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”. Foi a partir desta questão e de incongruências presentes na obra que começamos a analisar essas personagens masculinas, que foram emudecidas ou emudeceram diante da violência e da opressão social e racial que sofreram naquele contexto.

Adônis, filho de escravizada, militou contra a escravidão e acabou aceitando permanecer na fazenda dos antigos escravocratas em troca de um lugar para morar, um pedaço de terra para plantar o suficiente para sobreviver. Esta personagem representa os ex-escravizados que não enxergavam uma vida em liberdade vivendo na cidade, tendo que se submeter a inúmeras formas de violência e opressão. Adônis faleceu dormindo no chão de sua tapera. Manuel, por sua vez, havia servido à Marinha Mercante, empregado em uma das agências do Banco do Brasil, mas não conseguia abandonar uma vida de jogatina e farra. Por último, João Paulo, marceneiro, mulhereiro, bebedor e militante da classe operária. Ambas as personagens carregam sobre seus corpos o peso da inferioridade e da incapacidade de prosperar oriundas do regime escravagista que tratou os seus ancestrais como incapazes de viver livremente e socialmente, pois eram considerados pelos colonizadores brancos como criaturas sem nenhuma intelectualidade. Então, vivendo sob o estigma da escravidão em seus corpos, esses homens não conseguiram prosperar em seus matrimônios, porque a mesma ordem patriarcal que posicionou os homens brancos como os provedores do lar, invalidou os negros que, economicamente, eram incapazes de sustentar suas famílias.

O posicionamento social de João Paulo é apresentado por meio de sua militância durante as greves que paralisaram Salvador durante alguns dias em 1919. Essas greves,

historicamente registradas como a Greve Geral de 1919, contou com a atuação de uma classe operária essencialmente negra e mestiça, pois a imigração de europeus para o Brasil havia sido canalizada para a Bahia.

Dessa forma, ações pouco debatidas precisam ser trazidas à baila antes de concluirmos este trabalho, pois é uma discussão que está longe de chegar ao fim. Em 1921, dois anos após a Greve Geral, uma greve têxtil foi deflagrada para protestar contra a cobrança de multas aos operários que haviam faltado ao trabalho por causa do cansaço provocado pela folia na festa do Bonfim. O que precisamos problematizar aqui é o fato de que tradições e hábitos culturais dos afrodescendentes foram a causa de muitos conflitos operários na Bahia, mas que os desconhecemos, porque não há registros oficiais abertos para narrar essas formas de opressão contra o povo preto.

Portanto, a obra *Água de barrela*, seja no seu conteúdo ficcional, biográfico ou histórico, seja na composição de suas personagens, possui uma narrativa capaz de validar ações de sujeitos subalternizados pelas ideologias de poder que permeiam a sociedade brasileira. O romance ressignificou a educação como forma de emancipação e inclusão social para os sujeitos negros e mostrou a fragilidade das relações matrimoniais ocasionada pelo capitalismo e pelo patriarcado, que impossibilitou que os homens negros tivessem as mesmas relações hierárquicas que os homens brancos. Em outras palavras, esta narrativa insere no campo literário, personagens, lugares, contextos que são menosprezados pela historiografia nacional e, por isso, a história daqueles que de fato construíram este país fica se desfazendo em baús antigos ou se esvai da mente dos mais velhos quando a morte os chama, por isso, a relevância de centralizar essas narrativas em nossos debates para que essas histórias não se percam.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Suor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARRAIS, Amauri. Eliana Alves Cruz: “Saber que somos fruto de um sistema torturador e assassino não é fácil”. **Revista Gama**, 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/o-que-voce-lembra/eliana-alves-cruz-racismo-memoria-ancestralidade/>. Acesso em: 07 set. 2023.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/7c25d167-f9a8-4413-b948-276b84dcf53d>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ASSIS, Machado. **Memorial de Aires**. Obras Completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

ASSIS, Nancy Rita Sento de Sé. **Questões de vida e morte na Bahia Republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996._assis_nancy_rita_sento_se_de_.questoes_d_e_vida_e_morte_na_bahia_republicana._valores_e_comportamentos_sociais_das_camadas_subalternas_soteropolitanas.1890-1930.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BATALHA, Maria Cristina. Relatos e travessias em Eliana Alves Cruz. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, Niterói, a. 10, n. 18, p. 246-265, 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOLLA, J.J. **Seja homem: a masculinidade desmascarada**. 2. ed. Tradução de Rafael Spuldar. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2024]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 jan. 2024.

BRITES, Jurema. **Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em:

<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/711/1/JuremaBrites.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem - caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

CARULA, Karoline. Nutrindo enfeitados: amas de leite escravizadas na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. **Rev. hist. comp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 86-117, 2022.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários: Uma História da Greve geral de 1919 na Bahia**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

CHADE, Jamil. Cartas aos escritores nacionais: vocês constroem nosso futuro. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/07/16/carta-aos-escritores-nacionais-voces-constroem-nosso-futuro.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Trabalho, família e opressão das mulheres negras. *In*: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de barrela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CRUZ, Eliana Alves. Entrevista. Entrevistadores: Érica Luciana de Souza Silva; Laís Ribeiro Durães Fagundes. **Revista África e Africanidades**, ano 12, n. 36, 2020a. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Eliana%20Alves%20Cruz%20-%20Entrevista%20ed.36.pdf>. Acesso em: 07 maio. 2023.

CRUZ, Eliana Alves. **Nada digo de ti, que em ti não veja**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020b.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2022a.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.

CULTNE NA TV - Programa Eliana Alves Cruz. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (27 min.). Publicado pelo canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CgFlZMxqM1o>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DALCASTAGNÉ, Regina. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. **Cult**, n. 231, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>. Acesso em: 22 set. 2023.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ELIANA Alves Cruz. *In*: LITERAFRO: O portal da literatura afro-brasileira. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/1159-eliana-alves-cruz>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ELIANA Alves Cruz participa do #Sempreumpapo no SESC Vila Mariana. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1h 13 min.). Publicado pelo canal Sempre um Papo – Ano 39. Disponível em: <https://youtu.be/HiiLMAZLNG0?si=1TOVCCzXtFV0jrv5>. Acesso em: 08 jul. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

FAGUNDES, Laís Ribeiro Durães. **Contra Discurso das práticas colonialistas: uma análise de Água de barreira de Eliana Alves Cruz**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca” (1920-1995)**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Rogério Cordeiro. A dialética envenenada de Roberto Schwarz. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 2, p. 207-210, 1998. FERREIRA, Carla Alexandra. **Leituras Norte-Sul: Percepções de si e do outro na obra de John Updike**. Guarapuava-PR: Editora Unicentro, 2018.

FERREIRA FILHO, Alberto Hieráclito. **Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_salvador_das_mulheres._condicao_feminina_e_cotidiano_popular_na_belle_epoque_imperfeita.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista, 1888-1930**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_manifestacoes_operarias_na_bahia._o_movimento_grevista_1888-1930.pdf. Acesso em: 31 dez. 2024.

FRIAS, Lara Fratucci Frias. **A mulher negra como força das transformações sociais: correlações entre Água de barreira e Até o fim**. 2023. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Estrutura Organizacional. Ministério da Cultura, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional. Acesso em: 22 set. 2023.

GOLDSTEIN, Donna M. The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: GOLDSTEIN, Donna M. **Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown**. Berkeley: University of California Press, 2000. (Book Manuscript).

GOMES, Dias. **As primícias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Helton Simões; ANJOS, Ismael dos Santos. Reportagem Especial: Ancestralidade Eliana Alves Cruz - Mais próximo do amor e mais longe da solidão. **Tilt UOL**, 2021.

Disponível em:

<https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/ancestralidade-eliana-alves-cruz.htm>.

Acesso em: 27 fev. 2024.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/teorias_explicativas_da_violencia_contra_a_mulher/por_um_feminismo_a_fro-latino-americano_by_lelia_gonzalez_gonzalez_lelia_z-lib.org_mobi_.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.

HALEY, Alex. **Negras Raízes**. 5. ed. Tradução de A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Record, 1976.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

hooks, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. Tradução de Vinicius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

#JABUTICONVIDA: Eliane Alves Cruz. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (1h 8 min.). Publicado pelo canal Câmara Brasileira do Livro CBL. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=gvDaCPOvdPg>. Acesso em: 13 jul. 2023.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: A narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações. Tradução de Antonia Malta Campos. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFsF85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2024.

KERGOAT, Danièle. Verbete divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/rui-barbosa-e-a-queima-dos-arquivos-ocr.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Tradução Maria Lúcia do Eirado Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznzb>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

MACHADO, Helena Pereira Toledo. Mulher, Corpo e Maternidade. 2018. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 353-360.

MARTIUS, Karl Friedrich Von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista de História de América**, n. 42, p. 433-458, 1956.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução de Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio negro**: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. **A Cor das Empregadas**: Desigualdades de Gênero, Raça e Classe no Cotidiano do Trabalho Doméstico Remunerado do Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11543>. Acesso em: 08 jul. 2024.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos; GUEDES, Moema de Castro. Entre desigualdades no trabalho: classe, raça, gênero e o emprego doméstico no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 205-244, 2021.

O SISTEMA das sesmarias permanece no Brasil moderno. Entrevista especial com Katia Maia. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/563479-o-sistema-das-sesmarias-permanece-no-brasil-moderno-entrevista-especial-com-katia-maia>. Acesso em: 06 jul. 2023.

OLIVEIRA, Paulo Cesar Silva de. Água de barrela, de Eliana Alves Cruz: por uma poética de repovoamento. **Caderno Seminal**, Rio de Janeiro, n. 46, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/78162>. Acesso em: 08 jan. 2025.

PACHECO, Ana Cláudia. “**Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador, 1850-1888. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, p. 159-183, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21091/13682>. Acesso em: 10 jan. 2024.

POLLAK. Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIBAS, Ana Paula. **Aruanda: crônica e memória**: um novo olhar na escrita de Eneida de Moraes. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2022. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/1872/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20final-%20Ana%20Paula%20Ribas.%20PPGL-UNICENTRO.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RONCADOR, Sônia. As criadas de Júlia: empregadas domésticas no imaginário literário da Belle Époque brasileira. In: RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária**: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica (1889-1999). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidades. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular (Fundação Perseu Abramo), 2015.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A República do povo: sobrevivência e tensão** - Salvador (1890-1930). Salvador: Edufba, 2001.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. **“Frutos do Suor”**: Relações de exploração, produção e dependência do trabalho doméstico na Corte Imperial (1822-1888). 2018. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *In*: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Mada Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Marisa Corrêa. Crítica sociológica. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Flávia Fernanda de. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH Brasil, 2013.

SOUZA, Lêda Maria Teles de. **Dependência da empregada: O espaço da exclusão**. 1991. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. *In*: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. Ler Fanon no século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 82, p. 3-12, 2008. Disponível em: <https://baixacultura.org/wp-content/uploads/2019/08/Ler-Fanon-no-S%C3%A9culo-XXI-Wallerstein.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.